
Práticas informacionais

Reflexões teóricas e experiências de pesquisa

Edvaldo Carvalho Alves
Fellipe Sá Brasileiro
Gisele Rocha Côrtes
Daniella Alves de Melo
organizadores

Práticas informacionais

Reflexões teóricas e experiências de pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-reitora

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



EDITORA UFPB

Diretor

REINALDO FARIAS PAIVA DE LUCENA

Chefe de produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

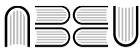
Conselho editorial

Adailson Pereira de Souza (Ciências Agrárias)
Eliana Vasconcelos da Silva Esvael (Linguística, Letras e Artes)
Fabiana Sena da Silva (Interdisciplinar)
Gisele Rocha Côrtes (Ciências Sociais Aplicadas)
Ilda Antonieta Salata Toscano (Ciências Exatas e da Terra)
Luana Rodrigues de Almeida (Ciências da Saúde)
Maria de Lourdes Barreto Gomes (Engenharias)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Maria Regina Vasconcelos Barbosa (Ciências Biológicas)

Conselho científico

Maria Aurora Cuevas-Cerveró (Universidad Complutense Madrid/ES)
José Miguel de Abreu (UC/PT)
Joan Manuel Rodriguez Diaz (Universidade Técnica de Manabí/EC)
José Manuel Peixoto Caldas (USP/SP)
Letícia Palazzi Perez (Unesp/Marília/SP)
Anete Roese (PUC Minas/MG)
Rosângela Rodrigues Borges (UNIFAL/MG)
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti (Unesp/Marília/SP)
Leilah Santiago Bufrem (UFPR/PR)
Marta Maria Leone Lima (UNEB/BA)
Lia Machado Fiuza Fialho (UECE/CE)
Valdonilson Barbosa dos Santos (UFCEG/PB)

Editora filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Edvaldo Carvalho Alves
Fellipe Sá Brasileiro
Gisele Rocha Côrtes
Daniella Alves de Melo
(organizadores)

Práticas informacionais

Reflexões teóricas e experiências de pesquisa

João Pessoa
Editora UFPB
2020

Direitos autorais 2020 – Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a
Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Todos os direitos reservados à Editora UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal. O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Projeto Gráfico

Editora UFPB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P912 Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa / Edvaldo Carvalho Alves... [et al.], organizadores. - João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 400 p.

E-book
ISBN 978-85-237-1556-4

1. Ciência da informação. 2. Práticas informacionais. 3. Resiliência informacional. 4. Protagonismo social 5. Mediação da informação. 6. Grupo de pesquisa. I. Alves, Edvaldo Carvalho. II. Brasileiro, Fellipe Sá. III. Côrtes, Gisele Rocha. IV. Melo, Daniella Alves de. V. Título.

UFPB/RC

CDU 02

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 01/2020/Editora Universitária/UFPB - Programa de Publicação de E-books.

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I, Prédio da editora Universitária,
s/n João Pessoa – PB. • CEP 58.051-970

<http://www.editora.ufpb.br>
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216-7147

PREFÁCIO

É uma honra e uma imensa alegria prefaciar este livro, “Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa”, organizado pelo GEPSI, Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação, sediado na UFPB, cadastrado no CNPq e coordenado pelos professores Edvaldo Carvalho Alves e Gisele Rocha Côrtes. O livro, como o próprio nome aponta, e, também, a sua estrutura, se organiza em torno de duas dinâmicas: o campo das reflexões teóricas e o das pesquisas empíricas sobre práticas informacionais. São nove capítulos, todos de membros do GEPSI, com a adição de dois colaboradores do grupo, a professora Henriette Ferreira Gomes da UFBA e eu mesmo, da UFMG.

A primeira parte do livro possui quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do histórico da perspectiva de estudos em práticas informacionais e sua inserção no campo da ciência da informação e especificamente no campo dos estudos de usuários da informação. O segundo capítulo, de autoria de Fellipe Sá Brasileiro, trata de um conceito importantíssimo nos estudos em práticas informacionais, o de resiliência informacional, de

Annemarie Lloyd, desenvolvido no texto a partir de duas perspectivas complementares: uma relacional e outra socioemocional. O capítulo terceiro, escrito por Henriette Ferreira Gomes e Gisele Rocha Côrtes, trata dos conceitos de protagonismo social e mediação da informação, aplicando-os a seguir à história de luta das mulheres e às teorias feministas. Encerrando a primeira parte, o quarto capítulo, que tem como tema a questão da pós-verdade e das *fake news*, escrito por Juliana Ferreira Marques, José Washington de Moraes Medeiros e Edvaldo Carvalho Alves, apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica com artigos sobre práticas informacionais e desinformação de forma a construir o conceito de práticas de desinformação ou práticas informacionais de desinformação.

A segunda parte do livro apresenta resultados de pesquisas empíricas a partir da perspectiva das práticas informacionais. No primeiro capítulo, escrito por Laiana Ferreira de Sousa e Lídia Eugenia Cavalcante, as autoras, tomando como pano de fundo a pandemia do covid-19, investigam as correlações ente práticas informacionais de profissionais de saúde e a produção da resiliência informacional; O segundo capítulo é de autoria de Ana Cláudia de Araújo Santos e Edvaldo

Carvalho Alves e traz os resultados de uma pesquisa de doutorado sobre as práticas informacionais que foram desenvolvidas no Instituto Oswaldo Cruz, nos anos 1940, para a elaboração do Álbum *Schistosomiasis Mansoni no Brasil*, a partir do modelo estendido de práticas informacionais de McKenzie proposto por Yeoman. O capítulo seguinte tem autoria de Daniella Alves de Melo, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro. Seu objetivo é apresentar a pesquisa de mestrado sobre a Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba, a partir da junção dos conceitos de práticas informacionais e competência crítica em informação em uma perspectiva de estudos sobre a questão da identidade. O quarto capítulo foi produzido por Paulinni Rocha, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro. Nele é apresentada uma pesquisa de mestrado que, partindo do surto de microcefalia ocorrido em 2015, teve como foco as práticas informacionais de mulheres com filhos diagnosticados com microcefalia causada por Zika vírus, atendidas no Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiências de João Pessoa, a partir da noção de resiliência informacional. Fecha o livro o capítulo de Laelson Felipe da Silva e Gisele Rocha Cortes, que relatam pesquisa de

mestrado sobre as práticas informacionais de pessoas trans na interação com o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia na Paraíba (conhecido como Espaço LGBT), e a relação dessas práticas com os processos de empoderamento dessas pessoas.

O que se pode perceber é uma riqueza de aspectos, de conceitos e de realidades empíricas estudadas, o que demonstra a vitalidade e a dinamicidade presentes nas práticas de pesquisa do GEPSI. É fundamental que os avanços teóricos sejam realizados com rigor e análise crítica dos conceitos e modelos existentes, e isso está presente tanto na primeira parte do livro como na segunda. A segunda parte, ainda, apresenta estudos sobre fenômenos, atores e processos muito distintos, testando os limites da perspectiva das práticas informacionais, aliando-os, quando necessário e com muita criatividade, a conceitos e noções vindas de outras ciências humanas e sociais.

A perspectiva de estudos em práticas informacionais ainda é relativamente nova, e no Brasil é bastante incipiente. O GEPSI tem se mostrado um protagonista fundamental em sua efetiva realização no país, inicialmente por meio de artigos de seus professores e pesquisas de mestrado e doutorado realizadas

nos últimos anos e agora, efetivamente, com a publicação deste livro, que traz um ganho enorme para a ciência da informação e, mais especificamente, para os estudos de usuários da informação.

Carlos Alberto Ávila Araújo
Professor da Universidade Federal de Minas Gerais

APRESENTAÇÃO

Este livro, na forma de coletânea, tem como objetivo tornar público o trabalho de reflexão e de pesquisa que vem sendo desenvolvido nos últimos anos pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI), certificado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Criado em 2011, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação (DCI) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), congrega pesquisadores(as) e alunos(as) da UFPB e de outras instituições de ensino superior do país. Recentemente, em uma perspectiva interdisciplinar, incorporou uma linha em curso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) a fim de construir novas pontes e avançar as fronteiras do saber a partir das interfaces entre os campos da informação e comunicação.

Ao se aproximar dos dez anos de existência, com esta publicação, o GEPSI materializa o seu eixo norteador de investigação – direcionado à compreensão dos fenômenos informacionais a partir dos referenciais teórico-metodológicos

do campo sociológico. Nessa direção, o grupo movimenta uma diversa frente temática, que reflete a diversidade de suas linhas de pesquisa: 1) (Des)informação, ideologia e reprodução social; 2) capitalismo, trabalho e informação; 3) Práticas informacionais, intersubjetividade e tecnologias digitais; 4) Práticas informacionais, mediação e protagonismo social. Neste livro, essas frentes temáticas são articuladas a partir da categoria práticas informacionais.

Os textos selecionados apresentam reflexões teóricas e resultados de pesquisas empíricas escritos por membros do grupo – mestrandos(as), doutorandos(as), mestres(as) e doutores(as) – e por pesquisadores(as) colaboradores(as) de reconhecida competência no campo da informação do Brasil. Com foco na temática das práticas informacionais e suas interconexões com outras categorias analíticas que representam fenômenos informacionais diversos – como mediação, protagonismo social, resiliência informacional, desinformação e competência crítica em informação –, esta coletânea pretende demonstrar as contribuições que os estudos das práticas informacionais podem oferecer ao processo de ampliação/consolidação do paradigma social da Ciência da

Informação – pautado na compreensão da informação como fenômeno social complexo e multifacetado. Com esse enfoque, acreditamos contribuir para a superação, no sentido dialético, do caráter positivista ainda muito marcante na epistemologia desta ciência.

A presente coletânea está estruturada em duas partes. A primeira, que compreende textos de reflexão teórica, é constituída pelos seguintes capítulos: (1) Os estudos em práticas informacionais no âmbito da ciência da informação, de Carlos Alberto Ávila Araújo, nos oferece uma reconstrução do processo histórico de surgimento e desenvolvimento dos estudos de práticas informacionais, no âmbito nacional e internacional, ressaltando os(as) principais autores(as) e correntes teórico-metodológicas que os alicerçam; (2) Práticas, interações e emoções no contexto da resiliência informacional, de Fellipe Sá Brasileiro, nos leva a pensar como as práticas informacionais, ao propiciarem a (re)construção de emoções e informações, podem possibilitar a construção da resiliência informacional em contextos de transição; (3) Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas, de Henriette Ferreira Gomes e

Gisele Rocha Côrtes, apresenta uma discussão que relaciona o protagonismo social de mulheres nas lutas em prol da ampliação de seus direitos a partir de processos de mediação consciente, representados nas práticas informacionais das teorias críticas feministas, que consistem em potenciais subsídios epistemológicos para (re)formular, substancialmente, os cânones hegemônicos da ciência moderna, assentados no androcentrismo e no racismo; (4) Práticas de desinformação e o cenário controverso da pós-verdade, de Juliana Ferreira Marques, José Washington de Moraes Medeiros e Edvaldo Carvalho Alves, desenvolve uma reflexão tendo como pano de fundo o contexto da pós-verdade, objetivando a propositura de um conceito de práticas informacionais de desinformação.

A segunda parte, composta por relatos de pesquisas empíricas, é constituída pelos seguintes capítulos: (1) Práticas Informacionais de Profissionais da Saúde durante a Pandemia: estudo sobre a Resiliência Informacional em tempos de crises, de Laiana Ferreira de Sousa e Lídia Eugenia Cavalcante, analisa como as práticas informacionais de profissionais de saúde, que se encontram na linha de frente de combate ao corona vírus, vêm contribuindo para a superação de uma situação de incerteza

informacional, corroborando, assim, para a construção da resiliência informacional; (2) Práticas Informacionais Visuais: o caso do Álbum *Schistosomiasis Mansoni no Brasil*, de Ana Cláudia de Araújo Santos e Edvaldo Carvalho Alves, descreve as práticas informacionais visuais que foram desenvolvidas no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), na década de 1940, para a elaboração do Álbum *Schistosomiasis Mansoni no Brasil*; (3) Práticas informacionais das mulheres negras e o desenvolvimento da competência crítica em informação, de Daniella Alves de Melo, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro, apreende como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras têm contribuído para a construção das Competências Críticas em Informação que possibilitam ações de enfrentamento das relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais; (4) Resiliência informacional no contexto da microcefalia: papel das práticas informacionais no ambiente digital, de Paullini Mariele da Silva Rocha, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro, verifica como as práticas informacionais desenvolvidas no ambiente digital por mulheres com filhos diagnosticados com microcefalia influenciam a construção da resiliência informacional; (5) Práticas informacionais e empoderamento na

interação de pessoas trans com o espaço LGBT, de Laelson Felipe da Silva e Gisele Rocha Côrtes, a partir das situações de subalternização e das narrativas de superação das pessoas trans, identifica a relação das práticas informacionais ligadas ao Espaço LGBT e o processo de empoderamento das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans usuários e usuárias deste espaço.

Ambas as partes são articuladas entre si, nas dimensões teórica e empírica, e sinalizam os horizontes futuros para os estudos das práticas informacionais no âmbito do grupo, considerando as diferentes direções da teoria social, a saber: uma perspectiva centrada no caráter estrutural da informação e das práticas informacionais; outra perspectiva de caráter contextual e situacional. A esses horizontes, acrescentamos a necessidade de nos aproximarmos – sob a categoria práticas informacionais – dos fenômenos informacionais imbricados às dinâmicas sociotécnicas do cenário tecnológico contemporâneo, fortemente caracterizado pela plataformização, dataficação e performatividade algorítmica da vida cotidiana.

Finalmente, agradecemos a contribuição de todos(as) os(as) autores(as) e colaboradores(as) desta edição, e desejamos

às(aos) estimados(as) leitores(as) uma ótima leitura – reflexiva e crítica – na certeza de que uma coletânea é sempre uma ideia coletiva a ser materializada, que mais permite abrir as possibilidades de conhecimento do que oferecer respostas definitivas sobre um tema específico. Em outras oportunidades, outras ideias específicas e maduras podem e devem ser desenvolvidas por estes(as) pesquisadores(as), que, por hora, se sentem motivados(as) para (re)apresentá-las.

Os(as) organizadores(as)

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE

REFLEXÕES TEÓRICAS

OS ESTUDOS EM PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO ÂMBITO DA
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 18

Carlos Alberto Ávila Araújo

PRÁTICAS, INTERAÇÕES E EMOÇÕES NO
CONTEXTO DA RESILIÊNCIA INFORMACIONAL 77

Fellipe Sá Brasileiro

MEDIAÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO
SOCIAL DAS MULHERES: as práticas informacionais das teorias
críticas feministas 122

Henriette Ferreira Gomes e Gisele Rocha Côrtes

PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO E O CENÁRIO CONTROVERSO
DA PÓS-VERDADE 202

*Juliana Ferreira Marques, José Washington de Moraes Medeiros e
Edvaldo Carvalho Alves*

SEGUNDA PARTE

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA: estudo sobre a resiliência informacional em tempos de crises.....238

Laiana Ferreira de Sousa e Lidia Eugenia Cavalcante

AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS VISUAIS: o caso do Álbum *Schistosomiasis Mansonii* no Brasil.....283

Ana Cláudia de Araújo Santos e Edvaldo Carvalho Alves

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS MULHERES NEGRAS E O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO.....316

Daniella Alves de Melo, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro

RESILIÊNCIA INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA MICROCEFALIA: papel das práticas informacionais no ambiente digita360

Paullini Mariele da Silva Rocha, Edvaldo Carvalho Alves e Fellipe Sá Brasileiro

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E EMPODERAMENTO NA INTERAÇÃO DE PESSOAS TRANS COM O ESPAÇO LGBT396

Laelson Felipe da Silva e Gisele Rocha Côrtes

Práticas informacionais

PRIMEIRA PARTE
REFLEXÕES TEÓRICAS

OS ESTUDOS EM PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO ÂMBITO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Alberto Ávila Araújo

1 INTRODUÇÃO

A ciência da informação é uma disciplina científica surgida na década de 1960. Em sua origem, ela congregou conhecimentos existentes em outras disciplinas (sobretudo a biblioteconomia, mas também algo da ciência da computação, da comunicação social, das ciências cognitivas, entre outras) ao mesmo tempo em que articulou uma perspectiva própria de estudos e pesquisas. Logo após o seu surgimento, surgiram dentro dela campos mais específicos de pesquisa (normalmente designados como “sub-áreas”), com relativa autonomia em termos de conceitos e agenda de investigações. Entre tais campos está aquele dedicado aos seres humanos que se relacionam com a informação, conhecido como estudos de usuários.

Este campo, na verdade, tem uma origem ainda anterior à ciência da informação. Ele tem origem na biblioteconomia, no âmbito da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, onde, nas

décadas de 1930 e 1940, foram realizados os primeiros estudos científicos sobre comunidades de usuários de bibliotecas. O marco dos estudos de usuários desde uma perspectiva propriamente informacional se deu em 1948, na Royal Society Scientific Information Conference ocorrida em Londres, em 1948, quando dois trabalhos científicos, apresentados por Bernal e por Urquhart, inauguraram uma nova perspectiva de estudos. A novidade destes estudos é que o foco não residia mais na interação dos usuários com uma instituição específica (a biblioteca, tal como nos estudos promovidos pela equipe de Chicago) mas, sim, o estudo de uma série de ações dos usuários, isto é, suas buscas e consultas junto a bibliotecas, centros de documentação, arquivos e mesmo junto a outros usuários (formando os chamados “colégios invisíveis”). Este tipo de perspectiva foi desenvolvido em inúmeras pesquisas nos Estados Unidos e na Inglaterra (PAISLEY, 1968), merecendo destaque, entre outras, três grandes iniciativas conduzidas por equipes de pesquisadores (GONZÁLEZ TERUEL, 2005). A primeira é o projeto Scientific Information Exchange in Psychology, encomendado pela American Psychological Association (APA), divulgado por Garvey e Griffith em 1964, e que sistematizou um

modelo do caminho da informação, desde sua origem, passando por sua transmissão, armazenamento e uso, identificando o que ocorre em cada etapa da comunicação científica. A segunda são os estudos promovidos desenvolvidos no âmbito da Johns Hopkins Center for Research in Scientific Communication, de 1966, relacionados com as demoras no fluxo e com a função e a estrutura dos canais formais e informais. A terceira é a INFROSS, Investigation into Information Requirements of the Social Sciences, liderada por Line e publicada em 1971, relativa aos vários aspectos envolvidos no uso da informação (uso de serviços, pessoas, variação por idade, preferência por idioma, entre outros).

Na década de 1970 ocorreu importante incremento conceitual no campo de estudos de usuários. Em 1975 foi criado o Centre for Research on User Studies (CRUS) na Universidade de Sheffield, Inglaterra. Um dos estudos do grupo, denominado Estudo INISS (Information Needs and Services in Social Sciences Departments) buscou estudar os hábitos dos trabalhadores, com visitas aos departamentos administrativos, para que os serviços de informação pudessem se antecipar às necessidades vividas nos postos de trabalho. Nesta pesquisa, e nas seguintes, o grupo

de Sheffield começou a desenvolver uma perspectiva nova de estudos de usuários calcada numa fundamentação cognitiva.

Nos anos seguintes, outros modelos nessa mesma linha surgiram: a teoria dos *anomalous states of knowledge* de Belkin (1980), a abordagem construtivista baseada em processo de Kuhlthau (2004), a teoria *sense making* de Dervin (1983; 1989), entre outros. Tom Wilson (1997) propôs, no início dos anos 1980, que o campo deveria mudar seu nome para “estudos de comportamento informacional”. Com isso, se pretendia consolidar a ampliação do foco de estudos iniciada anos antes: do estudo do usuário interagindo com um único sistema, passava-se a estudar o usuário em suas várias ações informacionais, em seus vários momentos de necessidade de informação, seu engajamento em vários processos de busca e interação com diversas fontes, recursos, serviços e sistemas. Em 1986, importante artigo de Dervin e Nilan publicado no *Annual Review of Information Science and Technology* consolidou essa virada teórica ao sistematizar a existência de duas grandes abordagens de estudos de usuários: a “tradicional” e a “alternativa”.

Em meados da década de 1990, houve uma reorientação do conceito de informação na ciência da informação como um

todo, em direção a uma perspectiva intersubjetiva ou sociocultural - impulsionada, sobretudo, pelos debates que se seguiram ao I Conceptions of Library and Information Science, CoLIS, realizado em Tampere, em 1991. Esse movimento teve uma consequência direta no campo de estudos de usuários da informação, com a realização, em 1996, do primeiro encontro Information Seeking In Context (ISIC), também em Tampere, e com os demais encontros que se seguiram. A palavra “contexto” presente no nome do evento não é um acaso: seu uso representa a sinalização da nova virada teórica, com a consideração dos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais envolvidos no comportamento informacional. Essa mudança operada no ponto de vista institucional foi acompanhada por uma fundamentação teórica, promovida por Savolainen (2007), que propôs o abandono do termo “comportamento informacional” e sua substituição por “práticas informacionais”, rejeitando o modelo comportamental/behaviorista da abordagem cognitiva em prol de uma perspectiva que perceba o sujeito inserido em relações com outros sujeitos e num contexto sociohistórico específico.

Essa introdução pretende evidenciar que os estudos de usuários da informação se desenvolveram congregando diferentes

teorias, modelos, abordagens e métodos, bem como distintos objetos empíricos. E, se existem maneiras distintas de se compreender e sistematizar toda essa diversidade, a mais comum é a que se dá desde uma perspectiva epistemológica, buscando entender esse campo a partir de três grandes eixos de pesquisa: os estudos de uso da informação, os estudos de comportamento informacional e os estudos em práticas informacionais.

Eles surgiram em épocas diferentes, o que pode causar, ocasionalmente, a impressão de ter havido uma evolução ou superação de um modelo por outro. Uma análise mais rigorosa, contudo, mostra que o que existe, na verdade, é uma perspectiva de complementaridade. Os estudos de uso, que surgiram primeiro, se constroem numa perspectiva que permite o estudo e pesquisa de determinados aspectos da realidade. A abordagem de comportamento informacional, que surgiu depois, emergiu exatamente para o estudo de determinadas questões e aspectos que não eram cobertos pela abordagem anterior, sem pretender substituir os estudos de uso. Da mesma forma, alguns anos depois, surgiram os estudos em práticas informacionais, mais uma vez com a perspectiva de estudar determinados aspectos e dimensões da realidade que nenhuma das outras duas abordagens

estudavam.

Uma maneira de compreender a dinâmica de estruturação desses estudos (que será apresentada nos tópicos a seguir) é apresentada a seguir, no quadro 1:

Quadro 1 – Modelos de estudos de usuários da informação

	Estudos de uso	Comportamento informacional	Práticas informacionais
Modelo teórico	Positivismo e funcionalismo	Behaviorismo e cognitivismo	Etnometodologia e construtivismo
Concepção de usuário de informação	Dados sociodemográficos	Sujeito com lacuna de informação	Indivíduo que atua sobre o social e recebe influência do social
Principais conceitos	Relevância, sistema de informação, demanda, necessidade, requisito	Necessidade, busca, uso, lacuna	Significado, ação, cultura, identidade
Métodos de estudo	Indicadores quantitativos e correlação de variáveis	Análise de linha do tempo e recomposição de tarefas	Identificação de significados e percepção do social e cultural
Metodologia de pesquisa	Quantitativa por meio de questionários	Entrevistas descritivas e categorização	Entrevistas interpretativas e grupos focais
Objetos empíricos mais estudados	Cientistas e agentes governamentais	Ambiente empresarial e laboral	Vida cotidiana, saúde, lazer, cultura

Fonte: Elaboração própria.

Compreender dessa maneira o campo de estudos de usuários torna necessário considerar relação que esse campo estabelece com a ciência da informação de forma geral. Afinal, na ciência da informação deu-se também a construção de três grandes modelos ou perspectivas de estudo sobre os fenômenos informacionais: a perspectiva fisicista, a cognitivista e a

pragmatista. A cada uma delas corresponde determinada manifestação de estudos de usuários da informação, que são, portanto, reflexo dos caminhos teóricos da ciência da informação.

Essa estruturação dos estudos de usuários da informação pode gerar algumas confusões. Uma delas é a de que cada um dos modelos teóricos seria montado para estudar determinada realidade empírica. De fato, os estudos de uso da informação se centraram principalmente no estudo de cientistas – o que era uma forte demanda das décadas de 1950 a 1970. Já os estudos de comportamento informacional foram realizados também com cientistas, mas incluíram profissionais nos ambientes empresarial e governamental. Por fim, os estudos em práticas informacionais se voltaram bastante para o cotidiano, os ambientes informais, o campo do lazer e da cultura. Existe, sim, alguma ligação entre as empirias e os modelos teóricos – são determinadas realidades empíricas que acabam convocando novos conceitos, novas teorias. Mas um modelo teórico de como os seres humanos se relacionam com a informação não está limitado a uma determinada realidade empírica, ao estudo de um contexto específico, ele existe para entender distintos fenômenos, distintas situações.

É possível também surgir outra confusão: a ideia de que os

três modelos são absolutamente excludentes e não podem dialogar. Assim é comum, por exemplo, alguém que esteja estudando comportamento ou práticas informacionais ter total aversão a métodos quantitativos, imaginando que medir indicadores de uso da informação é algo absolutamente exclusivo dos estudos de uso. Ou então alguém que esteja estudando práticas informacionais descartar qualquer análise de categorias de necessidade de informação por serem algo oriundo dos estudos de comportamento informacional. Tais posturas acabam atrapalhando o desenvolvimento do campo, impedindo análises mais complexas e a sedimentação dos conhecimentos.

É por isso que, neste capítulo, serão analisadas as características de cada um dos três principais modelos de estudos de usuários da informação, para se entender a especificidade da perspectiva das práticas informacionais, mas também se buscará vincular cada uma desses modelos ao movimento teórico geral da ciência da informação. O objetivo é entender o significado da perspectiva de estudos em práticas informacionais dentro de um quadro mais complexo, enquanto perspectiva de estudos informacionais e enquanto especificidade de estudos de usuários da informação.

2 OS MODELOS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Estudos de usuários da informação, e mais especificamente estudos em práticas informacionais são, todos eles, estudos pertencentes ao campo da ciência da informação. Nesse sentido, antes de adentrar o assunto específico deste capítulo, é importante apresentar um quadro conceitual da ciência da informação. Afinal, foi em sintonia com esse quadro que os estudos de usuários evoluíram ao longo das décadas.

Não cabe, nos limites deste texto, apresentar um histórico da ciência da informação. Portanto, o que será feito será um breve mapeamento dos conceitos de informação presentes na ciência da informação. E, para tal mapeamento, serão descartadas visões ou panoramas muito específicos (isto é, presentes apenas na obra de um ou outro autor, ou considerando apenas a realidade de um país). Será considerada aqui um quadro intelectual bastante consensual, ou seja, que vem sendo defendido e utilizado por muitos autores, de diferentes países, em torno da identificação da existência de três grandes modelos de estudo. Esses modelos são apresentados a seguir, numa compilação de autores de vários países: México, Estados Unidos, Dinamarca, Espanha, Portugal,

Alemanha, Cuba, Canadá e Reino Unido. Embora os termos usados para descrever cada um dos modelos variem de um autor para outro, sua caracterização é basicamente a mesma na problematização de cada um dos autores:

Quadro 2 - Modelos de estudo da informação

Autor	Primeiro modelo	Segundo modelo	Terceiro modelo
Rendón Rojas, 1996	sintático	semântico	pragmático
Saracevic, 1999	restrito	amplo	ainda mais amplo
Orom, 2000	físico	cognitivo	alternativo
Fernández Molina e Moya Anegón, 2002	positivista	cognitivo	sociológico
Silva e Ribeiro, 2002	mensurável, reprodutível e transmissível	pregnância simbólica	estruturada pela ação e integrada a contextos
Capurro, 2003	físico	cognitivo	social
Linares Columbié, 2005	físico	cognitivo	social
Salaun e Arsenault, 2009	forma	conteúdo	meio
Bawden e Robinson, 2012	físico	cognitivo	social
Hjorland, 2014	físico	cognitivo	sociocognitivo

Fonte: Elaboração própria.

Os termos utilizados para os autores para designar esses modelos são diferentes, mas suas discussões são semelhantes. Em todos eles está a ideia de que houve uma primeira forma de se estudar a informação, como algo físico, como um fenômeno objetivo, como um sinal, algo no nível sintático. Nesse modelo, a informação é entendida como algo existente em si mesmo, independente dos sujeitos e dos contextos, como um dado dotado de propriedades e características passíveis de serem medidos e explicados a partir da formulação de leis. Nas apresentações que promovem deste conceito, os autores vinculam informação a noções como sinal, emissor, receptor, transporte, transferência, sistema, recuperação, probabilidade, precisão, revocação, mensagem. Esse modelo, conforme os autores, teria surgido naquele que é o evento também identificado muitas vezes como originário da própria ciência da informação: as Conferences on Training Science Information Specialists ocorridos no Georgia Institute of Technology, em 1961 e 1962.

Esse desenho de ciência da informação surgiu na Inglaterra e nos Estados Unidos, no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, relacionada sobretudo com a importância que a informação possuía, na visão destes países,

para o desenvolvimento científico e tecnológico no contexto da guerra fria. Nesse sentido, “informação” era entendida em um sentido bastante específico, enquanto informação científica e tecnológica, e seu estudo se dava dentro de uma lógica essencialmente governamental e militar, isto é, os objetivos com o estudo da informação eram, antes mesmo de serem propriamente científicos, pragmáticos, relacionados a um contexto de competição entre países pela hegemonia no cenário internacional. (COLL-VINENT, 1984; DEBONS; HORNE; CRONENWETH, 1988; LINARES COLUMBIÉ, 2005). Estudar a informação era compreender e mapear a produção, circulação e uso da informação científica e tecnológica (e apenas desta) para se pensar em instrumentos de seu processamento para garantir maior rapidez, menor custo, maior exatidão em sua transferência dentro da comunidade científica e desta para os setores estratégicos dos ambientes governamental e militar. Tratava-se de uma maneira muito específica de conhecer (a partir de um conjunto de interesses) e da delimitação de algo muito específico a ser conhecido - aquilo que era considerado objeto de estudo da ciência da informação (DAVIS; SHAW, 2001).

Desenvolveu-se aí uma ciência do controle da informação, do desenvolvimento de técnicas para seu processamento ótimo num contexto da competitividade entre países por meio do desenvolvimento de seus sistemas de informação científica. O modelo teórico desta abordagem, conhecido como “paradigma dos sistemas” ou paradigma físico, que pressupõe o estudo dos sistemas de informação isolados da vida social e dos usuários, basicamente a partir de medidas quantitativas de desempenho de recuperação da informação (BAWDEN; ROBINSON, 2012). Tal modelo é resultado da complementação de duas perspectivas. A primeira é a da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver, que entende a comunicação como um processo de envio de mensagens de um emissor a um receptor, cabendo à ciência da informação atuar na otimização do transporte dessas mensagens por meio do processamento e da recuperação da informação. O segundo é o modelo sistêmico derivado da tradição de estudos iniciados com os experimentos realizados Cranfield Institute of Technology nas décadas de 1950 e 1960, em que os sistemas de informação são avaliados em termos de seus atributos objetivos e suas performances em recuperação da informação (HJORLAND, 2018a).

Em todos os autores há também a ideia de que surgiu uma segunda maneira de se estudar a informação, como algo cognitivo, semântico, subjetivo. Neste segundo modelo passou-se a se considerar a articulação entre os dados, os elementos presentes da realidade independente do sujeito, e o conhecimento, aquilo que os indivíduos sabem ou conhecem, sendo a informação a medida da alteração deste estado de conhecimento, ou, em outros termos, o produto da interação entre os dados e o conhecimento, no âmbito do indivíduo. Nesta perspectiva de estudos o conceito de informação se aproxima aos de dado, conhecimento, processamento, indivíduo, pessoa, lacuna, preenchimento, modificação, alteração, significado. Esse modelo tem como marco de referência a The Copenhagen Conference Theory and Application of Information Research, ocorrida em 1977, e se expressou teoricamente em quatro artigos sobre Foundations of Information Science publicados por Bertram Brookes no início dos anos 1980, nos quais o autor apresenta a sua equação fundamental da ciência da informação – e no qual a informação é compreendida como a medida da alteração da estrutura de conhecimento de um indivíduo. A

inspiração filosófica dessa abordagem é a teoria do conhecimento objetivo de Karl Popper.

Para Debons, Horne e Cronenweth (1988), tal movimento representou um deslocamento da mesma lógica de pesquisa dos ambientes governamental e militar para o âmbito do setor industrial e empresarial, com demandas de eficácia de gestão, operação e controle. A novidade, do ponto de vista conceitual, foi a introdução de uma perspectiva orientada não mais para os sistemas, mas sim para os usuários ou clientes (HJORLAND, 2018a). Com isso, deu-se o estudo dos processos cognitivos humanos e sua modelização, com o objetivo de desenvolver sistemas de informação que pudessem replicar tais processos, de modo que o foco dos estudos eram os indivíduos se relacionando com a informação e a manifestação de suas necessidades e os procedimentos para resolução destas necessidades (BAWDEN; ROBINSON, 2012; GILCHRIST, 2009).

Em todos os autores mencionados acima pode-se identificar um terceiro modelo, que em alguns aparece como uma tendência ainda em construção, em outros já se encontra mais estabelecida. Essa terceira possibilidade é descrita com termos como pragmática, intersubjetiva ou sociocultural, e nela a

informação é algo da ordem não apenas do objetivo ou do subjetivo, mas também do coletivo, de uma construção social. Nessas descrições, informação aparece ligada a termos como documento, saberes, ação, contexto, cultura, memória, coletivo, sociedade, histórico. O marco de referência da construção dessa perspectiva é o I CoLIS – International Conference on Conceptions of Library and Information Science, que ocorreu na Finlândia, em 1991, que marcou uma virada sociológica na ciência da informação, como colocado por Blaise Cronin (2008), ou, como identificado por Linares Columbié (2005), o surgimento de uma outra epistemologia da ciência da informação a partir do estudo da sociedade e da cultura. Hjørland (2018b) menciona as recentes visões orientadas desde uma perspectiva social e cultural. Bawden e Robinson (2012) indicam um paradigma “sócio-cognitivo”, inspirado na epistemologia social de Shera e na análise de domínio de Hjørland, que busca analisar um nível de análise mais amplo que o indivíduo (os grupos sociais, comunidades, países) bem como outras problemáticas além da cognição (nível apenas mentalista dos fenômenos informacionais), numa tendência a articular os níveis individual e coletivo da informação. Apontam ainda que a posição

epistemológica da teoria crítica, oriunda das humanidades e das ciências sociais, deverá “ter mais impacto na ciência da informação no futuro” (BAWDEN; ROBINSON, 2012, p. 41, tradução nossa).

Essa terceira abordagem tem expressões em teorias como a dos regimes de informação, análise de domínio, folksonomias, altmetria, cultura organizacional, neodocumentação, arqueologia da sociedade da informação, entre outras (ARAÚJO, 2018), voltadas para o caráter socialmente construído da informação e suas imbricações com as dimensões políticas, econômicas, culturais, jurídicas, tecnológicas e outras das sociedades nas quais os fenômenos informacionais existem e se constituem. Entre as várias teorias desenvolvidas na esteira dessa terceira forma de se estudar a informação encontram-se também, os estudos em práticas informacionais (ARAÚJO, 2018).

3 OS ESTUDOS DE USO E DE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

Os primeiros estudos considerados como sendo de usuários da informação surgiram, na visão de alguns autores, com

algumas pesquisas sobre frequência de uso de revistas na década de 1920. Mas o início efetivo do campo, tal como considerado pela maioria dos estudiosos, é normalmente associado com os estudos sobre uso de bibliotecas realizados no âmbito da Universidade de Chicago, nos anos 1930. Tais estudos passaram a ser utilizados como instrumentos de diagnóstico em unidades e serviços de informação, como elementos de feedback para o sistema, por meio da determinação de taxas de uso de materiais (elemento orientador de políticas de desenvolvimento de coleções, determinando necessidades de aquisição e descartes). Outro marco significativo se deu, como apontado na introdução, durante a Royal Society Scientific Information Conference, que ocorreu em Londres em 1948, com os trabalhos de Bernal e Urquhart.

Embora diferentes em alguns de seus objetivos e na empiria, os estudos de uso de bibliotecas e de cientistas compartilham de um mesmo modelo teórico, em torno da ideia de uso da informação, isto é, do acesso físico a itens e serviços informacionais, da caracterização desse uso e de sua decomposição por aspectos sociodemográficos dos usuários. A base conceitual se situa entre as noções de demanda, desejo, necessidade, uso e requisito, de um lado, e de fontes, serviços, sistemas e unidades de

informação, de outro (LINE, 1974; BRITAIN, 1970). Reunindo todas essas questões, e subjacente a elas, encontra-se a inspiração fundamental desta abordagem: o positivismo.

O modelo positivista consiste na aplicação dos mesmos métodos das ciências naturais aos fenômenos humanos e sociais, isto é, a adoção do mecanicismo como maneira ideal de explicar a realidade social. A sua principal implicação para os estudos de usuários é a preocupação em estabelecer leis do comportamento do usuário da informação, como, por exemplo, o princípio do menor esforço (FIGUEIREDO, 1994). O objetivo destas leis é estabelecer padrões de comportamentos invariáveis, isto é, válidos para diferentes contextos, em diferentes locais e épocas. Outra implicação é a necessidade de medir o comportamento dos usuários. A maior parte dos estudos realizados na abordagem de estudos de usos utiliza como técnica de coleta de dados o questionário, normalmente composto por perguntas com o objetivo de quantificar hábitos de comportamento de busca e uso da informação e verificar freqüências de acesso e graus de satisfação. Assim, quase todo estudo de usuário apresenta uma série de tabelas em que são analisados quantitativamente os resultados encontrados (GONZÁLEZ TERUEL, 2005).

Além de terem uma natureza positivista, estes estudos são, também, marcadamente embasados pelo funcionalismo, isto é, uma compreensão organísmica da sociedade que se estrutura em torno da ideia de que cada elemento social possui uma função para a manutenção do todo. A quase maioria dos estudos realizados desde a década de 1940 consiste na compilação de estatísticas de empréstimos, de uso de determinadas fontes de informação, de tipologia de tarefas e necessidades, entre outros. Além disso, os estudos de uso se desenvolveram na esteira da preocupação com o desenvolvimento de coleções, do conhecimento das fontes de informação ou do planejamento de serviços e sistemas de informação, isto é, estiveram sempre colados a uma aplicação imediata, ao provimento de dados (como um diagnóstico) para intervenções que promovessem melhoria nos serviços oferecidos (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015).

Em síntese, se pode dizer que estudos de usos da informação são estudos que buscam levantar dados quantitativos sobre os atributos (em geral, sociodemográficos) dos usuários: idade, sexo, profissão, escolaridade, renda, entre outros; os indicadores de comportamento informacional: itens buscados, itens efetivamente acessados, avaliação do sistema ou das fontes,

frequência de necessidade ou busca de informação, idiomas de preferência, barreiras nos usos dos sistemas; e os atributos dos sistemas, serviços ou fontes de informação: completude, exatidão, acessibilidade, tempo, entre outros. Além disso, há a preocupação em correlacionar os indicadores encontrados, isto é, correlacionar determinado dado de perfil de usuário com determinado indicador de comportamento ou de atributo do sistema, de maneira a se identificar leis ou regularidades que são o objetivo último das pesquisas realizadas (WOOD, 1971; FAIBISOFF; ELY, 1976; SINGH, 1979).

No final da década de 1970 há uma grande mudança conceitual no campo, na medida em que, gradualmente, começaram a surgir pesquisas vinculadas a uma outra maneira de se realizar estudos de usuários da informação – maneira essa diretamente relacionada com a virada cognitiva no campo da ciência da informação. Tal perspectiva se desenvolveu por meio de diversos modelos que buscaram ver as etapas existentes e os fatores intervenientes entre a manifestação da necessidade de informação e o uso. Entre as etapas pode-se citar a seleção, exploração, coleta, diferenciação, extração e verificação; e entre os fatores, características emocionais, cognitivas, fisiológicas,

ambiente de trabalho, ambiente cultural, entre outros. A base conceitual se situa, neste caso, em torno da noção de processo entre a necessidade e o uso, passando pela busca, e de uma dimensão cognitiva que determina todo o processo (WILSON; STREATFIELD, 1979).

Um trabalho considerado pioneiro desta perspectiva é o de Wilson (1981), que marcou a efetiva emergência dos estudos em comportamento informacional (BAWDEN, 2006). Neste trabalho Wilson apresentou um modelo que se estrutura em torno da ideia de um mecanismo de ativação que inicia todo o processo de comportamento informacional, que é então decomposto em etapas sucessivas, marcadas sempre por uma dupla possibilidade relacionada ao sucesso ou ao fracasso dos objetivos da ação relacionada com cada etapa. Embora se apresente como um modelo cognitivo buscando estudar superar algumas limitações do modelo anterior (vinculado apenas ao uso), o referencial de Wilson reproduz a lógica binária necessidade/busca, como uma aplicação do mecanismo estímulo-resposta da psicologia comportamental. A diferença aqui é o interesse em decompor as etapas que marcam esse processo de forma a ver o papel do sucesso e do fracasso, ou da demanda a tal tipo ou a tal tipo de

recurso, como elementos intervenientes do processo.

No mesmo artigo, Wilson apresenta um outro modelo, no qual é possível identificar os fatores e dimensões que atuam no processo informacional: fatores ligados a atributos da pessoa (psicológicos, afetivos, cognitivos), de seu papel social (profissão, posição social) e aos ambientes (de trabalho, socioculturais, político-econômicos e físicos). Mas são, todos eles, trabalhados enquanto fatores intervenientes – portanto, externos aos sujeitos. As variáveis atuam de maneira a reforçar, enfraquecer ou redirecionar os estímulos inicialmente colocados como propulsores do processo de busca e uso da informação. Isso posto, caberia ao pesquisador não exatamente estudar essas dimensões (atributos da pessoa, do social, etc.), mas apenas identificar (ou melhor, medir) seu grau de impacto em relação ao processo, a sua influência – melhor seria dizer a sua interferência.

A sustentação teórica da perspectiva de práticas informacionais foi realizada por diferentes autores, sendo que a principal delas é a teoria *sense making* formulada por Dervin na década de 1980. Nesta teoria, o comportamento informacional é analisado em termos do tripé situação-lacuna-uso, e uma de suas principais conclusões é que a estratégia de definir e transpor o

vazio cognitivo são mais responsáveis pelo comportamento informacional do que outros fatores, como os sócio-demográficos (DERVIN; NILAN, 1986). Outra contribuição fundamental desta teoria é o desenvolvimento do método de pesquisa da entrevista de linha do tempo, na qual a pessoa reconstrói a situação de sentir falta e buscar informação em passos sucessivos.

Diversos modelos de comportamento informacional seguiram-se ao de Wilson. Um deles é o de Kuhlthau (1989), que construiu uma abordagem baseada em processo, e identificou que não só a dimensão cognitiva, de pensamentos, e a dimensão das ações, são relevantes, mas também a dimensão emocional, que interfere em todo o comportamento informacional. Assim, ela propôs que as reações emocionais provocadas pela incerteza devem ser consideradas nos estudos, e desenvolveu um método baseado na detecção dos sentimentos provocados pelo aumento ou diminuição da incerteza nos vários estágios do comportamento de busca e uso da informação. Identificou ainda, a partir de diversos estudos empíricos, que o processo de busca da informação pode ser expresso em seis etapas, identificando, em cada uma, as ações, os pensamentos e os sentimentos presentes.

Outros modelos muito conhecidos são o de Krikelas que

prevê necessidades futuras ou imediatas, o do valor agregado de Taylor e o de oito etapas de busca de informação de Ellis (CUNHA; AMARAL; DANTAS, 2015; GONZÁLEZ TERUEL, 2005). Em comum, todos esses modelos veem o usuário como um ser cognoscente, isto é, um ser que acumula dados sobre a realidade externa e que, de tempos em tempos, conforme sente uma lacuna nesses dados, recorre a sistemas de informação para resolver a anomalia. Assim, cognitivismo e comportamentalismo (behaviorismo) são os modelos teóricos das ciências humanas que dão o embasamento das perspectivas de estudo em comportamento informacional.

Pode-se identificar como fundamentos para os estudos de comportamento informacional o cognitivismo (que considera a cognição humana como o elemento central para a explicação das demais dimensões da existência e da ação humanas) e o comportamentalismo ou behaviorismo oriundos da psicologia (que estudam a ação humana em termos de estímulo e resposta e, traduzidos nos estudos de comportamento informacional, que veem a necessidade como o estímulo e a busca e o uso como as respostas).

4 O QUADRO INTELECTUAL DAS CIÊNCIAS HUMANAS E

SOCIAIS

Antes de avançar para a identificação da perspectiva das práticas informacionais, é essencial apontar o quadro intelectual a partir do qual essa proposta nasce. Para isso, além da dimensão propriamente informacional (marcada pela virada pragmática ou social mencionada no item 2), há uma contribuição fundamental vinda das ciências humanas e sociais.

As ciências humanas e sociais são marcadas pela existência de distintas escolas ou tradições de pesquisa que se estruturam em torno de determinadas concepções. Lallement (2004) apresenta uma sistematização dessas tradições, identificando a existência de três grandes posturas intelectuais: as teorias voltadas para o ordenamento social, isto é, para a integração e a lógica de funcionamento do sistema social tomado como um todo (vertente na qual se encontram o culturalismo, o funcionalismo e o estruturalismo); as teorias voltadas para as contradições do social, isto é, que examinam a vida humana a partir de um ponto de vista macroscópico, como a vertente anterior, mas com ênfase nos conflitos que a perpassam e a estruturam (marxismo, pós-marxismo e historicidade); e as

perspectivas voltadas para a construção social, que tomam os indivíduos como ponto de partida das investigações, dando lugar preferencial para os atores (pragmatismo, interacionismo e etnomedologia). Tais tradições podem ser resumidas na construção de duas dicotomias: “ator/sistema” e “ordem/conflito”, embora, alerta o autor, “convém efetivamente evocar conjuntos não rígidos com variáveis que se entrecortam e não tanto territórios rigorosamente delimitados” (LALLEMENT, 2004, p. 8).

Uma outra maneira de se colocar a questão é apresentada por Corcuff (2001), que distingue as oposições clássicas presentes nas ciências humanas e sociais: entre idealismo e materialismo, entre sujeito e objeto e entre as dimensões coletiva e individual. Ele identifica, a partir disso, dois grandes movimentos intelectuais que buscaram, de alguma forma, superar essas dicotomias. O primeiro é composto por aqueles que buscaram partir das estruturas sociais para chegar às interações entre os indivíduos, isto é, buscaram ultrapassar as dicotomias, mas com certa predominância das estruturas sociais e dos aspectos macrossociais da realidade. Enquadram-se nesse movimento autores como Elias, Bourdieu e Giddens. O segundo é

composto por aqueles que buscaram o contrário, partir das interações para chegar às estruturas sociais, entre os quais encontram-se Berger e Luckmann, Schutz, Cicourel, Garfinkel, Callon, Latour e Elster.

Um quadro parcialmente semelhante é apresentado por Bourdieu (1996), ao distinguir três modos por meio dos quais foram construídos os conhecimentos científicos sobre a realidade humana e social. O primeiro deles, apontado pelo autor, é o fenomenológico (representado pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia) que analisa as maneiras como o mundo é visto, pelos sujeitos, como algo natural, óbvio, evidente – e que ficaria, portanto, num nível subjetivo. O segundo é o objetivista, no qual se encontram o marxismo e o estruturalismo, que analisa as relações objetivas que estruturam as práticas, de forma independente das consciências individuais. Tal abordagem negligenciaria o ponto de vista subjetivo dos agentes.

Na tentativa de superar as limitações de ambas tendências, Bourdieu propõe o que ele denomina abordagem “praxiológica”, que reposiciona o pesquisador, que passa ter como objeto de estudo o sistema de relações objetivas e também o processo de interiorização desse sistema sob a forma de

disposições para a ação. Encontra-se aqui, por meio da expressão “praxiológica”, a ideia de “práxis”, isto é, o movimento mesmo por meio do qual os sujeitos agem no mundo e, como causa e também consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo. Essa é a ideia básica que fundamenta o conceito de “práticas” presente na expressão “práticas informacionais”.

O raciocínio que conduz essa ideia busca realizar uma crítica tanto ao subjetivismo quanto ao objetivismo no entendimento da ação humana. O subjetivismo pressupõe que a ação humana é sempre um produto da vontade de um sujeito consciente e capaz de se projetar no futuro, antecipando as consequências de suas ações. A ação então é resultado de projetos, preferências, escolhas, intenções e cálculos realizados por um indivíduo, portanto algo que pode ser explicado em termos individuais, o que significa também atribuir uma grande autonomia aos sujeitos. Na outra ponta, o objetivismo enxerga os atores como suportes mecânicos das estruturas, como que movidos de maneira inconsciente – suas ações compreendidas como simples execução de regras sociais, aplicação de significados dados externamente.

Como forma de superar tal dicotomia, e portanto desenvolver sua perspectiva praxiológica, Bourdieu desenvolve o conceito de *habitus*, que “fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: *sociação* porque as nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.); *individuação* porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas” (WACQUANT, 2017, p. 215).

Trata-se de um tipo de movimento intelectual marcado pelo pensamento relacional (tal como formulado por Cassirer), isto é, que busca sempre o “entre”, o movimento incessante entre o estruturado e o estruturante. É nesse sentido que estudar as práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais

de como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa. É nesse local que se situam os estudos de práticas informacionais, dentro do quadro proposto por Lallement, Corcuff e Bourdieu.

5 A PERSPECTIVA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

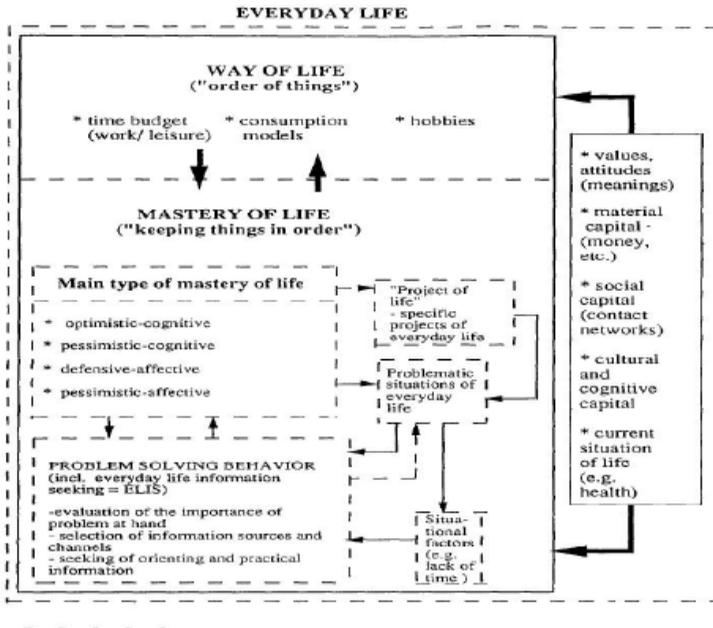
Os estudos em práticas informacionais surgiram na confluência de uma perspectiva praxiológica das ciências humanas e sociais, de uma virada pragmática na ciência da informação e, ainda, no quadro da evolução dos estudos de usuários da informação, como uma crítica à proposta de estudos orientados pela noção de comportamento informacional (SAVOLAINEN, 2007). O autor define práticas informacionais como “um conjunto de maneiras social e culturalmente estabelecidas para identificar, buscar, usar e compartilhar as informações disponíveis em várias fontes, como televisão, jornais e a Internet” (SAVOLAINEN, 2008, p.

2, tradução nossa). Ele enfatiza, ainda, a “habitual” natureza dessas práticas e sua ocorrência no trabalho, bem como em questões não relacionadas ao contexto de trabalho.

A manifestação pioneira dos estudos em práticas informacionais foi o modelo ELIS (*everyday life information seeking*) proposto por Savolainen (1995). Ao identificar uma complementaridade entre a dimensão formal (do trabalho, da ciência, da indústria) e as rotinas diárias da vida (os afazeres domésticos, o lazer), Savolainen buscou uma compreensão mais plural dos sujeitos – mais condizente àquilo que as pessoas efetivamente são. Mais do que isso, ele apresentou um modelo, como se pode ver abaixo, na figura 1, que identifica uma complementaridade também entre as instâncias individuais e as sociais, isto é, busca ver tanto o caráter ativo dos sujeitos como também as determinações que incidem sobre eles. Ao mesmo tempo, identificando como os sujeitos atuam face a estratégias distintas de controle da vida (relacionadas ao otimismo e ao pessimismo, ao cognitivo e ao afetivo) e mobilizando distintos recursos de capital social e cognitivo, o autor abre caminho para uma compreensão das instâncias propriamente simbólicas que se relacionam aos fenômenos informacionais. Tais elementos são

apresentados a seguir.

Figura 1 - Modelo ELIS de Savolainen



Fonte: Savolainen (1995).

Tuominen e Savolainen (1997) produziram, dois anos depois, uma fundamentação teórica para essa abordagem, a partir do entendimento do uso da informação como uma ação discursiva. Desde o ponto de vista do construcionismo social, os autores buscam compreender a linguagem em sua dimensão de construção da realidade. Buscar e usar informação consistem,

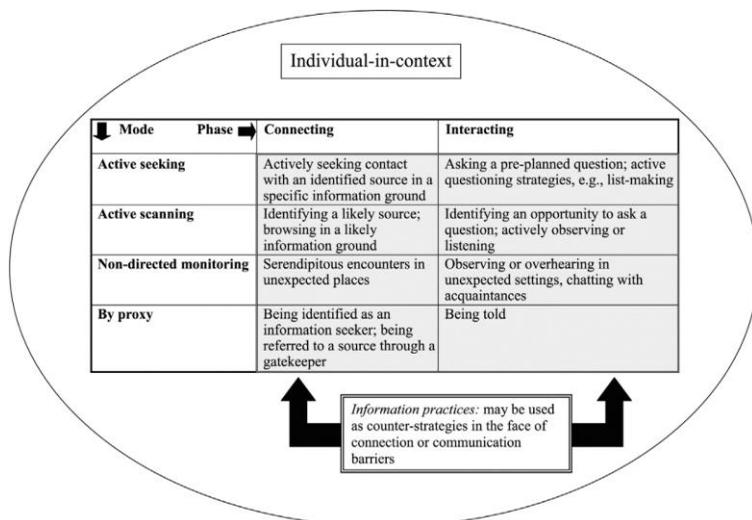
nessa perspectiva, não apenas ações que sofrem influências dos elementos estruturantes da realidade social, mas são, eles próprios, elementos conformadores desses elementos. Cada ação humana é também uma interferência naquilo que nos condiciona. Supera-se o caráter isolacionista, monológico e mecânico da abordagem tradicional – caráter esse replicado no modelo cognitivista.

Outros esforços de construção de bases teóricas para a perspectiva de estudos em práticas informacionais foram realizados, com ênfase no construcionismo, no coletivismo e no construtivismo (TALJA, 1997; TALJA; TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005; COX, 2012), relacionados a abordagens como a etnometodologia, o interacionismo simbólico e a sociologia compreensiva. Em comum, todas essas abordagens se situam na tensão entre o individual e o coletivo, isto é, buscam compreender as ações humanas em termos das decisões individuais e autonomia das pessoas, mas também das determinações e padrões sociais e culturais que se impõem sobre as pessoas.

Outros modelos de práticas informacionais foram desenvolvidos. Um deles é o modelo bidimensional de McKenzie (2003), autora que propõe que o termo práticas informacionais

seria mais adequado do que comportamento informacional justamente para dar conta da dimensão não-diretiva, isto é, espontânea, casual, das ações das pessoas com relação à informação. A autora desenvolve a noção de *serendipity* – a possibilidade de se fazer descobertas importantes por acaso ou, no caso, encontrar determinados recursos informacionais relevantes sem estar procurando por eles. McKenzie busca analisar como situações inesperadas convocam os sujeitos e reinterpretar sua situação concreta, sua experiência, seus desejos e suas expectativas, construindo para tanto um modelo bidimensional com quatro fases: a busca ativa por informação, a varredura ativa, o monitoramento não dirigido (quando acontecem situações de *serendipity*) e a busca por procuração, isto é, por intermédio de outros sujeitos. Tal modelo é apresentado a seguir na figura 2.

Figura 2 – Modelo bidimensional de práticas informacionais de McKenzie



Fonte: McKenzie (2003).

A proposta de estudos de usuários de Chatman, expressa em sua *theory of life in the round*, se aproxima muito da perspectiva de práticas informacionais, embora a autora não utilize essa expressão. Articulando conceitos como os de mundo restrito, normas sociais, visão de mundo e tipos sociais, ela busca compreender como se dão, num ambiente com grande controle social e rotinas previsíveis (um presídio), as tentativas individuais de adaptação para sobrevivência e busca por segurança (CHATMAN, 1999). Ela se utiliza de alguns conceitos tomados de

Berger e Luckmann sobre como se constroem os sentidos partilhados socialmente, dentro deles os comportamentos apropriados ou adequados e, ainda, dentro destes, os comportamentos de busca da informação apropriados – com a identificação dos limites em que as ações individuais devem ser mantidos, e as ocasiões excepcionais em que tais limites podem ser ultrapassados (no caso do estudo mencionado, quando a informação é percebida com algo crítico, como especialmente relevante e quando os limites do mundo restrito não se mostram suficientes). Tais concepções se constroem sobretudo pelo caráter reciprocamente referenciado das ações dos sujeitos: as pessoas tomam outras como exemplo, categorizando-as em determinados quadros de legitimidade, imitando determinadas ações, que passam a se constituir em modelos de ação cristalizados. A autora chega a fazer uma aproximação à ideia de moda em Simmel, fenômeno essencialmente cultural e construído a partir de processos de socialização.

Outra perspectiva em práticas informacionais é a de Lloyd (2009). A autora apresenta uma distinção entre o que chama de teorias sociais tradicionais e teorias das práticas ou praxiológicas. Ela aponta que, embora essa segunda possibilidade ainda seja

pouco conhecida no campo da ciência da informação, ela pode ser extremamente útil para a análise de aspectos da realidade humana como a subjetividade, a intersubjetividade, a construção do significado, a racionalidade, entre outros. Embora a noção de prática remonte a Aristóteles, ela aponta que, no campo da teoria cultural, seus precursores são Bourdieu, com sua teoria do campo, e Giddens, com sua teoria da estruturação. Ainda assim, a autora desenvolve sua reflexão a partir de outra contribuição, a ideia de ontologias contextuais (*site ontologies*) de Schatzki, isto é, uma compreensão de que a vida social existe, e se atualiza, sempre no interior de um contexto, está imbricada a ele. A crítica de Schatzki é aos autores que promoveram uma certa separação entre o sujeito e o mundo. Em sua visão, sujeito e mundo estão sempre conectados por meio de práticas como vestir, comer, falar, caminhar, trabalhar, estudar, etc. Em seu estudo sobre a competência informacional, a autora identifica que as habilidades também são um produto social, e reflete os aspectos sociais, históricos e políticos de um contexto específico.

Por fim, destaca-se o modelo criado por Harlan (2012). A autora realizou um estudo empírico com adolescentes criadores de conteúdo e identificou o que chamou de experiências de

informação (participação, colaboração, processo e artefato) e de ações de informação (encontrar, pensar e criar), derivando da interseção entre as duas dinâmicas um modelo com cinco tipos de práticas informacionais: a aprendizagem coletiva, a negociação estética, a negociação do controle, a negociação das capacidades e a representação do conhecimento. Um dos méritos desse modelo é, justamente, articular distintas variedades de ações, inserindo-se na dinâmica de atuação individual e coletiva. Sua representação se encontra abaixo, na figura 3:

Figura 3 - Modelo de práticas informacionais de Harlan

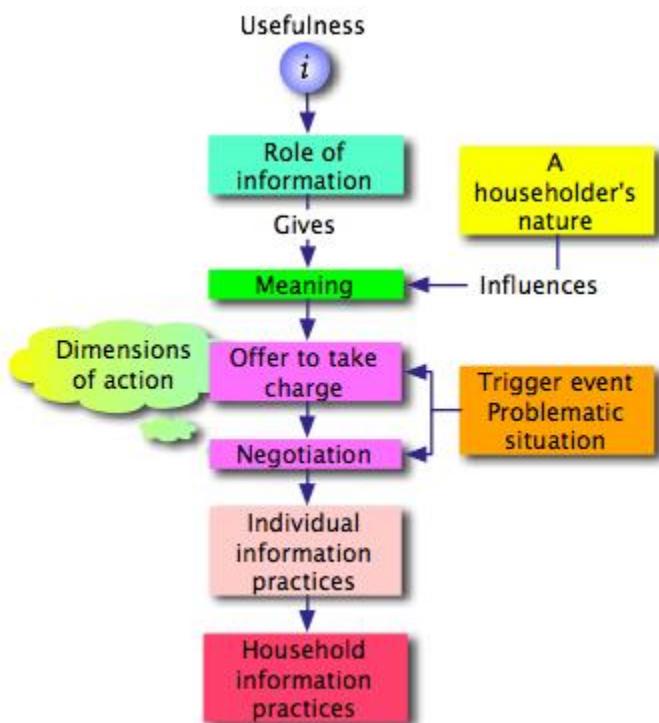


Fonte: Harlan; Bruce; Lupton (2014).

Um último modelo a ser apresentado é o proposto por Kalms (2008) no estudo de práticas informacionais de famílias, isto é, no ambiente doméstico. O autor foca seu estudo nas

estratégias de negociação dos sujeitos (dentro da família, com outras famílias) identificando quatro modos característicos de práticas informacionais: o cuidado, o co-gerenciamento, o controlado e o independente, resultante das nove dimensões de ações identificadas no estudo. O modelo está representado abaixo, na figura 4:

Figura 4 - Modelo de práticas informacionais como ordem negociada de Kalms



Fonte: Kalms (2008).

Estudos mais recentes têm destacado diferentes dimensões ou ações relacionadas às práticas informacionais. Floegel e Costello (2019), por exemplo, estudando práticas informacionais de pessoas queer em mídias de entretenimento, descobriram que os sujeitos se envolvem em práticas de descoberta que incluem busca, satisfação e triangulação, e em práticas de consumo que incluem validação, descoberta de fatos, avaliação e criação. Já Caidi, Allard e Quirke (2010) enfatizam também as barreiras e dificuldades de acesso à informação desde a perspectiva de práticas informacionais, destacando barreiras estruturais (de língua, de tecnologia) e sociais (isolamento, valores culturais, dificuldades de comunicação). Por fim, Olsson (2010) estudou profissionais de teatro para entender como as dinâmicas emocionais e racionais se misturam na concretização das práticas informacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um levantamento feito por Fisher, Erdelez e McKechnie (2005) identificou a existência de 72 diferentes teorias sobre comportamento informacional. Algumas delas relacionadas diretamente com práticas informacionais, outras indiretamente. De toda forma, o levantamento mostra a imensa pluralidade desse campo de pesquisa, confirmada também em outros mapeamentos (GONZÁLEZ TERUEL, 2005; TUOMINEN; TALJA; SAVOLAINEN, 2002; PÉREZ GIFFONI; SABELLI, 2010). A área também é marcada por intensas discussões conceituais, inclusive sobre a melhor designação tanto para o campo (DAY, 2011) como, também, relacionado às distintas modalidades e estratégias de pesquisa que o compõem (GONZÁLEZ TERUEL; BARRIOS CERREJÓN, 2012; SABELLI, 2010).

Neste capítulo, buscou-se analisar a emergência do campo de estudos em práticas informacionais como resultado da confluência entre a evolução do conceito de informação na ciência da informação, as problematizações sobre os sujeitos no âmbito das ciências humanas e sociais e ainda o desenvolvimento da área de pesquisa em usuários da informação. Outras possibilidades de

caracterização podem ser realizadas. Essa, contudo, permite evidenciar os pontos fundamentais a partir dos quais se desenha a especificidade dessa proposta de pesquisa. Neste texto, buscou-se também apresentar alguns modelos de estudo desenvolvidos nos últimos anos, que mostram justamente como se trata de uma perspectiva dinâmica, sempre em busca de novas construções e categorias, movida tanto pela diversidade dos objetos e fenômenos empíricos como também pelas novidades teóricas, conceituais e metodológicas. A perspectiva de práticas informacionais se coloca, dessa forma, como um estimulante desafio intelectual e postura científica a orientar os estudos sobre os usuários da informação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BAWDEN, D. Users, user studies and human information behaviour: a three-decade perspective on Tom Wilson's "On user studies and information needs". **Journal of Documentation**, v. 62, n. 6, p. 671-679, 2006. Disponível em: <http://www.city.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0006/79800/users20paper.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Introduction to information science**. Londres: Facet Publishing, 2012.

BELKIN, N. J. Anomalous states of knowledge as a basis for information retrieval. **Canadian Journal of Information Science**, v. 5, p. 133-143, 1980.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRITTAIN, J. **Information and its users**. Bath: University Press, 1970.

CAIDI, N., ALLARD, D.; QUIRKE, L. Information practices of immigrants. **ARIST**, v. 44, p. 491-531 2010.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003.

CHATMAN, E. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 50, n.3, p. 207-217, 1999.

COLL-VINENT, R. **Ciencia documental**: princípios y sistemas. Barcelona: Mitre, 1984.

CORCUFF, P. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru: Edusc, 2001.

COX, A. M. Information in social practice: a practice approach to understanding information activities in personal photography. **Journal of Information Science**, v. 39, n. 1, p. 61-72, 2012.

CRONIN, B. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 465–475, 2008.

CUNHA, M. B.; AMARAL, S. A.; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo: Atlas, 2015.

DAVIS, C.; SHAW, D. **Introduction to information science and technology**. Medford: Information Today, 2001.

DAY, R.E. Death of the user: Reconceptualizing subjects, objects, and their relations. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 1, p. 78-88, 2011.

DEBONS, A.; HORNE, E.; CRONENWETH, S. **Information science: an integrated view**. Boston: G. K. Hall, 1988.

DERVIN, B. An overview of Sense-Making research: Concepts, methods, and results to date. In: **Proceedings of Annual Meeting of the International Communication Association**. Dallas, TX: International Communication Association, maio 1983.

DERVIN, B. Interviewing as dialectical practice: SenseMaking Methodology as exemplar. In: International Association for Media and Communication Research Annual Meeting, **Anais...** Suécia, 2008.

DERVIN, B. Sense-making theory and practice: an overview of user interests in knowledge seeking and use, **Journal of Knowledge Management**, v. 2, n. 2, p. 36-46. 1989.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. In: WILLIAMS, M. E. (Ed). **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 21, Chicago, IL: Knowledge Industry Publications, p. 03-33, 1986.

DIAS, M.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: Edufscar, 2004.

FAIBISOFF, S.; ELY, D. Information and information needs. **Information reports and bibliographies**, v. 5, n. 5, p. 2-16, 1976.

FERNÁNDEZ MOLINA, J.C.; MOYA ANEGÓN, F. Perspectivas epistemológicas “humanas” en la documentación. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 25, n. 3, p. 241-253, jul./set. 2002.

FIGUEIREDO, N. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FIGUEIREDO, N. **Metodologias para promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas particularmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel e Associação Paulista de Bibliotecários, 1990.

FISCHER, K.; ERDELEZ, S; McKECHNIE, L. (Orgs.). **Theories of information behavior**. Medford: Information Today, 2005.

FLOEGEL, D.; COSTELLO, L. Entertainment media and the information practices of queer individuals. **Library & Information Science Research**, v. 41, n. 1, 2019, p. 31-38.

GILCHRIST, A. (Ed.). **Information science in transition**. Londres: Facet, 2009.

GONZÁLEZ TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Gijón: Trea, 2005.

GONZÁLEZ TERUEL, A.; BARRIOS CERREJÓN, M. **Métodos y técnicas para la investigación del comportamiento informacional: fundamentos y nuevos desarrollos**. Gijón: Trea, 2012.

HARLAN, M. A. **Information practices of teen content creators: the intersection of action and experiences - a grounded theory study**. Tese – Doutorado em Sistemas de Informação. Queensland: Queensland University of Technology, 2012.

HARLAN, M. A.; BRUCE, C. S.; LUPTON, M. Creating and sharing: teens' information practices in digital communities. **Information Research**, v. 19, n. 1, 2014.

HJORLAND, B. Library and information science (LIS), Part I. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 3, 2018a, p. 232-254.

HJORLAND, B. Library and information science (LIS), Part 2. **Knowledge Organization**, v. 45, n. 4, 2018b, p. 319-338.

HJORLAND, B. Theoretical development of information science: A brief history. **Journal of Information Science**, 2014.

KALMS, B. Household information practices: how and why householders process and manage information. **Information Research**, v. 13, n. 1, 2008.

KUHLTHAU, C. C. The Information Search Process: a summary of research and implications for school library media programs. **School Library Media Quarterly**, v. 18, n. 5, p. 19-25, 1989.

KUHLTHAU, C. **Seeking meaning: a process approach to library and information services**. London: Libraries Unlimited, 2004.

LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

LINARES COLUMBIÉ, R. Ciencia de la información: su historia y epistemología. Bogotá: Rojas Eberhard, 2005.

LINE, M. Draft definitions: information and library needs, wants, demands and uses. **Aslib Proceedings**, v. 26, n. 2, feb. 1974.

LLOYD, A. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 2, 2010, p. 245-258.

McKENZIE, P. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em:

<http://publish.uwo.ca/~pmckenzi/McKenzie_J.Doc_2003.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

OLSSON, M. All the world's a stage - the information practices and

sense-making of theatre professionals. **Libri**, v. 60, n. 3, p. 241-252, 2010.

ØROM, A. Information science, historical changes and social aspects: a Nordic Outlook. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p. 12-26, 2000.

PAISLEY, W.J. Information needs and uses. In: CUADRA, C.A. (Ed.). **Annual Review of Information Science and Technology**. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1968, v. 3, p. 1-30.

PÉREZ GIFFONI, M. C.; SABELLI, M. **Los estudios de usuarios de información: construcción de una línea de investigación y docencia en el Uruguay**. Montevidéo: EUBCA/Udelar, 2010.

RENDÓN ROJAS, M. A. Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología. **Transinformação**, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

SABELLI, M. Library and information sciences in the information disciplines environment: towards integrative models of disciplines, professional community and information and communication public policies. **Information Research**, v. 15, n. 4, 2010. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/15-4/colis720.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

SALAÜN, J.M.; ARSENAULT, C. **Introduction aux sciences de l'information**. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2009.

SARACEVIC, T. Information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.50, n.12, p. 1051-1063, 1999.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices: a social phenomenological perspective**. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeing in the context of way of life. **Library and Information Science Research**, n. 17, p. 259-294, 1995.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002.

SINGH, S. Assessing information needs and uses: a state-of-art report. **Herald library science**, v. 18, n. 1-2, p. 38-45, 1979.

TALJA, S. Constituting “information” and “user” as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information-man theory. In: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Orgs.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997. p. 67-80.

TALJA, S.; TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. “Isms” in information science: constructivism, collectivism and constructionism. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 79-101, 2005.

TUOMINEN, K.; SAVOLAINEN, R. A social constructionist approach to the study of information use as discursive action. In: VAKKARI,

P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (Orgs.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1997, p. 81-96.

TUOMINEN, K.; TALJA, S.; SAVOLAINEN, R. Discourse, cognition and reality: toward a social constructionist metatheory for library and information science. In: BRUCE, H. et al. (Orgs.). **Emerging frameworks and methods**. Greenwood Village: Libraries Unlimited, 2002, p. 271-283.

WACQUANT, L. Habitus. In: CATANI, A. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 213-217.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n.1, p. 3-15, 1981.

WILSON, T. D. Information behaviour: an interdisciplinary perspective. **Information processing & management**, v. 33, n. 4, p. 551-572, 1997.

WILSON, T. D.; STREATFIELD, D. R. Information needs in local authority social services department: a second report on Project INISI. **Journal of Documentation**, v. 35, n. 2, p. 120-136, 1979.

WOOD, D. N. User studies: a review of the literature from 1966-1970. **Aslib Proceedings**, v. 23, n. 1, p. 11-23, 1971.

PRÁTICAS, INTERAÇÕES E EMOÇÕES NO CONTEXTO DA RESILIÊNCIA INFORMACIONAL

Fellipe Sá Brasileiro

1 INTRODUÇÃO

O conceito de resiliência informacional criado por Lloyd (2014) é fundamental para o estudo da transição dentro do campo da informação, sobretudo se o enfoque se concentra na correlação entre as práticas informacionais em transição, agenciadas por sujeitos que lidam com desafios, e as transformações decorrentes. Nesse panorama, resumidamente, a resiliência informacional abrangeria a capacidade de se orientar dentro de uma ambiência informacional desconhecida, de se adaptar ao seu *modus operandi* e, conjuntamente, de ressignificar/reconstruir o cenário informacional¹ frente ao novo ambiente informacional.

O processo de transição de uma ambiência informacional para outra – envolvendo a construção e transformação de

¹ Entendidos por Lloyd (2014; 2015) como os espaços que fazem referência às modalidades e fontes de informação habituais dos sujeitos.

práticas – consiste num fenômeno complexo. Isso porque a transição não acontece de maneira linear e previsível. Decorre de rupturas das bases informacionais e depende do enfrentamento das barreiras estruturais e pessoais que emergem no processo, as quais tendem a dificultar a (re)construção das bases rompidas (LLOYD, 2015). Somadas a essas barreiras, outras complexidades podem problematizar as experiências transitórias, a exemplo da virtualização da vida contemporânea (SODRÉ, 2013), a reboque das práticas digitais, que, além de tensionarem as relações sociais, potencializam experiências de incertezas frente à diáspora digital² (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004).

Por esses e outros fatores (a exemplo da hipercirculação da informação e da desinformação), a transição está condicionada à articulação de um emaranhado de elementos interligados em etapas interdependentes, caracterizando-se, assim, como contextual, multidimensional e processual. Diante dessa complexidade, o conceito de resiliência informacional

² Entendida por González de Gómez (2004) como as experiências instáveis dos sujeitos, relacionadas aos efeitos da convergência tecnológica propiciada pela internet, que abarca desde o deslocamento de seus lugares de enunciação de ponto de partida até os desafios à autonomia informacional em contextos heterológicos digitais.

emerge como uma alternativa para os estudos sobre sujeitos que lidam com desafios à medida que permite objetificar a transição em sua totalidade, isto é, abarcando de forma transversal a articulação entre os seus elementos, etapas e efeitos. Para tanto, o conceito suscita a integração de outros conceitos, operando como atrator e, logo, estruturando um sistema entre eles, a saber: práticas informacionais, mediação da informação, letramento informacional e redes sociais.

No campo da informação, o conceito de resiliência informacional é desenvolvido a partir dos estudos de Lloyd (2014; 2015) sobre práticas de letramento informacional em saúde no contexto de transição de refugiados. A autora mostra que as práticas situadas em espaços cotidianos – envolvendo tanto a interação colaborativa entre refugiados quanto as conexões casuais e relacionais com agentes mediadores situacionais – determinam a construção de um novo cenário informacional, visto que mobilizam os capitais sociais e culturais carentes. Nesse caminho, partindo de um estudo empírico sobre a transição de mulheres primíparas³, buscamos incorporar ao

³ A maternidade é a transição que envolve “ruptura, reconstrução de si mesma com uma nova posição [...] que se auto-organiza no *self* da mulher, reconfiguração de

conceito os fatores emocionais que determinam a colaboração em redes digitais e a construção das relações sociais favoráveis (BRASILEIRO, 2017). Ademais, sublinhamos a importância e as formas de alcance de capitais emocionais na construção dos novos cenários informacionais, de modo a sedimentar uma relação entre emoções, práticas e autonomia informacional.

Em ambos os estudos, a concepção de resiliência é desenvolvida numa abordagem de matriz sociocultural. Enxergamos proximidades entre essa abordagem e a concepção latino-americana da resiliência (OJEDA, 2005), que permite “repensar o objeto: dos atributos dos indivíduos às condições coletivas de grupos humanos ou sociedades para enfrentar adversidades e procurar, em conjunto, a obtenção de seu bem-estar” (OJEDA, 2005, p. 49). Nesse sentido, observamos que, no campo da informação, os estudos sobre a resiliência têm como concepção o coletivismo presente na abordagem das práticas informacionais, e não o individualismo presente em abordagens comportamentais. Contudo, pontuamos que esse viés coletivista

práticas sociais, reconstrução dos significados de maternidade construídos ao longo da trajetória de vida e ancorados nos padrões normativos da cultura” (SILVA, 2012, p. 45).

se desenvolve sob orientações distintas – e complementares – vinculadas à Teoria Social, conforme os enfoques empíricos adotados, os quais, conseqüentemente, se desdobram em contribuições distintas – embora complementares – à compreensão conceitual. Assim, uma discussão integrativa de tais contribuições se faz relevante para o refinamento e ampliação da resiliência informacional.

Considerando tais contribuições, este capítulo tem como objetivo refletir sobre o conceito de resiliência informacional a fim de desenhar uma relação possível entre práticas, interações e emoções em contextos de transição. Tomando como base os estudos de Lloyd (2014; 2015) sobre práticas de letramento informacional em contextos de transição, buscando relacioná-los a uma perspectiva socioemocional da transição (BRASILEIRO, 2017), de abordagem interacionista (ARAÚJO, 2012), esperamos delinear algumas questões associadas às emoções a fim de aproximar o conceito das dinâmicas informacionais que envolvem os sentimentos coletivos nas ambiências digitais, e que podem determinar a (re)construção dos cenários informacionais numa dimensão mais ampla.

2 RESILIÊNCIA INFORMACIONAL: ESTRUTURA CONCEITUAL

O conceito de resiliência informacional é emergente no campo da informação. Foi elaborado pela pesquisadora Annemaree Lloyd, que se dedica ao estudo das temáticas “*Information Practices*” e “*Information Literacy*”. A partir dessas temáticas, dentre as inúmeras questões investigativas desenvolvidas pela autora, uma delas, ao nosso ver, incita a emergência do conceito de resiliência informacional, a saber: Como pessoas que experimentam contextos de vida não familiares/adversos, suscetíveis ao estresse e às incertezas, transitam de seus ambientes informacionais habituais para outros ambientes até então desconhecidos, a ponto de desenvolverem as competências informacionais necessárias para seguirem em frente?

Tal questão, embora esteja relacionada às questões da *Information Literacy*, demarca um fenômeno original e autônomo – o da transição. Este, por sua vez, se configura em uma experiência diaspórica – decorrente da ruptura das bases informacionais habituais (FISHER; NAUMER, 2006) – orientada à conexão com novas perspectivas informacionais.

Complementarmente, as práticas de letramento informacional assumem uma dinamização situacional à medida que se vinculam ao caminho desconhecido. Nesse sentido, Annemaree Lloyd se distancia de abordagens tradicionais do letramento informacional (relacionadas aos padrões comportamentais⁴ ou às estruturas construtivistas⁵) e introduz uma ótica diferente sobre o letramento informacional, posicionando-o como prática sociocultural derivada do contexto, por seu formato e suas prefigurações, e das interações sociais situadas, por sua emergência.

Assim, o fenômeno da transição informacional, quando delimitado como objeto de estudo, passa a ser compreendido pela heurística do conceito de resiliência informacional. Lloyd (2014) demonstra que a resiliência informacional emerge como a capacidade de orientação, ajustamento e ressignificação frente às

⁴ Estudos baseados nos *padrões de competência em letramento informacional para o ensino superior* da *Association of College and Research Libraries* (ACRL), que posicionam o letramento informacional como uma série de passos a serem seguidos ou de atributos pessoais (HICKS; LLOYD, 2016).

⁵ Estudos baseados na *nova estrutura de letramento informacional para o ensino superior* da *Association of College and Research Libraries* (ACRL), que perpetuam ou reforçam a ideia de que o letramento informacional emerge de um corpo de conhecimento unificado e de crenças imutáveis ou é uma entidade autônoma que parece intocada por influências sociais mais amplas (HICKS; LLOYD, 2016).

adversidades e incertezas, a ponto de desenvolver as competências informacionais necessárias à transição. Os processos de orientação, adaptação e ressignificação, segundo a autora, são experimentados no âmbito das práticas informacionais colaborativas (situacionais – conscientes ou não). A esse respeito, Lloyd (2014) desenvolve um estudo empírico com refugiados que experimentam um novo ambiente informacional de saúde para explorar como se desenvolve, coletivamente, o letramento informacional em contextos de transição e, assim, a resiliência informacional.

Considerando esse estudo, alguns aspectos das redes sociais devem ser destacados para a compreensão da estrutura do conceito de resiliência informacional. Para os fins deste artigo, esses aspectos foram organizados em duas perspectivas diferentes e complementares: uma **relacional** e outra **socioemocional**. Ambas, ao nosso ver, são fundamentais para o estudo empírico da transição na dimensão interacional das redes digitais frente aos dilemas contemporâneos relacionados ao contexto complexo das ambiências digitais ou midiáticas.

2.1 PERSPECTIVA RELACIONAL

Partindo de uma abordagem sociocultural, ancorada na Teoria da Prática de Theodore Schatzki, o conceito de resiliência informacional emerge da observação empírica do fenômeno da transição informacional. Considerando o caráter coletivista e social evidenciado, o esforço de estruturação do conceito envolve a articulação entre as categorias empíricas cunhadas e um conjunto de teorias sociais. Nessa direção, originalmente, Lloyd (2014; 2015) contribui para o desenvolvimento do que entendemos como perspectiva coletivista (relacional) do conceito.

Lloyd (2014) compreende a teoria de Mark Granovetter (1973), relacionada à força dos laços fracos, como central ao funcionamento das bases informacionais e dos espaços cotidianos, considerando que, com conexões próximas (laços fortes, a exemplo da família e amigos), há um potencial para os membros desenvolverem as mesmas bases informacionais. Por outro lado, seguindo Mark Granovetter (1973), David Johnson e Donald Case (2013), a autora ressalta que laços fracos podem ser mais benéficos para as informações em saúde, uma vez que transcendem a base de laços fortes e oferecem o desenvolvimento de perspectivas únicas de informação (LLOYD,

2014). Isso é evidenciado pela autora a partir do estudo realizado com os refugiados, que, ao se conectarem com pessoas pouco conhecidas nos espaços cotidianos, passam a ter acesso às informações de saúde e às fontes relevantes do ambiente.

Além disso, Lloyd (2015) ressalta a necessidade de reconstrução dos capitais social e cultural quando as bases de informação e conhecimento são desestruturadas. A esse respeito, a autora se apropria da definição de Pierre Bourdieu (1986) sobre capital social – “conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interconhecimento mútuos” (p. 248) – para relacionar, dentro de uma perspectiva informacional, os recursos com as “informações e conhecimentos sobre a natureza, fluxo e localização de informações e a operacionalização de habilidades informacionais num sistema social” (LLOYD, 2015, p.1038, tradução nossa).

A partir de então, a autora sublinha a importância do acesso aos relacionamentos (e aos capitais a esses incorporados) para o aumento do capital cultural. Utilizando como exemplo o contexto de refugiados, ela aponta que ao chegarem a novos países sem conexões ou apoio imediato de redes sociais, os

refugiados carecem de capitais social e cultural. Por isso, devem aprender a criar suas relações sociais com grupos estabelecidos e situados, que servirão como ponte para a construção de cenários e formação de redes. Nesse ponto, a autora também considera que a noção de “capital de ligação e de pontes”, de Robert Putnam (2000), possa contribuir para o entendimento de como a resiliência informacional se constrói. Com base em Putnam (2000), Lloyd (2015) esclarece que o “capital de ponte” diz respeito às condições que possibilitam tanto a conexão com pessoas que não são semelhantes como a identificação dos locais que ajudam as pessoas a se conectarem. O “capital de ligação”, por sua vez, se refere aos elementos que aproximam as pessoas dos seus grupos semelhantes, mantendo suas redes.

Diante dessa construção teórica, observa-se que Lloyd (2014; 2015) evidencia as **relações e as redes sociais** como elementos centrais à resiliência informacional, tanto no que se refere ao papel das conexões com os laços fracos para o acesso às informações relevantes quanto à importância da reconstrução dos relacionamentos sociais para a apropriação dos recursos que permitem a transição de ambientes informacionais (marcados pela diversidade de normas, valores e realidades culturais). Além

disso, destaca a importância dos capitais que possibilitam e mantêm as conexões entre os sujeitos semelhantes e/ou os não semelhantes.

Em outras palavras, a autora deixa claro que o capital social atrelado à informação – em contextos de transição – pode ser adquirido e apropriado pelos sujeitos por meio da combinação das diferentes formas de redes sociais: (i) conexões com os laços fortes (relacionadas aos capitais de ligação) agem nas trocas de reciprocidade e confiança; (ii) conexões com os laços fracos (relacionadas aos capitais de ponte) agem no acesso aos novos recursos informacionais. Somando uma terceira forma a essas duas – a do “capital social de conexão” (laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade) –, Marteleto e Silva (2004) argumentam que a situação ideal para as comunidades é ter o “capital social dividido entre essas três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade: (1) confiança e comprometimento; (2) ampliação das fontes de informação e conhecimento; (3) acesso às instituições de poder” (p. 44).

Importa, contudo, problematizar que cada contexto de transição experimentado apresenta as suas próprias condições, possibilidades e restrições às conexões com outras pessoas, grupos e/ou instituições. Afinal, de acordo com Hicks e Lloyd (2016), por exemplo “estruturas de apoio familiar podem não estar disponíveis” (p. 334, tradução nossa). Sendo assim, cada contexto necessita ser compreendido frente às dinâmicas situacionais que envolvem as interações com a informação em detrimento da compreensão estruturalmente afixada, ou seja, considerando o letramento informacional também como uma prática sociocultural coletiva capaz de emergir da negociação de significados, e não simplesmente como influência estrutural de um corpo de conhecimento unificado ou de crenças imutáveis (HICKS; LLOYD, 2016).

No contexto de transição dos refugiados, por exemplo, caracterizado pela desestruturação das bases de conhecimento (incluindo as redes sociais) e pelas barreiras linguísticas/letramento, as conexões se desenvolvem predominantemente de forma situacional com outras pessoas desconhecidas (laços fracos) que agem como intermediários de informação em espaços cotidianos diversos e, logo, como pontes

para a formação das redes sociais (LLOYD, 2014; 2015). Em outros contextos de transição menos extremos, como mudanças socioculturais na vida de estudantes que precisam desenvolver o letramento para navegar em novos ambientes informacionais, práticas informacionais habituais podem não funcionar (HICKS; LLOYD, 2016) e diversas barreiras podem provocar dificuldades para a conexão com as várias formas de redes sociais, exigindo outras práticas de letramento alternativas.

Tomando como exemplo o contexto de transição de mulheres primíparas, a mudança sociocultural experimentada se relaciona com a representação de um novo papel social nunca desempenhado (embora projetado no imaginário da mulher com base em seus contextos socioculturais). Para Silva (2012) a maternidade é a transição que envolve “ruptura, reconstrução de si mesma com uma nova posição [...] que se auto-organiza no *self* da mulher, reconfiguração de práticas sociais, reconstrução dos significados de maternidade construídos ao longo da trajetória de vida e ancorados nos padrões normativos da cultura” (p. 45). Nesse contexto, os laços fortes, embora percebidos como redes de confiança, podem ser julgados como limitados para o acesso às informações relevantes, ao passo que os laços fracos, embora

percebidos como relevantes para o acesso às informações, podem denotar desconfiança às trocas de informações íntimas e pessoais (BRASILEIRO, 2017). Diante desse dilema, essas mulheres precisam construir confiança nos laços fracos a fim de reconstruir suas práticas.

Independente do contexto de transição, portanto, as situações e conexões decorrentes são fundamentais às relações e redes misteres à resiliência informacional. Contudo, as situações/conexões podem apresentar dificuldades. Uma delas, segundo Hicks e Lloyd (2016), é saber o que é verdade quando se juntam fragmentos de informações. Para Hicks e Lloyd (2016), esse sentimento faz referência à “criação da desinformação que pode ocorrer quando as estratégias de juntar informações são fragmentais, e pequenos segmentos de informação de várias fontes são postos juntos aleatoriamente sem uma estratégia de letramento informacional coesiva sendo praticada” (p. 339-340, tradução nossa). Assim, os autores mostram que o problema da desinformação põe em evidência como outras questões, “relacionadas a relações de poder e julgamentos acerca da veracidade de locais ou conhecimentos informacionais, devem se

localizar no centro das considerações sobre transição” (p. 339-340, tradução nossa).

Abrindo um parêntese para pensar os modos contemporâneos de sociabilidade e de aprendizagem vinculados às realidades virtuais (SODRÉ, 2013), caracterizadas pela hiperconexão e a superexposição nos sites das redes sociais da internet (RECUERO, 2013), tem-se que os problemas da desinformação são potencializados pelo acesso às informações confusas, descontextualizadas e contraditórias que circulam nas redes, bem como pela iminência de ruptura das fachadas (GOFFMAN, 2011) virtuais nas situações de interação, a ponto de problematizar a conciliação entre os objetivos informacionais e conflitantes.

Pensando nisso, e em possíveis dificuldades de caráter interacional nas redes digitais, argumentamos que a **coesão social** se configura como elemento central para o bom desenvolvimento das estratégias informacionais coletivas de letramento e, assim, para a transição informacional coletiva. Isso porque acreditamos que as dificuldades potenciais de uma estratégia informacional de enfrentamento coletivo – desinformação, desconfiança nas fontes, conflito de valores,

descompromisso ético, coordenação dos objetivos informacionais e/ou conflitantes – são transcendidas à medida que os sujeitos passam a ter a consciência coletiva direcionada ao bem comum. Entretanto, não se trata da coesão social proveniente das estruturas sociais prévias e de seus valores, a exemplo de organizações sociais e família, mas, peculiarmente, da coesão social negociada, construída e dinamizada nas situações de interação entre dois ou mais sujeitos que não necessariamente fazem parte do mesmo estrato social.

Partindo desse princípio, resta-nos incorporar ao sistema conceitual da resiliência informacional os fatores situacionais que determinam a interação colaborativa e a construção das relações sociais favoráveis ao desenvolvimento de perspectivas únicas de informação. Nesse sentido, lançamos mão de um olhar socioemocional sobre o fenômeno da transição informacional que, assentado em um viés de complemento e não de oposição, resulta no que denominamos, por enquanto, de ***perspectiva socioemocional*** da estrutura do conceito de resiliência informacional. Tal perspectiva, além de considerar o processo de transição pelo plano das conexões situacionais, amplia a perspectiva relacional à medida que incorpora as

microdinâmicas intersubjetivas fundamentais à coesão social e à autonomia informacional.

2.2 PERSPECTIVA SOCIOEMOCIONAL

A tradução do processo coletivo e dinâmico de transição informacional sob o prisma das emoções é denominado, provisoriamente, de perspectiva socioemocional do conceito de resiliência informacional. Nessa perspectiva, os elementos que para Lloyd (2014) constituem os processos de construção de cenário, de encontrabilidade de informações e de agrupamento de informações – os quais fundamentam as etapas de orientação, ajustamento e ressignificação informacional – passam a ser observados empiricamente como processos emocionais.

Por processos emocionais, entende-se todas as microdinâmicas emocionais nas situações de interação cotidiana capazes de determinar as relações sociais e as percepções/sentimentos sobre a realidade social. Implica dizer que a intersubjetividade e a coesão social, quando traduzidas em observáveis, são, na realidade, construções emocionais carregadas de sentimentos, as quais, por sua vez, resultam das

microdinâmicas emocionais – individuais e coletivas – próprias das múltiplas situações de interação (COLLINS, 2004).

Tal entendimento se desenvolve numa abordagem interacionista⁶ – especificamente a que se denomina de microssociologia radical⁷ – atrelada à Sociologia das Emoções. Essa abordagem se propõe a aproximar as práticas sociais e as estruturas simbólicas, sem se ater às estruturas tradicionais de poder, dando centralidade aos processos emocionais. Dessa maneira, evoca autonomia para as ações situadas e para a emergência e reprodução da coesão social.

O eixo teórico central da referida abordagem é a Teoria da Interação Ritual (IR) do sociólogo estadunidense Randall Collins. O modelo teórico de Collins (2004), baseado na sociologia de Émile Durkheim e Erving Goffman, põe em evidência alguns elementos de natureza não racional e coletiva como centrais à coesão social numa dimensão situacional e microssocial, a saber: os rituais de interação, as emoções, a solidariedade, a emoção

⁶ No campo da informação, a abordagem interacionista se situa na subárea dos estudos dos usuários e está voltada à superação das dicotomias envolvendo “sujeito ativo/sujeito passivo, significado na mensagem/na mente do usuário, usuário cognitivo/emocional e cultural” (ARAÚJO, 2012, p. 150).

⁷ Terminologia utilizada pelo Sociólogo Randall Collins (2004) na obra intitulada “*Interaction Ritual Chains*” para se referir a identificação teórica de sua abordagem.

compartilhada, a energia emocional, os símbolos de pertencimento e os sentimentos morais.

Partindo do princípio de que os encontros entre duas ou mais pessoas nos espaços cotidianos envolvem objetivos conflitantes e/ou ambivalências emocionais (GOLDSMITH, 2001; BRASHERS, GOLDSMITH, HSIEH, 2002; GOFFMAN, 2011), provenientes das regras morais que ordenam as situações de interação e das marcas emocionais/simbólicas de estratificação que as pessoas trazem consigo nos encontros, o modelo de Collins (2004) permite observar a coesão social entre pessoas que não necessariamente pertencem a uma mesma estratificação social (classe econômica, *status*, poder), assim como as ampliações dessa estratificação, a partir de processos emocionais ativados nos encontros de interação ritual.

A microdinâmica emocional, que incide sobre a coesão social e as ações futuras em outras situações, abrange, para Collins (2004): (i) emoções transitórias que particularizam uma determinada situação e atraem as pessoas; (ii) transformação dessas emoções transitórias em Energia Emocional (EE) em nível coletivo (correspondente à “experiência intensa de emoção compartilhada” ou à “efervescência coletiva”, nos termos de

Durkheim); (iii) os resultados da Energia Emocional (EE) em nível individual, que determinarão as ações individuais futuras.

As emoções transitórias são as emoções manifestadas inicialmente durante um determinado encontro (medo, alegria, raiva, tristeza, frustração). À medida que as pessoas focam suas atenções em uma atividade comum, tomando consciência da consciência de cada um (foco de atenção mútua) e do que o outro está sentindo (humor compartilhado), essas emoções transitórias se transformam numa experiência de emoção compartilhada. Quanto maior a sincronia e intensificação de *feedbacks* na interação, maior a intensidade dessa experiência compartilhada, a qual é capaz de dominar as consciências dos envolvidos. Como resultado, tem-se: a construção coletiva de sentimentos duradouros de solidariedade e moralidade, os quais podem ser cristalizados em símbolos de pertencimento (palavras, gestos, pessoas, etc.); e, conjuntamente, a construção individual de Energia Emocional (EE), constituída por sentimentos de confiança, força, entusiasmo e iniciativa (COLLINS, 2004).

Toda essa microdinâmica, quando posta em perspectiva com a informação e com as práticas informacionais, contribui

para o entendimento socioemocional do processo de transição informacional. Importa dizer que partimos do pressuposto de que a prática informacional, na perspectiva de um fenômeno social e cultural que vincula a subjetividade e a coletividade (MCKENZIE, 2003; COX, 2012; ARAÚJO, 2017; ROCHA; GANDRA, 2018), consiste, também, num processo emocional, que vincula emoções individuais e coletivas.

Nesse sentido, a “dimensão individual” da prática informacional remeteria à “dimensão emocional” dos sujeitos: (i) nos processos perceptivos/imaginativos/de significação; (ii) nos processos comunicativos e/ou de apresentação de si. Nos primeiros, o estado emocional – que pode ser referente tanto às emoções cristalizadas na consciência e no corpo quanto às emoções situacionais – determina a seleção das fontes e o julgamento de valor das informações, ao mesmo passo que é constantemente (re) configurado e estimulado pelo ambiente informacional. Nos segundos, o estado emocional determina os modos comunicacionais frente ao(s) outro(s), envolvendo os modos de conexão e interação com as pessoas/fontes, o compartilhamento de informações, a expressão corporal e virtual do eu, o gerenciamento da identidade, e outras.

Os modos comunicacionais, por sua vez, revelam a dimensão coletiva da relação entre informação e emoção. Ao destacarmos a presença do(s) outro(s), sublinhamos o fato de que os sujeitos não agem com a informação de maneira atomizada no tempo e no espaço, mas, sobretudo, agem em relação a um coletivo informacional – a um valor de informação compartilhado (COX, 2012) – constituído a partir das configurações de seus contextos e situações. Esse coletivo, embora seja firmado pelo universo simbólico/cognitivo/imaginário dos sujeitos, emerge das experiências intensas de emoções compartilhadas atreladas a um valor informacional, que formam a consciência sobre os outros e tensionam a consciência sobre si. Afinal, como argumenta Collins (2004), os valores, quando existem, são cognições infundidas pelas emoções. Numa perspectiva empírica e observável, assim, podemos dizer que as emoções socialmente experimentadas e compartilhadas – cristalizadas em símbolos de associação, carregadas de sentimentos individuais e coletivos – determinam as práticas informacionais dos sujeitos.

Essa perspectiva socioemocional pode ser observada empiricamente a partir de uma pesquisa acerca das práticas

informacionais digitais de mulheres primíparas (BRASILEIRO, 2017). Partindo da análise qualitativa dos discursos de um coletivo de mulheres primíparas, formado por meio dos dispositivos de comunicação móveis, e orientado ao enfrentamento das incertezas e da desinformação a respeito do contexto da maternidade, o estudo evidenciou a relação envolvendo as emoções, as práticas informacionais e o letramento informacional.

Considerando as práticas de autogerenciamento da informação dessas mulheres, que refletem a dimensão individual da relação com a informação, constatou-se que, ao buscar ou explorar ativamente a informação na ambiência digital, as mulheres experimentam emoções diversas (medo, ansiedade, angústia, tristeza) frente às situações de incerteza que se traduzem em dificuldades para a tomada de decisões, como, por exemplo, estabelecer consenso entre as informações disseminadas, traduzir a informação científica, confiar em informações de comentários, assegurar a adequabilidade das informações e encontrar informações relevantes. Outrossim, estas e outras emoções (vergonha, culpa, raiva) são experimentadas nas situações em que as mulheres se conectam

com as informações em suas redes sociais de modo não dirigido, quando, por exemplo, inesperadamente, conteúdos delicados são visualizados, informações compartilhadas e atos nas redes ameaçam as suas faces, e informações sobre certos temas julgados importantes chegam de formas desencontradas (BRASILEIRO, 2017).

O que chama a atenção é que essas emoções transitórias vinculadas às incertezas informacionais se articulam com o estado emocional prévio dessas mulheres a respeito do contexto da maternidade. Ou seja, os capitais emocionais incorporados, resultantes das experiências emocionais coletivas e históricas acerca do significado de ser mãe, cristalizadas em símbolos maternos que são recarregados socialmente, exercem influência sobre as emoções transitórias vinculadas às incertezas do contexto vivenciado, e, conjuntamente, sobre os modos de julgar, sentir e agir diante das informações. Por outro lado, o estudo destaca que as informações que circulam nas ambiências digitais, cada vez mais complexas e atreladas aos padrões de felicidade⁸

⁸ “Felicidade entendida como bem-estar pessoal e prazer dos sentidos [...] são as promessas implícitas na moralidade de que se reveste o *bios* do mundo virtual. O jogo simbólico e singularizante do desejo é trocado pelo prazer tecnodirigido, que

impostos pela midiaticização (SODRÉ, 2013), quando postas em relação às experiências próprias da transição da maternidade (SILVA, 2012), provocam emoções que tensionam os capitais emocionais incorporados e, logo, os valores de informação a eles vinculados, gerando ruptura das referências de verdade e insegurança para seguir em frente.

Esse tensionamento – que é informacional, por se tratar de um questionamento das disposições e/ou valores informacionais habituais, e também emocional, sobretudo se observado *in loco* frente à desarmonia dos capitais emocionais –, quando deixa de ser situacional e passa a se prolongar no tempo, contribui para a emergência de um estado de incerteza informacional (BRASILEIRO, 2019). Em tempos suscetíveis à desinformação e incertezas, o “estado de incerteza informacional” seria uma categoria prática que permitiria analisar empiricamente a realidade (des)informacional enfrentada na experiência dos sujeitos, em detrimento de categorias abstratas que, quando distantes da camada da

se converte em impositiva disposição imanente, num bem homogeneizante em si mesmo” (SODRÉ, 2013, p. 205).

experiência, podem reduzir os sujeitos à posição de passividade frente aos desdobramentos da desinformação.

Enquanto o termo “estado” – relacionado ao modo de estar no momento – abarca a vulnerabilidade emocional provisória decorrente da tensão entre os capitais emocionais (vinculados aos valores de informação prévios) e às emoções transitórias que emergem das situações de incerteza sobre as informações, o termo “incerteza informacional” demarca as múltiplas percepções de desinformação (KARLOVA; FISHER, 2013) – inerentes ao contato com um ambiente informacional complexo – que impedem ou dificultam os objetivos informacionais e o processo de seguir em frente. A categoria “*estado de incerteza informacional*”, portanto, sugere que os sujeitos sentem/percebem certas distorções informacionais – as quais tensionam a inteligibilidade prática (SCHATZKI, 2010) – e sentem/percebem a necessidade de criarem estratégias alternativas para o enfrentamento.

Ademais, embora seja experimentado como vulnerabilidade, o estado de incerteza informacional pode ser entendido como uma oportunidade de construção de uma nova perspectiva informacional – direcionada para um bem comum – à

medida que desloca os sujeitos de suas bases/disposições informacionais ancoradas, muitas vezes, em símbolos idealizados por uma estrutura social desigual e violenta, e, ao mesmo tempo, desperta a necessidade de vinculação com os outros – para além de suas redes sociais primárias (laços fortes) – a fim de superar o desconhecido/desconforto. A esse respeito, consideramos que a superação do estado de incerteza informacional e, logo, a ressignificação das disposições informacionais só são possíveis quando os sujeitos conseguem reconstruir seus capitais emocionais em sintonia com novos valores e práticas informacionais. Assim, as emoções adquiridas se configuram como um “cimento” que liga os sujeitos a uma nova perspectiva.

Nesse sentido, as interações e a vinculação com os outros são fundamentais. Considerando que a resiliência informacional é um processo que se estabelece a partir das relações e redes sociais (LLOYD, 2014; 2015), podemos dizer que ambas são o caminho para a aquisição de capitais emocionais vinculados a uma nova perspectiva informacional. Para tanto, as conexões de laços fracos, imprescindíveis para a aquisição de novos recursos informacionais (JOHNSON; CASE, 2013), precisam ser transformadas em conexões de laços fortes, a fim de se tornarem

laços/símbolos carregados de sentimento de solidariedade, moralidade e confiança capazes de conectar consciências coletivas e individuais sobre a informação e práticas informacionais recém-construídas. Caso contrário, sem essa coesão emergente, os sujeitos podem retornar às mesmas bases informacionais habituais a fim de reduzirem as incertezas e preservarem seus capitais emocionais prévios ou, em outra direção, permanecerem retidos aos laços fracos com prejuízo de esvaziamento emocional e depressão.

Diante do exposto, torna-se relevante compreender as dinâmicas emocionais que envolvem a transformação dos laços fracos em laços fortes – no decorrer das situações de interação social em contextos de transição – e, assim, contribuem para a consolidação do processo de resiliência informacional. Partindo do princípio de que o processo se inicia com as rupturas que provocam o estado de incerteza informacional e se articula às práticas informacionais colaborativas, algumas questões de natureza socioemocional podem servir como indicadores analíticos para os estudos sobre o fenômeno da transição informacional.

Quais são as emoções e sentimentos associados aos valores de informação do ambiente habitual? Quais são os fatores de incerteza que tensionam essas emoções e valores? Quais são as emoções e sentimentos transitórios que decorrem das incertezas? Como esse estado emocional dificulta ou impede as práticas informacionais direcionadas à transição? Quais são os fatores emocionais que dificultam ou impedem as práticas informacionais colaborativas? Quais são os fatores emocionais e as condições que contribuem para as práticas informacionais colaborativas? Quais são as emoções coletivas produzidas pela colaboração? Quais são os valores informacionais que se vinculam a essas emoções? Como as emoções vinculadas à novos valores orientam as práticas informacionais dos sujeitos? Quais são os símbolos de associação que cristalizam e materializam as emoções e valores informacionais ao longo do tempo?

Tais questões são apenas uma referência para a pesquisa empírica. Sem dúvidas, elas podem ser alargadas ou aprofundadas conforme o contexto do fenômeno. Destaca-se, aqui, a perspectiva teórica de Randall Collins (2004) como um recurso teórico-metodológico apropriado para essas questões operacionais. Aliada à teoria de Collins, incorporando os modos

de sociabilidade contemporâneos, tem-se a perspectiva de Richard Ling (2008) sobre as interações mediadas pelas tecnologias móveis. Ambas são utilizadas no estudo empírico que realizamos (BRASILEIRO, 2017) acerca do processo de resiliência informacional digital.

Esse estudo, que teve como propósito apresentar um modelo de resiliência informacional capaz de servir como um recurso conceitual para a compreensão da dimensão interacional da transição informacional em redes sociais digitais, buscou demonstrar que as práticas informacionais colaborativas mediadas pelos espaços virtuais, atrelados aos dispositivos de comunicação móveis, viabilizam a construção da resiliência informacional à medida que possibilitam uma coesão social negociada e construída nas situações de interação.

Acreditamos que uma perspectiva socioemocional da transição informacional, articulada à perspectiva relacional dessa transição (que abarca a dimensão material da Teoria da Prática e a dimensão relacional da Teoria das Redes Sociais), pode contribuir para investigações futuras sobre o papel dos sentimentos coletivos nos processos contemporâneos de constituição e/ou desestabilização de regimes de informação.

Nesse sentido, considerando que os regimes de informação atravessam as dinâmicas sociotécnicas das plataformas digitais, precisamos lançar mão de uma leitura “transversal e específica” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). Para tanto, a resiliência informacional pode figurar como uma abordagem possível.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste capítulo foi o de refletir sobre a resiliência informacional a fim de desenhar uma relação entre práticas, interações e emoções em contextos de transição. Destacamos que o conceito se configura numa temática com potencial de exploração quando se busca investigar o fenômeno da transição informacional nos agrupamentos contemporâneos.

Inicialmente, o capítulo ressaltou a perspectiva fundante do conceito, que abarca a importância das conexões e relações situacionais instituídas pelos sujeitos no cotidiano – decorrentes da colaboração contingencial dos agentes mediadores situacionais – para a construção de um novo cenário informacional. Nessa perspectiva, aqui referenciada como relacional, os laços fracos e os capitais de ponte a eles

incorporados são fundamentais para o acesso aos capitais sociais e/ou culturais carentes, necessários à construção do novo cenário.

Em seguida, o capítulo apresentou uma perspectiva complementar envolvendo os fatores emocionais que determinam as conexões e relações situacionais favoráveis à resiliência informacional. Nessa perspectiva, aqui denominada de socioemocional, as conexões e relações situacionais são observadas na dimensão das microdinâmicas emocionais e da construção da coesão social necessária à consciência coletiva direcionada ao bem comum – capaz de transcender a desconfiança nas fontes, os conflitos de valores, o descompromisso com o outro e as tensões envolvendo a coordenação dos objetivos informacionais/conflitantes. Ademais, essa perspectiva ressalta o acúmulo de capitais emocionais na construção dos novos cenários informacionais, sedimentando, assim, a relação entre emoções e autonomia informacional.

Considerando a complexidade das conexões e interações do ambiente digital, em especial as que envolvem a hipercirculação de informações e a superexposição do eu nos espaços públicos das redes sociais, a perspectiva socioemocional

pode oferecer subsídios analíticos para a compreensão do fenômeno da transição em ambiências digitais à medida que ressalta: (i) as tensões experienciadas pelos sujeitos frente à diáspora digital e às práticas informacionais virtuais que concorrem com seus múltiplos objetivos; (ii) as conexões virtuais com os laços fracos e a transformação desses laços em fortes; (iii) a construção das novas práticas informacionais virtuais e a relação delas com os processos de tomada de decisão.

Resta, contudo, compreender essas dinâmicas frente aos novos desafios da cultura digital relacionados aos algoritmos, aos dados e às plataformas digitais. Acreditamos que os estudos da informação sob a ótica das emoções e dos sentimentos podem contribuir para a elucidação de práticas digitais que influenciam regimes de informação e o bem-estar social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, 2012.

ARAÚJO, C. A. Á. O que são “práticas informacionais”? **Informação em Pauta**, v. 2, n. Especial, p. 217-236, 2 nov. 2017.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood, 1986, p. 241-258.

BRASHERS, D. E.; GOLDSMITH, D. J.; HSIEH, E. Information Seeking and Avoiding in Health Contexts. **Human Communication Research**, v. 28, n. 2, p. 258–271, abril 2002.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional em redes sociais virtuais: práticas colaborativas, emoções e mobilidade**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais**. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CLEMENS, R. G.; CUSHING, A. L. Beyond everyday life: information seeking behavior in deeply meaningful and profoundly personal contexts. **Proceedings of American Society for Information Science and Technology**, v. 47, p. 1–10, nov./dez. 2010.

COLLINS, R. **Interaction Ritual Chains**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

COX, A. M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, New York, v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012.

FISCHER, K. E.; NAUMER, C. M. Information grounds: theoretical basis and empirical findings on information flow in social settings. In SPINK, A.; COLE, C. (Eds.), **New directions in human information behavior**. Amsterdam: Kluwer, 2006.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOLDSMITH, D. J. A Normative Approach to the Study of Uncertainty and Communication. **Journal of Communication**, v. 51, n. 3, p. 514–533, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 1, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de Informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HERSBERGER, J. Resilience Theory, Information Behaviour and Social Support in Everyday Life. **American Society Information Science and Technology**. v. 39, n. 3, 2013.

HICKS, A.; LLOYD, A. It takes a community to build a framework: Information literacy within intercultural settings. **Journal of Information Science**, v. 42, n. 3, p. 334-343, 2016.

JOHNSON, D. J.; CASE, D. O. **Health Information Seeking**. New York: Peter Lang, 2013.

KARLOVA, N. A.; FISHER, K. E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behavior. **Information Research**, v. 18, n. 1, 2013.

LING, R. The Mediation of Ritual Interaction via the Mobile Telephon. In: KATZ, J. (ed.). **Handbook of Mobile Communication**. Local: MIT Press, 2008.

LLOYD, A. Building Information Resilience: How do Resettling Refugees Connect with Health Information in Regional Landscapes – Implications for Health Literacy. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 45, n. 1, p. 48–66, 2014.

LLOYD, A. Stranger in a strange land; enabling information resilience in resettlement landscapes, **Journal of Documentation**, v. 71, n. 5, p. 1029 – 1042, 2015.

LLOYD, A. Researching fractured (information) landscapes: Implications for library and information science researchers undertaking research with refugees and forced migration studies. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 73, n. 1, p. 35-47, 2016.

McKENZIE, P. A modelo f Information Practices in accounts of everyday-life Information seeking. **Journal of Documentation**, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, 2004.

OJEDA, E. N. S. Uma concepção latino-americana: a resiliência comunitária. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. (orgs.) **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Atmed, 2005, 160p.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**, Simon Schuster. New York: Simon & Schuster, 2000.

RECUERO, R. Atos de ameaça à Face e à Conversação em Redes Sociais na Internet. In: PRIMO, Alex (Org). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 51 -69,

ROCHA, J. A. P.; GANDRA, T. K. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 566-595, set. 2018.

SCHATZKI, T. **The Timespace of human activity: on performance, society, and history as indeterminate teleological events**. Plymouth: Lexington Books, 2010.

SILVA, C. M. S. **Reconstruções da maternidade por mães na transição dos filhos para a vida adulta**, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MEDIAÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES: as práticas informacionais das teorias críticas feministas

Henriette Ferreira Gomes
Gisele Rocha Côrtes

1 INTRODUÇÃO

Ao tratar do desenvolvimento do protagonismo social das mulheres, percebeu-se a importância de resgatar o conceito de protagonismo, situando-o nos estudos da mediação da informação, com a apresentação de uma síntese da trajetória constitutiva da abordagem dessa temática nos estudos da Ciência da Informação que permitiu a sua formulação conceitual, assim como a expansão da compreensão da mediação da informação a partir das suas dimensões que, quando intencionalmente alcançadas, contribuem para o desenvolvimento do protagonismo social. Cenário que coloca o(a) mediador(a) da informação na condição de agente consciente do vínculo do seu fazer e do seu objeto de trabalho com a construção do processo libertador e humanizador do mundo.

Nessa linha de pensamento, o texto se estruturou em um encadeamento que apresenta as origens do conceito de protagonismo (SANTOS, 2005), e a sua adoção como protagonismo social nos estudos de mediação da informação e mediação cultural (PERROTTI, 2017).

Para tratar da mediação situando-a no campo da Ciência da Informação, traçou-se um breve histórico dos estudos que foram abrindo caminhos para a formulação conceitual da mediação da informação por Almeida Junior (2015), a partir da qual os estudos se aprofundaram permitindo a compreensão e formulação por Gomes (2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b) das suas dimensões, tornando ainda mais evidente a sua intencionalidade de favorecer o desenvolvimento do protagonismo social, em especial na realização da mediação consciente da informação.

Ao cabo dessa abordagem da mediação da informação e de suas dimensões e relações com o protagonismo social, o texto adentra o foco específico do protagonismo das mulheres, delineando um processo histórico de apagamento e, ao mesmo tempo, impeditivo do exercício de cidadania e acesso à educação. Nesse contexto, apresenta o protagonismo social de

mulheres nas lutas em prol da ampliação de seus direitos e explicita como a mediação consciente, consubstanciada nas práticas informacionais das teorias críticas feministas, fornece subsídios epistemológicos para (re)formular, substancialmente, os cânones hegemônicos da ciência moderna, assentados no androcentrismo e no racismo. Por fim, a elaboração destas reflexões, no escopo da Ciência da Informação, abre caminhos frutíferos e oportuniza reflexões no sentido de ampliar as perspectivas de análise do fenômeno informacional, com vistas a promover a igualdade para as mulheres no mundo da ciência e sua atuação como interagentes produtoras do conhecimento.

2 PROTAGONISMO X PROTAGONISMO SOCIAL

O conceito de protagonismo carrega forte influência do campo da literatura, do teatro e do cinema, nos quais os(as) protagonistas são personagens que ocupam papel central na trama, nas narrativas e encenações. Esse(a) personagem ganha centralidade a partir de ações que realiza ou que são realizadas em relação a ele(a), isto é, para ele(a), por ele(a) ou em função dele(a).

Mas, o conceito de protagonista nasce na literatura e no teatro grego, em especial pelas tragédias gregas. Historicamente, nas tragédias gregas havia apenas um ator que recitava o texto que era ecoado ou respondido pelo canto de um coro. Ésquilo introduziu dois personagens em debate, mas foi a partir da obra de *Sófocles*, na sua fase de dramaturgia, que as tragédias passaram a apresentar o(a) protagonista. Sófocles criou três papéis: o(a) do(a) protagonista como personagem principal; o(a) deuteragonista como o(a) personagem secundário(a) com papel de antagonista, como opositor(a) ao protagonista, e o(a) tritagonista, com papel terciário na trama da tragédia (SANTOS, 2005).

O termo grego *protagonistes* é composto de “protos” - principal ou primeiro(a) - e de “agonistes” - lutador(a) ou competidor(a). Contudo, na obra de Sófocles o sentido de protagonista conquista o atributo de resistência consciente a partir da personagem *Antígona*, tragédia composta em torno de 442aC que trata da cidade de *Tebas*. *Antígona*, filha de *Édipo* e irmã de *Ismênia*, *Etéocles* e *Polinice*, na obra que recebe o seu nome como título, enfrenta *Creonte*, que assumira o reino de *Tebas*, após os irmãos *Etéocles* e *Polinice* terem se enfrentado mortalmente em luta pelo trono de *Tebas*.

A partir da literatura e do teatro grego, o protagonismo se firma como um papel relevante no desenvolvimento da trama, com o atributo daquele(a) que se move ou que é movido por um objetivo central na história, ocupando um espaço de voz maior daqueles ocupados pelos(as) demais personagens. Assim, o(a) protagonista assume condição de interveniente na realidade podendo transformá-la, e para tanto, se apresenta como capaz de enfrentar as oposições com coragem e valentia, demonstrando Inteligência, sabedoria e competência para enfrentar seus antagonistas.

No processo de popularização do termo, ele acaba sendo empregado a partir do ponto mais estrito do núcleo de sentido a ele atribuído na literatura e no teatro, como a ação de alguém que desempenha papel principal em determinado acontecimento ou contexto.

Quando nos estudos da mediação da informação o tema do protagonismo começou a ser abordado, tornou-se importante retomar a gênese do seu sentido, para superar o seu uso mais estrito. Nesse sentido, Perrotti (2017) retoma as raízes da concepção de protagonismo na obra *Antígona* de Sófocles, na qual este encarna o sentido de resistência e consciência social.

Na obra de Sófocles, *Antígona* resiste, não aceita passivamente o imposto por *Creonte*. *Antígona* enfrenta o risco de morte, lutando pelo direito de sepultamento do irmão. Ela se ergue além da dor, reagindo e enfrentando corajosamente o rei *Creonte* por esse direito e contra sua conduta arbitrária, movida pelo sentimento de ódio frente a possíveis prejuízos dos seus interesses privados que o levou a determinar o sepultamento de *Antígona* com vida em uma caverna subterrânea, independentemente do sofrimento causado, como também

desconsiderando e desrespeitando princípios e direitos de todos integrantes da coletividade de *Tebas*.

Na obra, fica clara a existência de uma luta entre o público e o privado, entre a negação do outro e a compaixão por esse outro, entre atos arbitrários e comportamentos solidários, enfim, se expõe, por um lado, a luta pelo controle que impõe silêncio e subserviência e, por outro, a luta consciente de resistência em favor dos princípios e direitos do coletivo. A obra de *Sófocles* acentua a potência transformadora da realidade no comportamento protagonista, a força política do protagonismo, de transformação do real, que assusta o opressor que, por seu lado reage, direta ou indiretamente, gerando antagonismos.

Antígona de *Sófocles* apresenta uma protagonista que compreende o caráter político da sua ação e, por isso, se mantém na resistência capaz de gerar tais transformações, ainda que tais transformações não estejam circunscritas aos seus interesses pessoais, aos seus desejos e planos pessoais. Sua luta se volta aos direitos da coletividade, portanto, encarna o protagonismo social e não individual.

O protagonismo social está ligado à valorização da esfera pública, se volta aos interesses do coletivo, consciente de que a

transformação almejada nem sempre pode ser alcançada de imediato, em especial quando a esfera do privado está em instância de maior valorização, em detrimento da esfera pública. Nessa situação, as ações protagonistas deverão ser ampliadas e estendidas no tempo, demandando vários sujeitos protagonistas capazes de fazer com que a resistência mantenha-se viva e vibrante independente do tempo, mantendo a luta pelo fortalecimento dos interesses e direitos do coletivo.

Assim, resgata-se o sentido primeiro e mais forte do conceito de protagonismo, como um comportamento de enfrentamento contra a arbitrariedade e de luta pelo respeito à alteridade e aos direitos sociais, ainda que a esta luta não se apresente uma vitória imediata. Nesse sentido, pode-se afirmar que este é um protagonismo social e não individual ou voltado aos interesses de uma determinada instituição ou grupo de indivíduos.

Destaca-se que o protagonismo social envolve toda diversidade de protagonismo, inclusive o protagonismo cultural. Pode-se defender essa perspectiva, tomando-se como referência o que defende Perrotti (2017, p. 15), que na condição de

pesquisador do protagonismo cultural, ao nos convocar a expandir nossa compreensão acerca do conceito, assinala que

[...] protagonismo implica uma dimensão existencial inextricável. Significa resistência, combate, enfrentamento de antagonismos produzidos pelo mundo físico e/ou social e que afeta a todos. Significa tomada de posição dianteira face a obstáculos que ameaçam a espécie (causados por pessoas, animais, circunstâncias, sentimentos, ideias, preconceitos etc.).

Desse modo, pode-se afirmar que o protagonismo, em instância central, é social, representando conduta, postura, um estilo de existência, envolvendo todas as demais esferas da vida humana, nas suas diversas especificidades e dimensões, incluindo-se entre elas a própria dimensão cultural, em especial por se compreender cultura como produção humana, a partir da qual são produzidas as informações.

Assim, então, o conceito de protagonismo social retoma o sentido primeiro apresentado na obra *Antígona* de Sófocles, sendo este o conceito a partir do qual se estabelecem as discussões nos estudos de mediação da informação.

3 PROTAGONISMO SOCIAL E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Em nossas reflexões acerca do protagonismo no âmbito da mediação da informação, optamos por trabalhar na perspectiva do protagonismo social, compreendendo o protagonismo cultural como uma tipologia abarcada pelo primeiro.

Como já assinalado na seção anterior, o protagonismo social essencialmente representa a ação de resistência e luta contra a opressão, discriminação, *apartheid* social, rejeição, silenciamento dos contrários, desrespeito à alteridade e, por esta razão, ele recebe o contributo da mediação da informação e suas dimensões e, ao mesmo tempo, motiva e impulsiona a ação mediadora em suas cinco dimensões: dialógica, estética, formativa, ética e política (GOMES, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b).

Desse modo, torna-se importante discorrer acerca da mediação da informação e das suas dimensões, compreendendo sua estreita relação e compromisso com o desenvolvimento do protagonismo social.

3.1 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUAS DIMENSÕES: FUNDAMENTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO EM FAVOR DO PROTAGONISMO SOCIAL

Do mesmo modo que o conceito de protagonismo social, o conceito de mediação tem uma trajetória longa. Em sua pesquisa, concluída em 2019, Santos Neto (2019) apresenta um panorama consistente da trajetória de discussão em torno da mediação no contexto da área da informação, iniciada por *Ortega y Gasset* em 1935, quando este introduziu o termo mediação como uma “[...] função viva, ou seja, um estímulo para pensar, assimilar, fazer com que o conteúdo do livro seja verdadeiramente apropriado pelo usuário” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 67).

Mas a abordagem em torno da mediação no campo da informação, alcançou um contorno mais conceitual a partir das proposições de Shera (1973), nas quais foi acentuado o papel mediador do(a) bibliotecário(a), na promoção do encontro entre informação e o ser humano, tratando das funções mediadoras do(a) profissional bibliotecário(a) e da biblioteca nesse contexto.

Pode-se destacar que Shera foi o primeiro a introduzir uma nova concepção acerca do trabalho do(a) bibliotecário(a),

na qual a mediação ocupa papel vital, inaugurando assim um período de reflexão em torno da ideia de mediação na Biblioteconomia, chegando inclusive a abordar a impossibilidade de neutralidade no trabalho bibliotecário (SANTOS NETO, 2019).

Na década de 1980, vários estudos na área passaram a tratar da função mediadora da biblioteca pública, em destaque na mediação cultural, como no caso do estudo de Flusser (1980) que, embora não conceitue mediação cultural ou mediação da informação, focaliza a ação cultural como uma prática a qual o autor reportou como uma dialética da biblioteca, capaz de efetivar uma mediação promotora do encontro entre o público e a herança cultural.

De acordo com Cervantes e Bortolin (2014), as publicações sobre a temática da mediação da informação no Brasil tiveram início em **1992, sendo que, conforme** Santos Neto (2019), em **1995 é que** foi publicado o primeiro artigo com o termo mediação da informação contido no seu título, de autoria da bibliotecária Leila Mercadante. No seu conteúdo a autora, sem apresentar um conceito ou uma abordagem conceitual acerca da mediação da informação, propõe novas práticas, novas ações no âmbito da biblioteca, a partir do uso dos novos dispositivos

tecnológicos para mediar o acesso às fontes de informação, na produção de catálogos eletrônicos, buscando favorecer a mediação entre os itens informacionais e seus usuários(as).

Conforme Santos Neto (2019), a partir das contribuições de Jahoda (1989), foram intensificadas as discussões sobre o serviço de referência, mas ainda circunscritas a uma perspectiva metodológica e prática, sem a apresentação de uma proposição teórica. Contudo, esse esforço representou um marco a partir do qual emergiram discussões em torno do processo de negociação que os(as) bibliotecários(as) devem realizar no atendimento de referência.

Esse movimento reflexivo que passou por *Ortega Y Gasset*, *Shera*, *Flusser*, *Jahoda*, este último colocando em maior evidência o processo de interação que ocorre entre o público e o(a) bibliotecário(a), conduziu de algum modo o olhar dos(as) pesquisadores(as) da área para a necessidade de se trabalhar em uma abordagem mais conceitual e teórica da mediação da informação.

Nas décadas de 1990 e 2000 os estudos se intensificaram no enfoque da mediação bibliotecária em favor do acesso e uso da informação, com um marco propositivo de Almeida Júnior em

2004, quando em um de seus textos tratou a mediação como uma ação política, já que ela implica em escolhas que devem ser feitas pelo(a) bibliotecário(a), começando a dar contorno à questão do conflito inerente às escolhas estratégicas e correntes de pensamento expostas nos itens informacionais com os quais exercerá a ação mediadora (ALMEIDA JUNIOR, 2004).

Ao discutir os conflitos que emergem das escolhas que o(a) bibliotecário mediador(a) precisa fazer, o autor sinaliza para a existência de um movimento dinâmico na ação mediadora, o que indica sua característica de **interferência**. Como aponta Santos Neto (2019), foi sob o foco das escolhas que o(a) profissional necessariamente faz, e que se caracterizam como interferência, e sob o foco do conflito, que Almeida Junior foi construindo sua proposição conceitual para mediação da informação. A formulação do conceito por Almeida Junior teve início em 2006, tendo sido mais amplamente delineado em 2015, quando o autor atualiza o conceito afirmando que a mediação da informação é

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a

apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JUNIOR, 2015).

Esta síntese da trajetória da área na formulação teórica da mediação da informação limitou-se à apresentação de marcos, sem elencar todas as contribuições de pesquisadores(as) e estudiosos(as) que, mesmo não apresentando formulações teóricas e conceituais, colaboraram no processo de reflexão e aprofundamento dos estudos acerca dos serviços de referência, aspectos culturais, sociológicos e antropológicos da informação, processos de comunicação, estudos de usuários, de uso e de comportamento informacional, que enriqueceram as reflexões do campo da Ciência da Informação e, de algum modo, contribuíram com essa construção.

Contudo, apesar dos avanços nas discussões, o campo da Ciência da Informação carecia de uma formulação teórica e de um conceito de mediação relacionado à informação. Carência superada a partir da importante contribuição do *Prof. Oswaldo Francisco de Almeida Junior* que, ao longo da sua atuação profissional, de docente e de pesquisador, se manteve atento e

comprometido em fazer avançar o campo, em termos de formulações teóricas sobre o tema.

Nesse curso também se destacaram os estudos do *Prof. Edmir Perrotti* sobre mediação e protagonismo cultural, assim como aqueles desenvolvidos pela *Profa. Ivete Pieruccini* que focalizaram a mediação da informação em bibliotecas, realizando projetos com experiências efetivas de mediação na biblioteca e em centros de cultura, formulando o conceito de *dispositivo informacional dialógico*. Ambos produziram experiências e reflexões relevantes ao avanço do processo da construção teórica da mediação da informação.

Nessa mesma perspectiva, e iluminada pelos estudos que a antecederam, Gomes seguiu com suas pesquisas e estudos buscando trilhar um caminho de contribuição propositiva acerca da mediação da informação, o que resultou na formulação das *cinco dimensões da mediação da informação*.

Tomando como referência o conceito de Almeida Júnior (2015) e as contribuições teóricas de Vygotsky (1998, 2003), Debray (2000, 2001) e Bakhtin (1999), Gomes compreende a mediação como uma ação de relação, de diálogo, de

compartilhamento e de produção de sentidos, portanto, uma ação que se dá no movimento da vida.

Conforme Gomes (2019a), Vygotsky (1998, 2003) firma a mediação enquanto elemento central ao desenvolvimento intelectual, por oportunizar o processo interacionista que envolve os sujeitos, os objetos da aprendizagem, outros agentes envolvidos, incluindo ainda o próprio meio e os diversos dispositivos que são articulados nesse agenciamento mediador. Isso, como assinala Gomes (2019a), coloca a mediação na condição de elemento essencial ao desenvolvimento intelectual.

Avançando em suas reflexões, Gomes (2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b) toma Bakhtin (1999) como referência para destacar que os sujeitos interagem por meio da articulação das diversas linguagens, ressaltando que a mediação da informação ocupa papel central na efetividade do projeto de transmissão, que Debray (2000, 2001) afirma como prolongamento da comunicação com a missão de preservar a cultura e também o acesso a ela, superando os limites impostos pelo tempo e espaço.

Assim, as abordagens teóricas de Vygotsky, Bakhtin e Debray possibilitaram a Gomes construir sua proposição evidenciadora da potência interferente da mediação, já que esta

atua na aproximação e no encontro de pensamentos, ideias, correntes teóricas, culturas, saberes e conhecimentos, permitindo tanto a ressignificação e redimensionamento deles, quanto a transmissão da herança cultural da qual fala Debray (2000, 2001). A autora assinala ainda que a ação de interferência se dá com o outro e não sobre o outro, e que somente na mediação consciente o(a) agente mediador(a) pode, no exercício da *práxis*, alcançar as cinco dimensões: **dialógica, estética, formativa, ética e política** (GOMES, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b).

Nessa perspectiva teórica, Gomes (2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b) estabelece essas cinco dimensões da mediação da informação, ressaltando que a dimensão dialógica é aquela que sustenta a ação mediadora, já que na ausência do diálogo a mediação é inviabilizada. A ação de interferência então posiciona o(a) agente mediador(a) no sentido da promoção do encontro e da dialogia com os demais envolvidos na ação.

Quando na mediação da informação se alcança o processo de intensificação da comunicação (interlocução), nossa capacidade de expressão, interpelação, interferência, de criação e recriação do conhecimento e da realidade também se

intensificam, assim como o autoconhecimento e a transformação de si mesmo.

No alcance da dimensão dialógica, a ação mediadora pode intensificar a cooperação entre os sujeitos envolvidos, possibilitando trocas objetivas e subjetivas, isso cria as condições para que os(as) interagentes possam acionar o que Vygotsky (1998, 2003) denominou de *Zona de Desenvolvimento Proximal*, uma instância potencializadora do desenvolvimento interior e da construção e reconstrução de sentidos, ponto chave do processo de apropriação da informação, quando a mediação da informação alcança outras duas dimensões, a estética e a formativa (GOMES, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b).

No processo de apropriação os sujeitos entram em colaboração e começam a sentir o prazer da construção da sua autonomia, de passar a dominar o conhecimento que é objeto da interação, de se sentir impulsionado ao ato criativo, o que indica que a mediação da informação está alcançando a sua dimensão estética (GOMES, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b).

Também na apropriação da informação o *status* de conhecimento do sujeito se altera, indicando que foi alcançada a dimensão formativa. Conforme Gomes (2014, 2016, 2017, 2019a,

2019b), a dimensão formativa é alcançada quando a informação nova foi apropriada, contribuindo com a formação e transformação do sujeito. Quando o próprio sujeito observa essa mudança, experimenta o prazer estético da transformação e do desejo de criação.

Ao articular as dimensões estética e formativa, a ação mediadora aciona a sua dimensão ética, já que na interação impulsionadora da cooperação e do compartilhamento de objetividades e subjetividades é preciso considerar e preservar o respeito à alteridade, respeito às diferenças. Nesse sentido, o(a) agente mediador(a) precisa ainda buscar examinar sua própria conduta, suas escolhas, precisa buscar seu autoconhecimento no processo, eliminando e controlando impulsos ou atitudes de censura de sua parte ou da parte dos demais agentes envolvidos, preservando o espaço dialógico, que deve estar assentado no livre pensar e expressar (GOMES, 2014, 2016, 2017, 2019a, 2019b).

Assim, Gomes observa que somente na articulação dessas quatro dimensões (dialógica, estética, formativa e ética) é possível a mediação promissora, que só ocorrerá se for consciente, implicando na tomada de consciência por parte do(a)

agente mediador(a), que passa a se compreender como um(a) protagonista e a entender que seu fazer se dá em favor do desenvolvimento do protagonismo social. Nessa perspectiva, o(a) mediador(a) faz uma opção de ordem política, de realizar com consciência seu trabalho mediador, que se volta ao processo de tomada de consciência dos sujeitos aos quais se destina seu trabalho. Nessa instância a mediação da informação alcança sua dimensão política (GOMES, 2016, 2017, 2019a, 2019b). Contexto em que o(a) mediador(a) se constitui em um(a) protagonista, que realiza seu trabalho com consciência, favorecendo o desenvolvimento do protagonismo social.

3.2 MEDIAÇÃO CONSCIENTE E O PROTAGONISMO DO(A) MEDIADOR(A)

Como discutido por Gomes, a mediação consciente da informação é aquela que se dá por meio do alcance articulado suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política. Na tomada de consciência em relação ao fundamento da mediação e de suas dimensões, o(a) mediador(a) da informação passa a realizar e a avaliar constantemente suas ações de interferência,

sejam elas explícitas (mediação direta) ou implícitas (mediação indireta) (GOMES, 2016, 2017, 2019a, 2019b).

Nessa tomada de consciência, o(a) mediador(a) passa também a se compreender como sujeito político, um(a) protagonista social, planejando, executando, refletindo, avaliando, redimensionando suas ações à luz dos fundamentos da mediação da informação e suas dimensões.

Gomes (2019a) defende que a mediação da informação e suas dimensões carregam atributos que lhes conferem o *status* de fundamento da Ciência da Informação, fortalecendo as condições para que o campo e suas especialidades profissionais cumpram suas responsabilidades sociais, entre as quais há uma em comum e de força social e política, que é a do desenvolvimento e fortalecimento do protagonismo social. Perspectiva que leva Gomes (2019a) a defender que a mediação da informação e suas dimensões representam ao mesmo tempo um fundamento da Ciência da Informação e um contributo desta ao protagonismo social.

Na mediação consciente, o(a) mediador(a) é um(a) protagonista e compreende que suas ações mediadoras se

incorporam e se articulam à luta de resistência contra a redução do espaço crítico e da ação (GOMES, 2016, 2017, 2019a).

Pensar na mediação consciente implica um olhar em torno do que seja consciência. Nesse sentido Gomes (2019a) rememora que a consciência emerge das interações estabelecidas com os outros e com o mundo. Retomando Freire (2005, 2008), a autora ressalta que somente no diálogo há possibilidades de emergir a tomada de consciência, que acelera o processo de conscientização, sendo esta última a que ascende ao momento da tomada de consciência. Freire defende que a tomada de consciência inaugura o processo de apreensão da realidade, sem que ainda se esteja construindo a consciência crítica (conscientização), que demanda a intensificação do exercício da crítica, que supera a apreensão espontânea e imediata da realidade (FREIRE, 2005, 2008).

Quando realiza a mediação consciente da informação o(a) profissional passa a compreender, assim como atuar com consciência. Na mediação consciente o(a) profissional compreende que esta possui

[...] o sentido de compartilhamento, de cooperação, de abertura ao diálogo e ao movimento que desestabiliza e estabiliza conhecimentos, de

abertura à crítica e à criatividade, de abertura também às intersecções entre o “velho” e o “novo”, o que confere a ação mediadora certa característica de substrato ao autoconhecimento e ao entrelaçamento da humildade e da autoestima dos interlocutores dessa ação (GOMES, 2014, p.52).

Na experiência da mediação consciente da informação, todos os sujeitos envolvidos, profissionais da informação e usuários(as), têm a possibilidade de viver o processo de reflexão acerca da realidade. Como afirma Gomes (2019a), a mediação consciente potencializa o processo de transformação, a tomada de consciência e o processo de conscientização entre os sujeitos envolvidos na ação.

Por outro lado, deve-se ressaltar que o(a) mediador(a) consciente (protagonista), ao se inserir em contextos distintos àqueles anteriormente conhecidos, se encontrará em uma circunstância de conhecimento parcial do novo contexto, portanto, com limites na realização da mediação consciente. Isso implica na necessidade de ampliar o exercício da crítica, de modo a superar a mediação que ainda estará em um plano de relativa inconsciência.

Nessas circunstâncias haverá um período de transição da mediação inconsciente para a consciente, exigindo do(a)

mediador(a) protagonista uma capacidade de abertura, de persistência no exercício da crítica e de realização da *práxis*, elementos capazes de desvelar o contexto que o(a) mediador (a) deverá respeitar e considerar, visando alcançar as condições da mediação consciente da informação.

Na atualidade, em estando o espaço de voz sob constante risco de redução entre as maiorias excluídas, é urgente que o(a) mediador(a) atente a essa travessia entre a mediação inconsciente e consciente, agindo como protagonista. Atualmente, uma questão social urgente é a da exclusão social, do apagamento e silenciamento das vozes femininas, tornando-se importante que mediadores(as) da informação, inseridos(as) em contextos de pesquisa e de ação profissional, se coloquem na condição de mediadores(as) em busca da sua conscientização acerca das particularidades desse grupo social.

A mediação da informação em torno da temática de gênero, em especial no atendimento das interagentes em contextos de risco, demanda o trabalho consciente de mediação para acesso, uso e apropriação das informações necessárias às lutas de resistência das mulheres.

4 EM BUSCA DO PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES: BREVE PERCURSO

As mulheres, historicamente, têm lutado para se inserir como sujeitos de direitos nas mais distintas sociedades. O direito à educação configurou-se como uma reivindicação pilar na luta pela igualdade de oportunidades e participação equânime no âmbito social.

A trajetória feminina, em sua relação com o saber, foi marcada por interdições, discriminações e violências. Considerando a sociedade europeia, Tosi (2012) destaca o movimento de Caça às Bruxas, iniciado no Século XV, que perdurou até 1684 na Europa ocidental. Em tal movimento, as mulheres consideradas sábias foram perseguidas e demonizadas. Os saberes empíricos que elas detinham e colocavam em prática (ervas medicinais, atividades curandeiras, rezas, entre outros), desde épocas ancestrais, foram concebidos como suspeitos e banidos por meio de violências cruéis. A autora contextualiza essa ação no período de crescimento e solidificação dos Estados modernos, da Reforma e da Contrarreforma, a revolução científica e o surgimento do capitalismo e da Medicina.

Ao longo dos séculos, em diversas regiões do mundo, as mulheres protagonizaram, individual e coletivamente, ações de resistência para enfrentar e subverter representações misóginas assentadas na existência de uma suposta natureza feminina frágil, incompatível com a produção de conhecimentos. Argumentos discriminatórios, como fraqueza física, intelectual e moral, inteligência reduzida, carência de raciocínio, sexualidade incontrolável, histeria, entre outros, foram utilizados como justificativa para impor uma situação de subalternidade das mulheres e distanciá-las do conhecimento e do acesso à cultura letrada. (BANDEIRA, 2008; TOSI, 2012). “A exclusão da presença feminina não era apenas explicitada em termos de naturalização, pois era fartamente justificada pela incapacidade e pelo obscurantismo das mulheres, ao contrário dos homens, que se notificavam pelas luzes e pela objetividade” (BANDEIRA, 2008, p. 212).

De acordo com Tosi (2012), com o advento do Iluminismo, não foi mais necessário empregar métodos como as fogueiras para silenciar as mulheres e seus saberes. “[...] Um grande avanço ocorrido nesse período foi perceber o extraordinário poder da educação e da cultura na construção da nova imagem da mulher.

Nessa nova etapa, foi privilegiada a identificação da mulher no espaço maternal da natureza” (TOSI, 2012, p. 396).

No Brasil, durante os períodos colonial e imperial, tal padrão se repetiu. A educação feminina, ofertada às mulheres brancas, objetivava preparar boas esposas e mães. As escolas normais eram o núcleo da formação profissional feminina, que visavam formar mulheres para atuarem em cursos primários, mas só atingiu uma porcentagem reduzida delas (BELTRÃO; ALVES, 2009). Somente no fim do Século XIX, mais precisamente em 1881, foi que um decreto imperial autorizou a matrícula de mulheres em um curso superior.

A instauração da República em 1889, como infere Almeida (1998), fomentou reivindicações preconizadas, especialmente, por mulheres brancas, letradas e da elite, pelo direito ao voto⁹, por mais educação e instrução para as mulheres. Em reflexão sobre a ausência das mulheres na História da Ciência, Chassot (2004) salienta que, nas primeiras décadas do Século XX, o campo científico ainda era representado e definido como

⁹ No Brasil, o direito ao voto passou a vigorar em 24 de fevereiro de 1932, através do Decreto- Lei do Presidente Getúlio Vargas.

impróprio para às mulheres, e na segunda metade do Século XX, reproduziram-se direcionamentos sobre as profissões adequadas para homens e mulheres, respectivamente.

Já na década de 1960, o movimento de acesso à cidadania ganhou força com a eclosão de grupos heterogêneos de mulheres que reivindicavam o direito à voz e, nessa dinâmica, assumiram a visibilidade para o mundo público (ALMEIDA, 1998).

A participação feminina nas carreiras universitárias e científicas acentuou-se no país a partir dos anos 1970, depois que as mulheres venceram a luta para entrar no ensino superior. Cada porta do processo educacional nacional foi aberta por nossas trisavós depois de muita luta: da educação primária, secundária até os portões universitários (MELO; RODRIGUES, 2018, p. 44).

No período de 1970 a 1995, em decorrência de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no Brasil, as mulheres conquistaram avanços fundamentais no que tange à participação no ensino superior, no mercado de trabalho e no espaço público (MELO; LASTRES; MARQUES, 2004).

O Século XX foi marcado por diferentes fatos que propiciaram a inserção feminina no mercado de trabalho, como a II Guerra Mundial. E na segunda metade a maior participação na

força produtiva, as ações empreendidas pelos movimentos feministas e por entidades internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Organização para Mulheres na Ciência para o Mundo em Desenvolvimento) foram fundamentais para a entrada, cada vez maior, de mulheres nas universidades.

De acordo com Leta, Thijs e Glänzel (2013), a incidência política dos movimentos feministas, nas décadas de 1960 e 1970, reverberou no sentido de fortalecer os estudos que inseriam as mulheres nos processos de produção científica e na incorporação da noção das relações de gênero na ciência contemporânea.

Por que os inventos científicos são sempre creditados aos homens, e a história da ciência registra apenas nomes masculinos? Estas incômodas questões levantadas por feministas trouxeram, sem sombra de dúvida, mudanças ao campo científico desde a segunda metade do século XX. A exumação e o sepultamento de Marie Curie no Panteão em Paris, em 1995, quando se tornou a primeira mulher sepultada nesse local destinado aos heróis, não aconteceu por acaso: deve-se à insurgência feminista de nossos tempos (MELO; RODRIGUES, 2018, p. 42).

Pesquisas recentes, como as de Olinto e Leta (2014) e a de Elsevier (2017), evidenciam as ressonâncias das relações de gênero sobre o conhecimento e a carreira científica das mulheres e explicitam que o desempenho das mulheres é semelhante ou superior ao dos homens no ensino fundamental e no médio. Contudo, embora nos últimos anos as mulheres representem uma maioria, tanto nos cursos universitários quanto na produção científica, os estereótipos de gênero perduram, mantendo-se reduzido o ingresso delas em alguns campos do conhecimento. Além disso, as mulheres seguem não tendo uma participação paritária a dos homens na ocupação de cargos de gestão nas universidades, assim como no contingente de bolsas de produtividade científica.

Moreira, Matos e Reis (2014) asseveram que, mesmo não havendo na dinâmica de ingresso no ensino superior discriminação para homens e mulheres, esta acaba se dando por conta das “escolhas” dos cursos pelos(as) discentes e das áreas de ensino “selecionadas” para ingresso na docência na universidade. Podendo-se inferir que a discriminação incide sobre as escolhas possíveis.

O relatório da editora científica Elsevier (2017), denominado de *Gender in Global Research Landscape*, que analisou mais de 5,5 milhões de estudos, explicitou a distribuição desigual de mulheres e de homens na Ciência, no que concerne ao contingente de participação nas áreas de Ciências Humanas e Biológicas por mulheres, comparada com o contingente em Exatas, com maior proporção de participação masculina. Além disso, o relatório atesta que as mulheres são menos convidadas para participar de pesquisas internacionais, assim como participam menos da gestão de financiamentos e seus registros de patentes são reduzidos. Assim, a proporção de mulheres em relação aos homens diminui à medida que elas se aproximam do topo da carreira acadêmica. Na Academia Mundial de Ciência, na Academia Brasileira de Ciências, nas reitorias das universidades, na categoria professor(a) titular, as mulheres ainda configuram minoria. Ao imbricar os marcadores sociais de gênero ao de raça/etnia a tal discussão, as desigualdades são potencializadas nas experiências de mulheres negras.

Como consequência de uma ordem social dinamizada com base no racismo, no sexismo e em narrativas históricas eurocêntricas, as representações alocadas às mulheres negras

são constituídas sob a ótica da inferiorização e da desumanização. Concebidas como seres inferiores, o caminho trilhado por elas para ter acesso aos bancos escolares, permanecer neles e alcançar o ensino superior é marcado por antagonismos e resistências (SILVA, 2010; PINHEIRO, 2019).

Antes de prosseguir, considera-se importante precisar conceitualmente a noção de racismo, eixo estruturante das relações sociais na sociedade brasileira. Segundo Sousa (2002, p. 47), o racismo é “[...] uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais.”

Um estudo empreendido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, concluiu que apenas 10,4% das mulheres negras, com idades entre 25 e 44 anos, concluem o ensino superior. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2016, o percentual de mulheres negras (pretas e pardas) doutoras professoras de Programas de Pós-graduação era inferior a 3%.

A pesquisadora Mirian Aquino (2015), ao analisar a persistência das desigualdades de gênero e de raça, nas

universidades brasileiras, apresenta elementos políticos, econômicos e sociais para que possamos compreender essa realidade: a presença das mulheres negras no ensino superior não está relacionada apenas à cor, mas também ao nível econômico, à pobreza e à origem familiar; fatores que impedem o ingresso das mulheres negras nas universidades. Na sociedade brasileira, o preconceito racial sempre foi camuflado com toques de democracia, portanto, em geral, não se estabelece relação entre a discriminação racial e as desigualdades sociais, econômicas, educacionais e políticas. Além disso, os dados e os estudos realizados mostram a ínfima presença de professoras negras no ensino superior, embora, com o passar dos anos, tenha havido um crescimento considerável de mulheres docentes nas Academias (AQUINO, 2015, p. 566).

Da Silva (2010), em pesquisa sobre professoras doutoras negras, visibiliza o impacto do racismo na trajetória acadêmica das mulheres negras. Por meio de uma profunda análise de dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constatou-se uma pequena proporção de mulheres negras docentes na Academia. De um total de 63.234

docentes na educação universitária, somente 251 são negras. A autora assinala que a alteração desse cenário envolve a atuação mais consistente na adoção de ações afirmativas, atinentes ao ingresso e à permanência dos(as) alunos(as) nos cursos de graduação, como também a políticas de cotas nos programas de pós-graduação e nos concursos de admissão na carreira docente.

Schiebinger (2001) utiliza o termo 'labirinto de vidro' para mostrar que, apesar de não existirem entraves formais/legais para a ascensão profissional igualitária das mulheres no campo científico, existem obstáculos que, embora sejam invisíveis, são concretos e atuantes, o que implica mais dificuldades para alcançarem determinadas posições de maior hierarquia e prestígio.

As relações entre trabalho e vida familiar, a tradicional divisão sexual do trabalho com a necessidade de gerenciar e conciliar as tarefas domésticas - em geral, a cargo das mulheres - com a profissão, maternidade e as representações hegemônicas de gênero, que alocam para as mulheres a responsabilidade principal pela educação dos(as) filhos(as) e a cultura patriarcal, influenciam a construção da carreira científica.

Fundamental frisar que as mulheres cientistas, em sua diversidade, individual e coletivamente, ao longo dos séculos, com estratégias diversas, atuaram e atuam como produtoras de conhecimentos, visando consolidar a igualdade de gênero e raça no campo científico e conquistar a ampliação de seus direitos.

5 TEORIAS FEMINISTAS NA MEDIAÇÃO CONSCIENTE DA INFORMAÇÃO PARA O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES

Conforme exposto, ao longo dos Séculos, o efeito dos processos sociais, culturais e políticos, estruturados pelo sexismo e pelo racismo dinamizou a produção e a disseminação intencional de práticas informacionais, embasadas em princípios hierarquizados e hierarquizantes que alijaram as mulheres da cidadania.

Importante destacar que a proposta de estudo a respeito da ideia de “práticas informacionais” origina-se no campo intelectual das ciências humanas e sociais.

Conforme Araújo (2013), as práticas informacionais associam-se às interações entre sujeitos e informação, em

contextos em que nos quais o conhecimento é construído coletiva e socialmente.

Coadunando com essa perspectiva, neste trabalho, o arcabouço conceitual das teorias feministas é compreendido como práticas informacionais que, por meio da mediação consciente, podem impactar as estruturas do campo científico e a *práxis* dos sujeitos, configurando-se como ações capazes de criar novos significados e modificar a situação social das mulheres no campo científico. As teorias feministas, em nosso entender, perpassam as três dimensões das práticas informacionais apontadas por Araújo (2017, p. 231): “[...] as comunidades de prática, as experiências de informação (participação, inspiração, colaboração, processos e produtos) e as ações de informação (obtenção, análise e criação de conteúdo).”

Silva e Côrtes (2018) enunciam que articular o conceito de práticas informacionais à categoria analítica e metodológica de relações de gênero possibilita ressignificar e transformar preceitos que naturalizam fenômenos sociais. Com base em Araújo (2017), os(as) autores(as) concebem o conceito de “práticas informacionais” alicerçado na “[...] ideia de ‘práxis’, isto é, o movimento por meio do qual os sujeitos atuam no mundo e,

como causa e consequência dessa ação, constroem esse mesmo mundo.”

As teóricas feministas, em suas distintas vertentes epistemológicas, especificidades e localizações sócio-históricas, atuam na construção de sociedades mais democráticas e humanas, produzindo questionamentos atinentes aos fundamentos positivistas e cartesianos da ciência moderna que contribuíram para silenciar as mulheres e excluí-las do campo científico.

Compartilhada por sociólogos(as), historiadores(as) e teóricos(as) de diversas áreas do campo científico do Século XX, no Ocidente, as problematizações assentavam-se nos pressupostos iluministas quanto à relação entre universalidade, neutralidade e conhecimento, marginalizando os aspectos históricos e sociais da pesquisa científica e os saberes operacionalizados sob outros referenciais (ARRAZOLA, 2002; SARDEMBERG, 2002).

Lelia Gonzalez (1998) assevera que, na segunda metade do Século XXI, o colonialismo europeu e o racismo como “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” respaldaram

os princípios do evolucionismo positivista e ressoam até hoje na produção acadêmica ocidental.

Segundo Pinheiro (2019), a colonialidade do saber, base da ciência moderna, é concebida como a violência epistêmica e legitimada, que impõe o saber europeu como um modelo de conhecimento válido e avançado em relação a todos os outros tipos, e nega a legitimidade de outras racionalidades e maneiras de conhecer e de interpretar o mundo.

Na década de 1970, a crítica feminista centrou-se na objeção à estruturação conceitual pautada na violência epistêmica, aliada à razão dualista e binária, dinamizada a partir de pares opostos: sujeito/objeto, mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade. Essas dicotomias se desenvolveram, por analogia, nas diferenças percebidas entre os sexos e nas hierarquias de gênero, conforme Sanderberg (2002). Da mesma forma, no imaginário ocidental, a histórica associação da razão e da objetividade como referências masculinas, ao passo que a emoção e a subjetividade foram associadas a uma suposta natureza feminina, assumindo *status* de menos prestígio e importância, implicou desdobramentos profundos no âmbito científico:

O questionamento da produção do conhecimento, entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal [...] aponta, então, para a superação do conhecimento como um processo meramente racional: as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão (RAGO, 2000, p. 32)

As teorias sociais clássicas concebidas nessa seara promulgavam a objetividade e a neutralidade como aportes fundantes do conhecimento científico, mas, paradoxalmente, operavam por meio de um sujeito universal como modelo de autoridade na produção e na validação do conhecimento. Nesse contexto, destaca-se o homem branco, europeu e heterossexual das classes dominantes, secundarizando todos(as) os(as) destoantes desse padrão de referência (ARRAZOLA, 2002; RAGO, 2000; CRIPPA, 2014).

Dona Haraway (2009) assinala que a voz da ciência é predominantemente construída sob o ponto de vista dos homens pertencentes à classe e à raça hegemônicas. Dessa forma, as epistemologias feministas se contrapõem às tradições analíticas

ocidentais por dificultarem a possibilidade de as mulheres se configurarem como sujeitos e agentes do conhecimento.

De muitas maneiras, o movimento das mulheres das décadas de 1970 e 80, ou, como é muitas vezes referido, o feminismo da segunda onda, foi, antes e acima de tudo, um movimento político. Tinha como objetivo mudar as condições das mulheres, reconhecendo que para isso precisaria mudar o mundo. A partir do projeto abertamente político logo surgiu um projeto intelectual – acadêmico mesmo: a teoria feminista (KELLER, 2006, p. 15).

Nessa dinâmica, algumas mulheres romperam barreiras macroestruturais e adentraram as universidades, com estratégias para ressignificar modelos normativos e androcêntricos no fazer científico; criaram grupos de estudo e pesquisa, contemplaram novas temáticas de estudo e inovaram nas metodologias.¹⁰

A própria representação do que era validado como conhecimento passou a ter outros contornos, e iluminou-se o mundo das emoções, da subjetividade, da sexualidade e da corporalidade, abordando temas relativos à família, ao corpo, aos

¹⁰ Destaca-se a implantação, na Universidade Federal da Bahia, do pioneiro e original Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, em 2009, com a iniciativa do Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEIM), criado em 1983.

direitos reprodutivos, à violência doméstica contra as mulheres, aos direitos sexuais, dentre outros. “Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam delas, que contam sua própria história e de suas antepassadas, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização.” (RAGO, 2000, p. 34).

Nesse contexto, é imprescindível trazer para o debate as contribuições teóricas e as problematizações empreendidas por teóricas feministas negras e pelas ativistas sociais sobre as visões unidimensionais e universalizantes existentes em teorias feministas hegemônicas. Desde o final dos anos 1970, em países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Brasil, este último com maior ressonância da década de 1980, os questionamentos versavam sobre a priorização das identidades brancas e a ocidental, secundarizando o racismo e a discriminação racial como instâncias estruturantes e centrais no que tange às hierarquias raciais nas vivências das mulheres negras (CARNEIRO, 2003; CALDEWLL, 2000). Salienta-se a importância de ampliar o olhar para o sentido de não subsumir as experiências das mulheres sob a ótica da questão de gênero, mas

de buscar compreender as especificidades que conformam as identidades de mulheres indígenas e negras, por exemplo. Reconhecer as singularidades implica ações diversas que expandam a concepção e o protagonismo feminino, respeitando as especificidades (CARNEIRO, 2003).

Corroborando tal perspectiva, Luiza Bairros (2008) assinala que, no final dos anos 1970, período em que o movimento negro cresceu no Brasil. “[...] encontraríamos questões que seriam estranhas, fora do lugar, na cabeça da mulher negra.”

Fala-se da necessidade de a mulher trabalhar fora de casa como forma de facilitar o seu processo de libertação; por outro lado, historicamente, a mulher negra sempre esteve associada ao trabalho para sua sobrevivência e a sobrevivência do grupo familiar. Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência (BAIRROS, 2008, p. 141).

Com esse entendimento, bell hooks (2015)¹¹ trouxe para discussão o preceito ideológico de que “todas as mulheres são oprimidas”. A autora descontrói esse pressuposto apontando o impacto dos marcadores sociais da diferença, como raça, classe social, orientação, sexual, dentre outros, na configuração da multiplicidade de experiências das mulheres em diferentes âmbitos sociais.

No que diz respeito à vida intelectual, as profundas e históricas estruturas do racismo e do sexismo figuram como antagonismos no que concerne ao acesso, à permanência e ao reconhecimento das mulheres negras no campo científico.

A imbricação das complexas opressões interseccionais de raça, gênero e de classe social, denunciada pelas teóricas feministas negras e ativistas dos movimentos sociais, influenciou marcantemente a (re)produção de uma iconografia de

¹¹ “Gloria Jean Watkins, é conhecida pelo pseudônimo de bell hooks, nasceu em Hopkinsville, 25 de setembro de 1952. O nome "bell hooks" foi inspirado na sua bisavó materna, Bell Blair Hooks. A escolha da letra minúscula é justificada pelo interesse da autora em dar mais enfoque ao conteúdo desenvolvido em suas obras e menos a sua pessoa. A ativista, influenciada pela obra de Paulo Freire, fundou em 2014 o “bell hooks Institute”, em Berea College, em Kentucky, Estados Unidos.” Disponível em: <https://institutoodara.org.br/instituto-odara-realiza-minicurso-sobre-o-legado-da-escritora-bell-hooks/>.

representação da mulher negra como uma presença mais próxima da natureza, cuja existência está fadada à servidão. Segundo hooks (1995, p. 468), a ideologia ocidental/racista:

[...] elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual.

No âmbito das elaborações epistemológicas e práticas informacionais elaboradas pelas teóricas feministas negras, destaca-se o conceito da interseccionalidade, batizado por Kimberlé Crenshaw, em 1989, como instrumento de análise para identificar os efeitos interativos das discriminações de raça e gênero (CRENSHAW, 2002).

As abordagens epistemológicas críticas aos feminismos contemporâneos proporcionaram perspectivas ampliadas e diferenciadas nas formas de observar e de interpretar os fenômenos sociais. Construíram inovadoras estruturas

interpretativas e abriram janelas para outros processos cognitivos, problemáticas, métodos investigativos e sujeitos no discurso científico. Situam e problematizam as experiências sociais de mulheres e de homens e suas respectivas inserções sócio-históricas no processo do conhecimento. Assim, incluem a dimensão cultural, pontuando que o conhecimento científico não é destituído, estrutural e simbolicamente, dos sistemas de valores da cultura (KELLER, 1996; HARDING, 2019).

Nessa perspectiva, Dona Haraway convida-nos a refletir sobre a construção do saber pelo prisma do conhecimento situado e corporificado. Pauta a objetividade como racionalidade posicionada, que envolve reflexividade, contestação, desconstrução, autocrítica e comprometimento para desenvolver conhecimentos que possam balizar a construção de mundos mais justos e igualitários. A autora desmistifica a ideologia da neutralidade e propostas universalizantes e a-históricas. "Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica responsabilidade por nossas práticas capacitadoras (DONA HARAWAY, 2009, p. 27).

Evelyn Fox Keller (2006, p. 116) assevera que, apesar de não podermos enunciar que as mulheres conquistaram a igualdade no âmbito científico, observamos que houve mudanças estruturantes nessa arena, como, por exemplo, a alteração da posição das mulheres na ciência, a emergência de novas agentes epistêmicas e a inclusão de temas antes considerados sem relevância ou destituídos de valor acadêmico. Os deslocamentos epistemológicos promovidos pelos feminismos e as teorias críticas produziram novos ângulos, conceitos e teorias interpretativas da realidade.

Nesse bojo, assume centralidade o conceito de relações de gênero, que se originou no final do Século XX, por meio das feministas anglo-saxãs. Lucila Scavone (2008) destaca o expoente artigo *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*. A obra, escrita pela antropóloga e feminista Gayle Rubin, analisou a opressão das mulheres com base em uma análise crítica da teoria antropológica de Lévy-Strauss, da psicanálise freudiana e do marxismo. Importante frisar que, nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos feministas contemporâneos ressurgiram, em um cenário de efervescência social, política e

intelectual, fomentado, em especial, pela expansão dos movimentos de contracultura.

No Brasil, o termo começou a ser utilizado no final da década de 1980. Importante frisar que a categoria analítica e metodológica ‘relações de gênero’ e as teorias críticas feministas foram desenvolvidas por meio de diálogos e de rica retroalimentação entre as teorias e a política dos movimentos feministas (SCAVONE, 2008).

Assim, feministas acadêmicas pautaram, no âmbito das universidades, problemáticas que as inquietavam, em interação com expressões da ação feminista como grupos de conscientização, campanhas, manifestações públicas, jornais, revistas e livros. Inicialmente surgiu o que ficou conhecido como estudos sobre mulher, com concentração nas Ciências Sociais.

No âmbito dos diálogos, dos intercâmbios e da (des)construção subjetiva e teórica, formulou-se o termo ‘gênero’, que passou a ser utilizado para se diferenciar de sexo, objetivando lançar luz para o debate acerca das desigualdades sob o prisma social, cultural e histórico, englobando as condições de acesso aos bens culturais, simbólicos e às formas de representações (LOURO, 2011).

As reflexões teóricas configuram o conceito de relações de gênero como uma categoria analítica e metodológica do pensamento científico e de interpretação da organização social. Esse quadro referencial, a despeito das diferenças e das especificidades conceituais, desnaturaliza as desigualdades e postula a dimensão relacional na construção das feminilidades e das masculinidades.¹² Assim, a categoria problematiza os argumentos biológicos, essencialistas e binários, que universalizam as experiências de mulheres e homens e têm o masculino como um modelo de referência. Joan Scott (1995, p. 86) enuncia que o gênero figura “[...] como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de significar as relações de poder.”

No Brasil, as pesquisas atinentes às mulheres, aos feminismos e às relações de gênero têm sido desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento, com múltiplas perspectivas e objetivos investigativos. Considera-se que a ampliação dos

¹² Importante frisar que “[...] a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da constituição dos estudos sobre os homens, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado – homens não mais percebidos como sujeitos universais” (RAGO, 2000, p. 38).

estudos é fundamental para transformar as relações sociais desiguais em diferentes esferas individuais e coletivas.

Esforços nesse sentido têm sido realizados no escopo da Ciência da Informação, por meio de produções assentadas na concepção de que a informação não é neutra e se configura como um dispositivo de poder com potencial para produzir novas significações acerca dos direitos das mulheres (CÔRTEZ, ALVES, SILVA, 2015). Na seara dos estudos sobre mulheres e gênero em interface com o fenômeno informacional, destacam-se os trabalhos de Ferreira (2003); Santo (2008); Crippa (2011; 2014); Olinto (2011, 2014); Leta (2013, 2014); Côrtes; Alves; Silva (2015); Xavier e Kobashi (2017), Silva e Côrtes (2019), Oliveira e Brufen (2019)¹³.

Convém enfatizar que a Ciência da Informação e os demais campos do conhecimento precisam se comprometer, também, com a mediação da informação e as práticas informacionais, com vistas a visibilizar as múltiplas realizações das mulheres na

¹³ As pesquisadoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro (Doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais) têm realizado um trabalho relevante de visibilização da produção científica, de mulheres negras, no âmbito da Ciência da Informação nas publicações do selo Nyota. Mais informações: https://www.nyota.com.br/livros_

esfera social. Assim, podem ser evidenciadas as contribuições de suas experiências na história da área, no desenvolvimento de instrumentos, nos processos e nos produtos informacionais e na constituição e na gestão de unidades de informação.

A atuação do(a) profissional da informação como mediador(a) na produção de conhecimentos sob o prisma dos estudos de gênero é uma prática social imprescindível para efetivar os direitos humanos das mulheres (SILVA, CÔRTEZ, 2019).

Os estudos de gênero, fornecendo as ferramentas de análise de como e para quem a participação das mulheres se torna elemento de transformação da realidade e é parte da história, se tornam significativos nas ações de organização, mediação e apropriação da informação em um sistema de circulação de saberes institucionalizados (CRIPPA, 2014, p. 164).

Assim, é fundamental trabalhar com a mediação da informação em diferentes campos disciplinares, para disseminar novas práticas informacionais, referenciais, narrativas e *práxis* comprometidas com a desnaturalização e a ressignificação de

conteúdos informativos hegemônicos vigentes, que alocam às mulheres uma situação de desigualdade social.

Estima-se que as instituições educacionais intensifiquem a mediação pedagógica, proporcionando aos(às) educadores(as) uma formação problematizadora da existência das desigualdades de gênero e suas interseccionalidades, que dificultam o acesso e a permanência igualitária das mulheres no campo científico. Por exemplo, seria importante que a área do Direito aprofundasse sua atuação na mediação para elaborar normativas, estatutos e marcos legais que garantam a defesa dos direitos e das oportunidades das mulheres, incluindo o mundo acadêmico.

Por fim, a ação de interferência dinamizada pelas teóricas críticas feministas, negras e ativistas, de diversas correntes epistemológicas que, por meio dos diálogos e dos compartilhamentos, criaram novas tessituras interpretativas e práticas informacionais sobre a realidade social. Essas impactaram e reverberaram mudanças na organização do saber e nas dinâmicas de poder em diversas áreas disciplinares.

A tomada de posição, a reflexão e a atuação crítica (GOMES, 2019a) dessas protagonistas sociais, que, conscientemente, desafiaram os limites e os antagonismos

impostos pela estrutura racista, machista e classista da sociedade ocidental, pavimentaram o caminho para mudanças substantivas. Mais precisamente, colocaram em cena novas vozes coletivas, alteraram a realidade individual e coletiva das mulheres ao redor do mundo e potencializaram seu processo de empoderamento em busca de uma sociedade mais justa, humana e que respeita a alteridade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a mediação da informação e suas dimensões como um fundamento do campo da Ciência da Informação, comprometido com o desenvolvimento do protagonismo social e com as práticas informacionais promotoras da cidadania, assume-se que este fundamento tem uma intencionalidade clara de promover a pesquisa, a atuação do(a) profissional da informação, o desenvolvimento científico do campo e das disciplinas profissionalizantes (que se estendem aos territórios da existência social em toda a sua complexidade e diversidade), em uma perspectiva inclusiva e comprometida com o social.

Os estudos da mediação da informação, ao focalizarem o protagonismo social como núcleo central dos seus objetivos, assume uma posição política de compreender a informação como objeto cuja potência interferente e transformadora do social deve mover os empreendimentos científicos e profissionais do campo. Isto implica em uma tomada de consciência quanto à sua responsabilidade social e quanto à necessidade de construção de uma visão orgânica do campo.

Com essa intencionalidade avançamos na construção de proposições teóricas que permitiram uma compreensão mais clara do que vem a ser mediação na área da Informação. Assim, formula-se um escopo conceitual que define a mediação da informação e delinea as suas dimensões essenciais, situando-a na intencionalidade do desenvolvimento do protagonismo social, resgatando a força desse conceito a partir de Sófocles para recuperar seu pleno sentido, que, por seu lado, dá sentido à própria mediação da informação. A partir desse objetivo central também avançamos em refletir acerca da característica dialógica que os dispositivos de informação precisam ter para sustentar a ação mediadora em uma perspectiva problematizadora. Construímos uma consciência de que o processo de

problematização da informação torna-se fundamental para que se descortine o possível exercício da crítica, impulsionador do desenvolvimento dos sujeitos enquanto protagonistas sociais.

Com essa intencionalidade assumida pelo(as) pesquisadores(as) da mediação da informação se entrecruzam temas e lutas que conformam a luta de resistência em favor do processo humanizador do mundo. Entre eles, estão situadas as questões e os estudos de gênero e de raça que problematizam as informações históricas, ressignificam nossa compreensão quanto aos entraves criados nas estruturas e nas superestruturas sociais da construção do processo libertador que respeita, inclui e assegura o espaço de voz, da ação e da criação para todos os sujeitos sociais. Esse é um processo de caráter libertador, por promover o encontro com a informação inaugurando a reflexão e não enrijecendo ou impedindo o livre pensar. Situada nessa intencionalidade, a mediação consciente da informação acolhe como centrais as discussões sobre os marcadores sociais de gênero e de raça nas práticas informacionais centradas na ampliação da cidadania das mulheres e do protagonismo das mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (Orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: discutindo a atuação do bibliotecário. In: FADEL, Bárbara (Org.). **A informação nas organizações sociais**: desafios em face de multiplicidade de enfoques. Marília: FUNDEPE, 2004. 1 CD-ROM.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A presença das mulheres negras em espaços públicos como uma questão de desigualdade de gênero. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p.555-576, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7025>. Acesso em: 1 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655/31084>

Acesso em: 24 jul. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: ENANCIB, 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2337>. Acesso em: 15 jul. 2010.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. Ciência e crítica feminista. In: Costa, Ana Alice Alcântara; Sardenberg, Cecília Maria Bacellar. (Orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: Redor. 2002. p. 67-77.

BAIROS, Luiza. A Mulher Negra e o Feminismo. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcelar. (Orgs.). **O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 139-146. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lhud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999. 196 p.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, abr. 2008. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 abr. 2020.

BARBOSA, Marcia Cristina; GRAYSON, Diane. Site visits: assessing and improving the climate for women in physics. In: THIRD IUPAP INTERNATIONAL CONFERENCE ON WOMEN IN PHYSICS, 2009, Seoul. **AIP Conference proceedings** ... Washington, DC: Aip, 2009. v. 1119. p. 15. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/~barbosa/Publications/Gender/iupap-2008-visits.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>. Acesso em: 2 jun. 2020.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 91, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922/11177>. Acesso em: 14 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 1 jul. 2020.

CERVANTES, Brígida. Maria Nogueira; BORTOLIN, Sueli. A mediação da informação em múltiplas abordagens. **Informação**

& Informação, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-3, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CHASSOT, Attico. A ciência é masculina? É, sim senhora!... **Revista Contexto & Educação**, v. 19, n. 71-72, p. 9-28, maio 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1130> Acesso em: 3 jun. 2020.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119584>. Acesso em: 7 abr. 2020.

COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 1, 2002, pp. 35-61. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n1/a03v24n1.pdf>. Acesso em: 15 de jul. de 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 15 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000012402/1f96844c3f8018ecedfb216a9625433f/>. Acesso em: 3 maio 2020.

CRIPPA, Giulia. **Poéticas da informação**: representações artísticas e literárias de livros, bibliotecas e de seus protagonistas. São Paulo: Todas as Musas, 2014.

DEBRAY, Régis. **Transmitir**: o segredo e a força das idéias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000. 179 p. Título original: Transmettre.

DEBRAY, Régis. Malaise dans la transmission.
Comuniquer\Transmettre: Le Cahiers de médiologie, [S. l.], n. 11, p. 17-30, premier semestre 2001.

ELSEVIER. **Gender in the Global Research Landscape**. Online: Elsevier, 2017. Disponível em: https://www.elsevier.com/_data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, 2003. Acesso em: 28 jan. 2020.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, 1980. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002888/6b09159904f41103e336d7dcf4c01693>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Henriette Ferreira. Competências em informação, comunicação e transmissão: bases para produção, interpretação e geração de sentidos. In: Joana Coeli Ribeiro Garcia; Maria das Graças Targino. (Orgs.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015, v. 1, p. 163-182.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. (Orgs.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. cap.5, p. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação consciente da informação; categoria fundante ao protagonismo profissional e social. **O**

protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2019a, v. 1, p. 187-206. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida activa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). **Informação e protagonismo social.** Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 27-44.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO**, [Rio de Janeiro], v. 5, p. 10-21, 2019b.

GONZALEZ, Lélia. "A categoria político-cultural de amefricanidade". **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015. Acesso em: 01 jul. 2020.

HARAWAY, Dona. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41. 2009, Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 10 jun. 2020.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. HOLLANDA, Heloísa Buarque de.

(Org.). *Pensamento feminista: Conceitos Fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 16 jul. 2020.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando uma teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, DF, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 15 de jul. 2020.

JAHODA, Gerald. Rules for performing steps in the reference process. **The Reference Librarian**, Philadelphia, v. 11, n. 25/26, p. 557-567, jan. 1989.

KELLER, Evelyn. "Qual foi o impacto do feminismo na ciência?" **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 13-34, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 jun. 2020.

LETA, Jacqueline. Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? **Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30039>. Acesso em: 28 maio 2020.

LETA, Jacqueline; THIJS, Bart; GLÄNZEL, Wolfgang. Um estudo de nível macro da ciência no Brasil: sete anos depois. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 51-66, abr. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p51>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELO, Hildete Pereira de; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista Gênero**, [Niterói], v. 1, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31033/18122>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia. Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 41-47, jul. 2018. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2020.

MERCADANTE, Leila. Novas formas de mediação da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 7, n. 1/2/3, jan./dez. 1995. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1635/1606>. Acesso em: 22 abr. 2020

MOREIRA, Josilene Aires; MATTOS, Giorgia de Oliveira; REIS, Luana Silva. Um panorama da presença feminina na ciência da computação In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 18., 2014, Recife. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1935/853>. Acesso em: 20 maio 2020.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5, p. 68-77, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 11 abr. 2020.

OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Gênero, geração e tarefas acadêmicas: investigando os docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação brasileiros. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 4., 2014, Recife. **Anais ...** Recife: EBBC, 2014. p. 1-7. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/27189>. Acesso em: 12 maio 2020.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares.; BUFREM, Leilah Santiago. Visibilidade da mulher como fonte de informação: mapeamento das produções científicas apresentadas no encontro nacional de pesquisa em ciência da informação (2009 – 2018). ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019. **Anais ...** Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123781>. Acesso em: 24 jun. 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira. (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências**, v.19, 2019, p. 329-344. Disponível em: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2019u329344>. Acesso em: 02 jul. 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 21-41.

SANTO, Patrícia Espírito. Os estudos de gênero na ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8968>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SANTOS, Adilson. A tragédia grega: um estudo teórico. **Revista Investigações**, [Recife], v. 18, n. 1, p. 41-67, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1501>. Disponível em: 22 abr. 2020.

SANTOS NETO, João Arlindo. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da construção e desenvolvimento dos conceitos. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2019. 460 f. il. Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Junior.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcelar. (Orgs.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, 2002. v.8. (Coleção Bahianas).

SCAVONNE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.1, p. 288, jan./abr.2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100018>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** São Paulo: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.

Educação e Sociedade, Porto Alegre, v.16. p. 71-99, 1995.

Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 2 maio 2020.

SHERA, Jesse Hauk. Toward a theory os Librarianship and information Science. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, dez. 1973. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/30/30>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SILVA, Aurekelly Rodrigues; CÔRTEZ, Gisele Rocha.

Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: UFSC; ANCIB, 2019. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123878>. Acesso em: 4 jul. 2020.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa.

Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ciedu/v20n2/1516-7313-ciedu-20-02-0449.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectivas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, 2010. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0100-1574201500040088200048&lng=en. Acesso em: 14 jul. 2020.

SILVA, Laelson Felipe; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço LGBT. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, In: XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103513>. Acesso em: 14 jul. 2020.

TOSI, Lúcia. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 369-397, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705>. Acesso em: 2 jul. 2020.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

XAVIER, Mariana; KOBASHI, Nair Yumico. Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 80-84, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3209>. Acesso em: 1 jul. 2020.

PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO E O CENÁRIO CONTROVERSO DA PÓS-VERDADE

Juliana Ferreira Marques
José Washington de Moraes Medeiros
Edvaldo Carvalho Alves

1 INTRODUÇÃO

Entender a evolução das relações entre os sujeitos e destes com a informação, tem sido um desafio, sobretudo, quando se percebe que o desenvolvimento tecnológico e o processo de globalização privilegiam a expansão econômica e a consolidação do modelo capitalista neoliberal subjazendo o desenvolvimento humano e social e instaurando um processo definido por Habermas (1987) como colonização do mundo da vida pelos elementos que compõem o mundo sistêmico.

Política, economia e cultura têm sido o pano de fundo de um sistema de dominação que utiliza das práticas informacionais e da indústria da desinformação como elemento estratégico e ideológico. Esse contexto, no qual a racionalidade, o intelecto e os fatos comprovados cientificamente por diversas vezes deixam de

ser elementos que conduzem o agir dos sujeitos, passando a ser substituídos pela emoção, a crença, a intuição e o instinto, a noção de verdade passou a ser relativizada, ignorada ou suplantada por versões enganosas da realidade. Esse contexto caracteriza um período denominado por pesquisadores como Zarzalejos (2017), D’Ancona (2018) e Araújo (2020) de “pós-verdade”.

Segundo destaca D’Ancona (2018, p.19) o ano de 2016 lançou a era da pós-verdade de forma definitiva:

Entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador. A racionalidade está ameaçada pela emoção; a diversidade, pelo nativismo; a liberdade, por um movimento rumo à autocracia.

Ao discorrer sobre o uso do termo “pós-verdade” para definir o momento que vivenciamos, Araújo (2020, p.2) apresenta alguns esclarecimentos, sobretudo ao fato de que o uso do prefixo “pós” não está relacionado ao seu sentido temporal, mas, à ideia de que a verdade foi deixada para trás, tornou-se irrelevante:

Portanto, a pós-verdade está relacionada a um desinteresse pela verdade. Em relação à informação (ao buscar informações para tomar decisões, ao compartilhar informações para espalhar uma ideia ou convencer outras pessoas), o fato de que essa informação é verdadeira ou não se tornou irrelevante, mesmo no atual contexto tecnológico, em que é fácil verificar a veracidade das informações na Internet em segundos. A expressão também está relacionada a uma certa diminuição na razão, das atitudes racionais, em detrimento de ações dirigidas pelas emoções ou crenças, preconceitos ou visões preconcebidas. Essas dimensões acabam englobando outros fenômenos e aspectos que têm implicações para a prática da democracia e tolerância e estão relacionadas a questões como populismo, autoritarismo e cultura de ódio [Tradução nossa].

Diante disso, a ciência enquanto elemento primordial para a superação de obstáculos que se impõem diante das estruturas estruturantes da sociedade, em detrimento dos ataques que tem sofrido ao longo da história, tem um papel fundamental de reafirmar-se para além da visão utilitarista e mercadológica que lhe é atribuída. Cabe ao conhecimento científico consolidar-se enquanto via de acesso à verdade verificada metodologicamente e construção de uma sociedade justa e igualitária.

No âmbito da Ciência da Informação, essa atuação desafiadora inclui dedicar-se a desbravar as práticas de

desinformação que ocupam o campo social e constroem o *habitus* dos sujeitos, a partir de uma lógica fabril que produz narrativas descompromissadas com a ética e o exercício da democracia.

Segundo Fallis (2015) a desinformação é uma informação enganosa, o que não ocorre acidentalmente e, mesmo quando seu conteúdo não enganar ninguém ainda é desinformação e no ato de fornecê-la desinformamos.

Além disso, é preciso ter consciência de que o ato de informar está dialogicamente vinculado à prática de desinformação. Construir uma narrativa e defender um ponto de vista a partir de uma informação previamente selecionada e de acordo com as crenças e ideologias defendidas pelo sujeito que estabelece esse processo de comunicação ao mesmo tempo em que informa sobre determinado aspecto de um fato, desinforma sobre outra parte que não é contemplada nesse processo.

Assim, informação e desinformação podem ser facetas de um mesmo fenômeno e precisam ser estudadas e avaliadas dessa forma.

Então, da mesma forma que cabe à Ciência da Informação discutir a realidade informacional no que concerne à produção, acesso e uso da informação, também se faz imperativo

apresentar discussões que possam contemplar o processo de produção, acesso e uso da desinformação, com o objetivo de cumprir o papel social de enfrentamento dessa realidade característica da pós-verdade.

Acrescenta-se a isso a necessidade de considerar o aspecto sociocultural dos sujeitos informacionais que interagem entre si e que são influenciados e influenciadores de uma realidade fortemente marcada pela tecnologia. O entendimento do processo de construção da desinformação e suas práticas socialmente estabelecidas requer a compreensão da lógica indissociável das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que são os artefatos mediadores desse regime.

Ao tentar lançar luz sobre esse fenômeno e desenvolver um entendimento do que seria a desinformação, Pinheiro e Brito (2014, p. 4) defendem que:

O conceito desinformação traz subjacente uma amplitude de significados e de utilização diversas. Como percebemos, é empregado para definir a ausência de informação e o ruído informacional, ao mesmo tempo em que faz as vezes de dar sentido à informação manipulada para as amplas massas com o papel de manter sua alienação. Mas também é aplicado, sobretudo na ciência da informação norte americana, para definir a informação manipulada

com o propósito de enganar alguém, especialmente um adversário. Esta definição traria em si uma dimensão mais profunda que as demais, pois significaria que um ator interviria para distorcer a percepção de realidade do alvo de sua ação com vistas a se beneficiar de seu logro.

Diante disso, no âmbito da Ciência da Informação, situada numa perspectiva que vai além do que se convencionou reconhecer como estudos de usuários da informação – segundo Figueiredo (1994) voltados a investigar o que os indivíduos precisam em termos de informação – e competência informacional – que conforme Schneider (2019, p. 73) destaca “diz respeito à habilidade de se localizar e fazer bom uso da informação adequada, de modo a atender determinada necessidade” – é preciso refletir sobre essa temática a partir das questões sociais, culturais e simbólicas que interferem no processo de produção, acesso e uso da informação.

Essa perspectiva está orientada para o que vem sendo denominado de práticas informacionais, que, diante da era da pós-verdade, aqui denominamos de práticas informacionais de desinformação. Essa é a proposta apresentada nesse estudo, desenvolver uma reflexão sobre o que seriam as práticas informacionais voltadas à desinformação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inserida no âmbito das Ciências Sociais a Ciência da Informação deve construir uma linha de reflexão com base na racionalidade, no intelecto e na verdade comprovada cientificamente e lançar luz sobre fenômenos como a desinformação e seus desdobramentos (*fake news, fake science, deep fake*), que são a força motriz de um percurso contrário aos ideais de democracia, justiça e cidadania que deveriam balizar a evolução das sociedades.

Nesse sentido, embora no campo tecnológico os sujeitos vivenciem evoluções nunca antes experimentadas e a rede mundial de computadores tenha sido idealizada para ser um espaço livre e acessível a todas as pessoas, aspectos como a exclusão digital e as relações de ódio e opressão suscitadas nesses ambientes evidenciam uma realidade utópica que, em geral, caminha para uma construção social desvirtuada de fins justos e igualitários.

Associadas a isso as redes sociais virtuais tornaram-se um simulacro da vida cotidiana refletindo uma ordem informacional

excludente e fértil em práticas de violência simbólica o que desafia a ciência e os métodos pré-estabelecidos a adaptar-se.

Diante dessa realidade surge a inquietação que foi o estímulo para o desenvolvimento desse estudo, que se caracteriza, conforme Gil (1999) como uma pesquisa teórica, descritiva e qualitativa, com o objetivo de caracterizar as práticas de desinformação a partir do referencial teórico de autores da Ciência da Informação que dialogam com os conceitos de “práticas informacionais” e “desinformação”, além de pesquisadores de áreas afins, que possibilitam um contributo a respeito das relações sociais, ideológicas e de violência que são constituídas neste cenário de desinformação.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)¹⁴ que reúne 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI. A busca localizou 5 artigos, no período de 2010 a 2020, e, a partir do conteúdo apresentado pelos pesquisadores destas publicações,

¹⁴ Busca realizada em 20 de abril de 2020 no endereço eletrônico: <https://www.brapci.inf.br>, selecionados os campos título, palavra-chave e resumo, com o descritor: práticas de desinformação.

associadas ao referencial teórico anteriormente apontado, buscamos desenvolver o conceito de práticas de desinformação.

Utilizamos o modelo misto de delimitação de categorias de Laville e Dione (1999) com a seleção prévia de categorias teóricas e empíricas que nos possibilitam uma melhor compreensão do fenômeno pesquisado.

3 DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: A DOMINAÇÃO E MANIPULAÇÃO COMO RECURSOS ESTRATÉGICOS

Entender esse fenômeno polêmico da desinformação a partir da lógica da dominação, manipulação e utilização da informação como recurso estratégico requer a compreensão do significado do termo e a partir de que momento este passa a ser constituído num conceito.

Pesquisadores da Ciência da Informação a exemplo de Fetzer (2004) e Wardle e Derakhshan (2017) esclarecem uma distinção entre “*disinformation*” e “*misinformation*”. Fetzer (2004) destaca que o termo *disinformation* refere-se às informações apresentadas com o objetivo de deturpar, distorcer ou enganar ou quando uma evidência que poderá fazer a diferença para uma conclusão é descartada.

Wardle e Derakhshan (2017) acrescentam que a desinformação/*disinformation* está relacionada à informação compartilhada de forma consciente com o objetivo de causar danos. Já *misinformation*, conforme Wardle e Derakhshan (2017) refere-se à informação falsa disseminada sem uma estratégia ou planejamento prévio.

Além destes, Pinheiro e Brito (2015) apresentam o conceito de *deception*, em tradução proposta pelos autores “decepção”, também relacionada à desinformação, porém, com um escopo mais abrangente do que a “*disinformation*”, sendo esta parte das técnicas de *deception*.

Além da desinformação Pinheiro e Brito (2015) acrescentam que a decepção utiliza negação com o bloqueio do acesso a fontes e canais, a utilização de meias verdade para corroborar com as informações falsas, entre outros recursos.

A desinformação a que nos dedicamos, *deception* e *disinformation*, e que trabalhamos neste estudo enquanto conceito da Ciência da Informação, não é uma novidade desta era da pós-verdade. Segundo destaca D’Ancona (2018, p.32) “a mentira é parte integrante da política desde que os primeiros seres humanos se organizaram em tribos”. A novidade, então,

não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência.

De fato, a desinformação tornou-se recurso estratégico utilizado não apenas por sujeitos, mas, por instituições de todas as áreas, especialmente na política, conforme atestam Marques, Alves e Medeiros (2019), que discutem como as *fake news* foram utilizadas pelo Governo Federal brasileiro como estratégia política, e Bradshaw e Howard (2019) que apresentam um estudo no qual apontam que em 45 países em regime de democracia e 26 estados autoritários a desinformação foi utilizada por entidades governamentais como recurso para suprimir a opinião pública, desacreditar críticas, minar a dissidência política.

Grande parte dessas ações têm como cenário os aplicativos e as plataformas de redes sociais que se tornam o principal campo de propagação das práticas informacionais de desinformação. Porém, o fato de não utilizar das mídias tradicionais como artefato principal para se desenvolver não quer dizer que a construção das ações de desinformação seja um processo caracterizado pelo imprevisto e amadorismo. A cada dia, conforme essa realidade torna-se cada vez mais presente no

campo social, o investimento numa lógica profissional e produtiva transforma a desinformação em um produto a ser consumido em larga escala.

Essa assertiva pode ser verificada na construção de mentiras cada vez mais sofisticadas, a exemplo das práticas denominadas de *deep fake*, que consistem na utilização de inteligência artificial para adulterar imagens/vídeos atribuindo falas e atitudes que não condizem com a realidade. O cenário é tão desafiador que grandes conglomerados de mídias sociais a exemplo do Facebook e Whatsapp têm empreendido esforços e iniciativas com o objetivo de combater a propagação da desinformação.

E esse processo de desinformação utiliza meios para se autoafirmar e perpetuar relações de dominação e manipulação como recursos estratégicos. Brisola e Bezerra (2018, p. 3320) apresentam alguns desses mecanismos:

- a) O alinhamento aos interesses do poder econômico e do poder político nos meios de informação e comunicação;
- b) A dificuldade do usuário/leitor de interpretar as origens, fundamentos, contextos, funcionamentos e motivações das informações e fatos (dificuldade esta muitas vezes estimulada pelos próprios

veículos de mídia); c) O apartamento da ética de maneira geral, os códigos de ética profissional sistematicamente ignorados e a falta de crítica em pensar os sistemas de coibição ou sanção; d) A elaboração da maioria das notícias que circulam nos meios de comunicação hegemônicos e nas redes sociais de forma resumida, sem crítica, sem contraste, baseada em uma fonte interessada ou em interesses que não estão claros; e) A manipulação do silenciamento, frivolidade, desvio de atenção, marginalização de intelectuais rebeldes etc.; f) O excesso de informação e a dificuldade em filtrar e selecionar as informações; g) O excesso de comoção e aderência a sentimentos e afetos ao invés da razão; h) A adesão ou condução a uma interpretação e visão de mundo que já vêm prontas; i) O tratamento desigual das garantias democráticas, dos direitos humanos e silenciamento e apagamento daquilo que não interessa a quem propaga ou produz a notícia; j) A produção e disseminação de informações sem contexto nem antecedentes, de forma incompreensível, com pontos de vista e escolhas tendenciosas; k) A definição de hierarquias pré-estabelecidas, como no caso de uma visão preponderantemente ocidental e da importância de certos países e seus assuntos sobre outros; l) A fetichização do imagético.

Esses recursos integram um mercado que conta a cada dia com novas tecnologias para se desenvolver e que, embora encontre terreno fértil em sociedades despolitizadas, com baixo nível de escolarização e alto índice de desigualdade sociais, como o Brasil, também pode ser observado em escala global, inclusive

em países desenvolvidos e grandes economias, como nos Estados Unidos e em países da União Europeia. A desinformação surgiu como um recurso para ser utilizado, em geral, pela elite para manipular e dominar as massas e, assim, lograr êxito em seus ideais.

Nesta concepção do conceito, setores da elite desinformariam amplamente de maneira a se perpetuarem no poder, concretizando mais facilmente seus próprios interesses. (...). Em síntese, sob esta óptica desinformação consistiria em um grande conjunto de informações disponibilizadas cotidianamente, mas que não supririam o indivíduo com conhecimento necessário para participar do processo político e tomar as decisões necessárias ao progresso de sua própria vida e de seus semelhantes. Mais do que acaso, estas desinformações seriam o fruto de um projeto de dominação política e ideológica, em que tanto as redes digitais, quanto veículos de comunicação tradicionais seriam empregados para difundir prioritariamente tudo àquilo que confunde e desarma. (PINHEIRO E BRITO, 2014, p.2)

Integram esse contexto as *fake news*, que são o desdobramento dessa realidade de desinformação cujo uso do termo tem se desvirtuado recentemente, conforme destaca Frias Filho (2018) passando a ser tudo aquilo que desagrade, interpretações das quais haja discordância e opiniões que

pareçam abomináveis. O que é *fake news* para um fanático é verdade cristalina para o fanático da seita oposta. O fato é que, conforme destaca Bucci (2019, p. 38):

As fake news – que agora vitimam o debate público no mundo todo como um vírus que inverte os vetores dos processos decisórios democráticos – constituem outra modalidade de mentira. (...) Nas *fake News*, a primeira fraude se refere à natureza daquele relato. Antes de dizer uma verdade ou mentira, as *fake news* falsificam sua condição: apresentam-se como enunciados produzidos por uma redação profissional, mas não são isso. As *fake news* simulam uma linguagem jornalística, às vezes adotam o jargão e os cacoetes de uma reportagem profissional em vídeo, áudio ou texto mas, são outra coisa.

Porém, para além da tradução literal, as *fake news* podem ser definidas como um prisma da desinformação, informações que não condizem com a racionalidade, o intelecto e a verdade comprovada cientificamente, mas, flertam com o instinto, a intuição, o místico e a vontade, para perpetuar ideologias e utilizar da dominação e manipulação como recurso estratégico. Nesse sentido, as *fake news* configuram-se como práticas informacionais de desinformação.

4 PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE DESINFORMAÇÃO: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Dentre as correntes teóricas que integram o desenvolvimento ontológico e epistemológico da Ciência da Informação, os estudos de usuários ganharam uma perspectiva que passou a ser utilizada por pesquisadores brasileiros (ARAÚJO, 2017; BRASILEIRO, 2017; DE FREITAS ROCHA, KREMPSEK GANDRA E PEREIRA ROCHA, 2017) com o objetivo de possibilitar uma compreensão da realidade que supere a dicotomia objetivismo/positivismo e contemple questões socioculturais e sistemas simbólicos, as práticas informacionais.

Para Bourdieu (1996, p.15) “não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica historicamente situada e datada”. E o pensamento de Bourdieu foi um dos pilares para a sustentação do conceito de práticas informacionais, diante da necessidade de considerar o sujeito informacional como parte de um campo social que conta com estruturas que atuam como mediadoras e que sofrem a interferência deste sujeito, numa relação reflexiva.

Ao privilegiar a dimensão coletiva e entender que os fenômenos informacionais ocorrem em contextos específicos, pressupõe-se que muda a compreensão da interação do usuário com a informação. Consequentemente, é demandada uma nova forma de entendimento de muitos dos conceitos usualmente abordados nos estudos de usuários. Entre eles estão a informação, as necessidades de informação e os critérios de relevância, que deixam de ser vistos como algo externo ao usuário ou dependente apenas de sua subjetividade, para serem compreendidos enquanto construções sociais. Não se trata de apenas reconstruir cada conceito individualmente, mas eles só adquirem sentido entrelaçados entre si. (ROCHA E GANDRA, 2018, p.568)

Essa abordagem da Ciência da Informação não se trata de uma vertente dos estudos de usuários ou competência informacional, mas, utiliza o referencial teórico desses e desenvolve-se a partir de uma perspectiva interdisciplinar, na medida em que conta com contributos de áreas como a Sociologia.

De acordo com Araújo (2017) as práticas informacionais evidenciam os significados socialmente partilhados do que é informação e o contexto sociocultural que compreende as necessidades informacionais. Para De Freitas Rocha, Krempser Gandra e Pereira Rocha (2017, p. 105):

a abordagem das práticas informacionais requer, em primeiro lugar, uma renúncia às perspectivas metodológicas e teóricas objetivista e subjetivista. O quadro teórico de estudos sob essa perspectiva não deve partir dos modelos de comportamento informacional já conhecidos na literatura da CI. É preciso se atentar para os conceitos de prática e suas diferentes abordagens e implicações teórico-metodológicas.

Assim, investigar as práticas informacionais dos sujeitos requer a compreensão dos fenômenos a partir da ideia de práxis de Bourdieu (2003), que compreende sistemas simbólicos (arte, religião e línguas) como estruturas estruturantes, e os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (passíveis de uma análise estrutural), inseridos num determinado campo social e mediados por um *habitus*.

o *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (...) são princípios geradores de práticas distintas e distintivas. (...) Mas o essencial é que, ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, desses princípios de visão e divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas

opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem. (BOURDIEU, 1996, p.21)

Nessa perspectiva, ao considerarmos que a linguagem é um elemento primordial para o desenvolvimento das práticas informacionais, no âmbito da realidade de desinformação, é permeada por elementos como a manipulação e dominação ideológicas, o que possibilita o surgimento e consolidação de práticas informacionais de desinformação.

Conforme podemos verificar na Figura 1, que, tomando por base o modelo proposto por Medeiros (2008), procura intermediar a dimensão de sentidos que o conceito de práticas informacionais de desinformação evoca, percebe-se que, sob a égide da desinformação são desenvolvidas práticas informacionais que utilizam da linguagem e do contexto sociocultural para criar estratégias de consolidação. Essas estratégias são permeadas por elementos de dominação e manipulação.

É o caso das *fake news* que, inseridas no contexto da pós-verdade contribuem para essa realidade de dominação e manipulação na medida em que propagam o negacionismo

científico, desvalorização da mídia tradicional, relativização da verdade, algumas destas questões elencadas por Araújo (2020, p. 3) como fatores que caracterizam a pós-verdade.

Nesse aspecto, as relações entre os sujeitos, e destes com a informação são influenciadas sobremaneira pelos seus *habitus* mas, também por aspectos ideológicos. Se partirmos da definição de ideologia de Löwy (2000, p.11) que em oposição à utopia é vista como uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida, percebemos o quão dominadoras podem ser as conexões informacionais estabelecidas com base na ideologia da classe dominante.

E quando essa relação sujeito/informação é revestida do elemento da desinformação, a manipulação que utiliza do viés ideológico pode gerar a ascensão das práticas informacionais de desinformação.

Para superar essa realidade, dentre outras medidas, o investimento em competência crítica informacional pode ser o caminho, na medida em que, segundo Schneider (2019, p. 109), compreende atitude questionadora diante das fontes, competência instrumental, estudo a ética em informação, conhecimento das teorias críticas, entre outras questões.

Embora as práticas informacionais não sejam uma subárea da competência crítica informacional, avaliar criticamente, entender a necessidade de uso ético e compromisso da informação com a emancipação social e a autonomia dos sujeitos é primordial para a superação desse caos informacional.

Também se faz necessário entender que a informação contemplada pelas práticas informacionais de desinformação deve ser estudada, inicialmente, a partir dos construtos teóricos dos campos da Ciência da Informação e Comunicação, que podem se complementar para conceber a informação enquanto processo, signo, mensagem. Ao considerarmos que a base do conceito de práticas informacionais é formulada a partir do diálogo interdominial podemos considerar que as práticas informacionais de desinformação também são uma realidade multifacetada que requer múltiplas reflexões.

Figura 1 - Plano de categorias relacionadas ao conceito de práticas informacionais de desinformação



Fonte: dados da pesquisa (2020).

As práticas informacionais de desinformação evidenciam significados socialmente partilhados do que é informação em um determinado contexto sociocultural. Porém, neste caso, o campo social e as estruturas que compõem o *habitus* dos sujeitos são influenciados por uma relação de dominação, manipulação de massas, ascensão da ignorância em detrimento da razão e da verdade metodologicamente comprovada.

Dessa forma, os sujeitos ficam expostos ao que Bourdieu (2003) intitula de “violência simbólica”, que, para além da compreensão vulgar no termo, não se trata de uma violência

espiritual ou que não teria efeitos reais. Trata-se de um processo que se objetiva através das relações subjetivas de dominação, como de práticas informacionais de desinformação com interesses econômicos, políticos, comerciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um debate inicial, mais importante do que extrair sentido ao que seja afinal desinformação, faz-se importante construir ao menos um entendimento comum, já que a miríade de interpretações atuais, por si só, ironicamente, desinformam. À Ciência da Informação, em particular, cabe à compreensão de que a informação em sua “dimensão negativa” também deve ser pesquisada. (PINHEIRO E BRITO, 2014, p. 4)

Refletir sobre os caminhos que serviram de base para a construção dessas práticas informacionais de desinformação é importante, sobretudo para que possamos combatê-la. Aceitar que nem toda prática informacional é emancipatória, que o processo de informar está dialogicamente ligado ao ato de desinformar, e que essas condutas informacionais que propagam violência, antidemocracia e manipulação contam com a

contribuição dos sujeitos para se efetivarem é o primeiro passo de uma longa caminhada a ser percorrida.

Conforme bem destaca o educador Paulo Freire (2001, p. 44) a superação de tais descabros não está nos discursos e nas propostas moralistas, mas num clima de rigorosidade ética a ser criado com necessárias e urgentes transformações sociais e políticas.

Dessa forma, entendemos que algumas medidas precisam ser tomadas tanto por pesquisadores da Ciência da Informação e áreas afins, como pela sociedade em geral e governo e poderes estabelecidos. À Ciência da Informação e demais campos do conhecimento compete evoluir os estudos para desbravar esse território mutável e multidimensional da desinformação e das práticas de desinformação. Nesse sentido, esperamos que essa discussão aqui apresentada seja apenas o ponto inicial de outras incursões e aproximações com esse fenômeno que possam ser empreendidas.

Também convém destacar que os pesquisadores e pesquisadoras devem se unir à sociedade para provocar a regulamentação de combate às *fake news*, *deep fake*, *fake science*

e outras práticas informacionais de desinformação que possam surgir.

Essas iniciativas que busquem estimular o desenvolvimento de marcos regulatórios também deve se estender aos aplicativos e plataformas de redes sociais que, embora tenham implementado recentemente algumas medidas (bloqueio de *fake news*, ações de checagem de fatos), costumam atuar quando a desinformação já tem repercutido negativamente e provocado retrocessos à sociedade. É preciso atuar na prevenção de crises informacionais, e isso ocorrerá, em parte, a partir de medidas punitivas e regulatórias.

Enfatizamos ainda a necessidade do investimento em competência crítica informacional, ou, o que Soares (2011) chama de educação para a comunicação que está relacionado à formação de sujeitos autônomos e críticos com relação à informação.

Por fim, tal qual um cientista que estuda a genética de um vírus para entender como poderá combatê-lo e quais os medicamentos e vacinas podem ser desenvolvidos, o pesquisador da Ciência da Informação precisa entender o seu papel social antevendo crises informacionais, atuando ativamente na

construção de políticas (antídotos da desinformação), e provocando reflexões para a sociedade e para aqueles que constituem as esferas políticas e que por vezes se utilizam das práticas informacionais de desinformação para perpetuar seus poderes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. O que são “Práticas Informacionais”? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, p. 217-236, out. 2017

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. La importancia de la ciencia de la información en tiempos de posverdad. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, [S.l.], v. 31, n. 1, abr. 2020. ISSN 2307-2113. Disponivem em:
<http://acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/view/1559>.
Fecha de acceso: 02 abr. 2020
doi:<http://dx.doi.org/10.36512/rcics.v31i1.1559>.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip N. The Global Disinformation Order: 2019 global inventory of organised social media manipulation. **Oxford Internet Institute**. Disponível em: <https://comprop.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/93/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>. Acesso em: 20 dez 2019.

BRASILEIRO, Fellipé Sá. **Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais**. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BUCCI, Eugênio. News não são fake – e fake news não são News. In: BARBOSA, Mariana. (Org.). **Pós-verdade e fake News: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DE FREITAS ROCHA, Eliane Cristina; KREMPSEER GANDRA, Tatiane; PEREIRA ROCHA, Janicy Aparecida. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Biblios [online]**. 2017, n.68, pp.96-109.

FALLIS, Don. What is disinformation?. **Library Trends**, v. 63, n. 3, p. 401-426, 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.1353/lib.2015.0014>. Acesso em: 10 abr 2020.

FETZER, James H. Disinformation: The Use of False Information. **Minds and Machines**, v. 14. p. 231–240, mai. 2004. Disponível em:
https://www.academia.edu/1354500/Disinformation_The_use_of_false_information. Acesso em: 10 abr 2020.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de usuários**. Brasília: IBICT, 1994.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIAS FILHO, Otavio. O que é falso sobre fake news. **Revista Usp**. 116, pp. 39-44. 2018. Acesso em: 20 abr 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de La Acción Comunicativa**: critica de la razón fundamentalista. Madri: Taurus, 1987.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARQUES, Juliana Ferreira; ALVES, Edvaldo Carvalho; MEDEIROS, José Washington de Moraes. Fake news e (des)informação como estratégia política. Encontro Nacional de **Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122680>. Acesso em: 27 fev. 2020.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. **A racionalidade comunicativa como ágora dos processos educativos emancipatórios**. 2008. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, 2014. Não paginado. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000016135>. Acesso em: 20 abr 2020.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Poder informacional e desinformação. Encontro Nacional de **Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVI ENANCIB, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream>

m/handle/123456789/2901/14.%20PODER%20INFORMACIONAL%20E%20DESINFORMA%C3%87%C3%83O.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 jul 2020.

ROSENBERGER, Laura. Disinformation Disorientation. **Journal of Democracy**, Volume 31, Number 1, January 2020, pp. 203-207 (Review). Published by Johns Hopkins University Press. DOI: For additional information about this article [Access provided at 20 Apr 2020 15:13 GMT with no institutional affiliation] <https://doi.org/10.1353/jod.2020.0017>

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho *et al* (org.). **Ikritica: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamound, 2019. p.73-116.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information Disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinaryframework-for-research/168076277c>. Acesso em: 20 dez 2019.

ZARZALEJOS, José Antonio. A era da pós verdade: realidade versus percepção. **Uno**, São Paulo, v. 27, n. 1, p.17-19, mar. 2017.

SEGUNDA PARTE
EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA: estudo sobre a resiliência informativa em tempos de crises

Laiana Ferreira de Sousa
Lidia Eugenia Cavalcante

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, o mundo recebeu a notícia de um novo surto de síndrome respiratória aguda grave (SARS), inicialmente em Wuhan, China, que se espalhou rapidamente pelo planeta. Esse surto do coronavírus (SARS-Cov-2), causador da Covid-19, fez com que as atenções da comunidade científica se voltassem para o campo da saúde global. No dia 30 de janeiro de 2020, foi declarada emergência internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Na ocasião, não existiam planos estratégicos prontos para serem aplicados a uma pandemia de coronavírus, cujas origens, natureza e curso ainda eram pouco conhecidos. Além disso, seus impactos não se assemelhavam a nenhuma pandemia vista a nível mundial (SCHMIDT et al., 2020).

De acordo com a OMS, foram confirmados, no mundo, 14.348.858 casos de Covid-19 e 603.691 mortes até 20 de julho de 2020. No Brasil, nessa mesma data, já haviam sido registradas mais de 80.000 mortes por Covid-19 e 2.121.645 infectados (MS). Entretanto, estima-se que esses números sejam ainda maiores,

considerando-se os atrasos nas notificações ou casos positivos não testados (RUSSELL et al., 2020).

A doença, inicialmente restrita à China, transformou-se em pandemia, decretada pela OMS em 20 de março de 2020. Abrangendo todos os continentes até o momento, exceto a Antártica, tornou-se grave problema de saúde planetária. Até então, não se tem confirmada a existência de vacinas e de tratamento comprovadamente eficaz, de modo que as estratégias de distanciamento físico têm sido apontadas como a principal intervenção para o controle da Covid-19.

No entanto, para as equipes de assistência à saúde, especialmente aqueles profissionais que estão na chamada “linha de frente”, ou seja, no cuidado direto de pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado de Covid-19, a recomendação de permanecer em casa não se aplica. Desse modo, diante da natureza de rápida disseminação do vírus, esses profissionais e trabalhadores da saúde, envolvidos direta e indiretamente no enfrentamento da pandemia, estão expostos cotidianamente aos riscos de adoecimento pelo coronavírus.

Além disso, pesquisas têm sugerido que o medo de ser infectado por um vírus potencialmente fatal e de rápida

disseminação acaba por afetar o bem-estar psicológico desses indivíduos (ASMUNDSON; TAYLOR, 2020). Sintomas de depressão, transtornos de ansiedade e estresse, diante da pandemia, têm sido identificados na população em geral e, em particular, nos profissionais atuantes na área da saúde (SCHMIDT et al., 2020). A pandemia é uma crise paralela a outros problemas preexistentes e, ao se trabalhar sob alto nível de exigência física e psicológica, muitas vezes sem equipamentos adequados de segurança e proteção individual, elevam-se os níveis de insegurança e desconforto emocional desses trabalhadores.

Na cartilha publicada pelo Ministério da Saúde contendo recomendações aos gestores de unidades de saúde na atenção psicossocial durante a pandemia, é solicitada maior atenção ao trabalhador de saúde, destacando que,

É recorrente o aumento dos sintomas de ansiedade, depressão, perda da qualidade do sono, aumento do uso de drogas lícitas ou ilícitas, sintomas psicossomáticos e medo de se infectarem ou transmitirem a infecção aos membros da família.[...] Gerenciar o estresse e bem-estar psicossocial é tão importante neste momento quanto cuidar da saúde física. Manter a equipe protegida contra estresse crônico e problemas de saúde mental significa que

eles terão uma melhor capacidade para desempenhar suas funções (BRASIL, 2020).

Questões associadas ao risco de contaminação pela doença e à falta de segurança nas unidades de pronto-atendimento são agravadas pelo fator emocional, na medida em que, pela invisibilidade do vírus, os profissionais não podem garantir medidas protetivas concretas, aumentando assim o risco de desenvolvimento de transtornos mentais. Somado a isso, têm-se o isolamento físico, o afastamento de atividades sociais e a perda de membros da família, que podem estar entre os fatores de incidência de problemas psicológicos.

Além dos fatores estressores já mencionados, há ainda as incertezas epidemiológicas, a falta de estudos que comprovem a eficácia de determinados tratamentos e a massiva disseminação de informação ilegítimas. No Brasil, membros da comunidade de epidemiologistas e de diversas outras comunidades científicas têm atuado no esforço de gerar informações em tempo real sobre o curso e os efeitos da epidemia do novo coronavírus, em busca de não apenas subsidiar a tomada de decisão de agentes públicos envolvidos no controle da pandemia, mas também conscientizar a sociedade em geral sobre a Covid-19.

A situação de emergência e crise diante dos riscos ocasionados pela pandemia da Covid-19 faz surgir questões relativas a produção, prática, análise, compartilhamento, divulgação e disseminação de diferentes tipos de informação, ocasionando diversos efeitos no comportamento e nas práticas informacionais dos sujeitos. A pandemia trouxe consigo um *boom* informacional, tanto nas mídias sociais, como em jornais impressos e televisivos. A mídia em geral montou estratégias de cobertura nas dimensões sociais, políticas e econômicas e atua diariamente no repasse massivo de informações.

Nos últimos meses, tem-se desenvolvido uma série de ferramentas e plataformas para fornecer, em tempo real, as informações sobre os impactos atuais e futuros da epidemia no país, considerando diferentes cenários de transmissão. Universidades, órgãos de pesquisas e entidades governamentais atuam na produção de mecanismos de acesso à informação, tais como a elaboração de guias, cartilhas, manuais, e-books, portfólios, além de sistemas e aplicativos de monitoramento e avaliação.

Contudo, nesse momento de incertezas, ao mesmo tempo em que é preciso monitorar o crescimento e combater à

disseminação do vírus, é fundamental divulgar orientações de fontes informacionais confiáveis, que possam recomendar medidas e ações para atuação dos médicos no processo de intervenção. A democratização dos espaços de compartilhamento de informação tende a potencializar a disseminação deliberada de informações, fazendo emergir assuntos como vigilância digital, mineração de dados pessoais, filtragem algorítmica da informação, desinformação e circulação de *fake news* (BEZERRA et al., 2019).

Essa natureza híbrida da ambiência online na contemporaneidade (LEMOS, 2009) abre espaço para a atual circulação de grande volume de informação falsa em redes sociais e demais ambientes digitais. Por outro lado, ressalta, principalmente, a importância do desenvolvimento das capacidades dos indivíduos para a avaliação crítica e o uso ético da informação, disposições que a competência crítica em informação busca estimular.

Nesse contexto de mobilidades híbridas, Brasileiro (2017) descreve o estado de incerteza informacional causado por práticas “não dirigidas”, ou seja, sem a ação direta da busca informacional. Esse autor destaca três situações principais que

geram incertezas e perturbações emocionais: quando inesperadamente conteúdos delicados são visualizados; quando as informações compartilhadas e os atos na rede ameaçam a face alheia; e quando chegam informações contraditórias sobre determinado tema importante.

Além disso, é necessário discutir até que ponto a falta de acesso a informações fidedignas aumenta o nível de estresse ou se o acesso demasiado a informações de diferentes naturezas e suportes poderiam contribuir para uma ansiedade ou resiliência informacional (WURMAN, 1991; BRASILEIRO, 2017), uma vez que é possível identificar outras visões onde se reconhece que o fenômeno informacional é ao mesmo tempo favorável e catastrófico (DAVENPORT, 1998; WURMAN, 1991).

Para este texto, destacam-se as ações informacionais de profissionais da saúde que necessitam conhecer a doença para lidar com o seu enfrentamento, ao mesmo tempo em que sofrem os impactos dessas informações nas dimensões sociais e emocionais da vida. Considera-se imprescindível conhecer o comportamento de busca de informações de profissionais que necessitam de respostas rápidas, tendo em vista que o conhecimento está sendo produzido e revisto num curto período

e que eventuais erros podem colocar em risco a vida de milhares de pessoas.

O objetivo desta pesquisa é conhecer as práticas informacionais de profissionais que estão na linha de frente no combate ao novo coronavírus, com vistas a identificar a rede de apoio informacional e as implicações/efeitos do consumo de informação em situações de crise. Acredita-se que lidar com incertezas e tomadas de decisões complexas sem informações legítimas poderá gerar consequências desastrosas.

Esta pesquisa não cumpre, entretanto, estabelecer modelos ou trajetórias informacionais, como os estudos de Barbara Ryan, que tentam prever o acesso a determinadas fontes de informações e a seleção de canais de sujeitos em situações de crise (RYAN, 2018). Outrossim, busca evidenciar o comportamento informacional de médicos durante o enfrentamento à Covid-19, bem como os impactos dessas ações na saúde mental desses profissionais, no sentido de desenvolver estudos que priorizem a compreensão dessas práticas em situações extremas.

Analizados em conjunto, todos esses fatores remetem à relevância de verificar o comportamento informacional de

médicos durante a pandemia e o impacto dessas práticas na saúde mental desses profissionais, alinhadas às necessidades emergentes no contexto de pandemia. Diante disso, consideraram-se as seguintes questões: *de que forma os profissionais da saúde buscam informações durante o enfrentamento da Covid-19? Quais os efeitos dessas informações no campo das emoções? De que modo eles estão superando as incertezas informacionais ocasionadas pela proliferação do vírus?*

A fim de responder tais questionamentos, optou-se por aplicar um questionário com profissionais do Programa Médicos pelo Brasil, atuantes na atenção primária no Ceará, ativos nos meses de abril a junho do ano de 2020, e que estão diretamente envolvidos no atendimento de pacientes com suspeita de infecção ou testados positivo para Covid-19.

Como suporte teórico, utilizaram-se as abordagens de estudos de comportamento e uso informacional, bem como as práticas informacionais de Savolainen (2007), cujo trabalho reverberou na criação de conceitos guarda-chuva referentes às práticas e ações informacionais. Também nortearam esta pesquisa os estudos de Brasileiro (2017), a respeito da

concepção de incertezas informacionais e a construção de resiliência a partir do acesso à informação.

2 PERCUSO METODOLÓGICO

Com o propósito de analisar as práticas informacionais de médicos durante a pandemia, optou-se por examinar o comportamento informacional desses profissionais atuantes na atenção primária no Ceará, integrantes do Programa Médicos pelo Brasil. A abordagem do problema é qualitativa, já que investiga dados não quantificáveis relacionados ao objeto de estudo, enfocando aspectos subjetivos para interpretar fatos vivenciados pela população analisada.

Para fins de conhecimento da comunidade estudada, realizou-se uma pesquisa descritiva, que busca descrever características de uma comunidade ou fenômeno. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2006, p. 50). Para compreensão do contexto da pandemia ocasionada pelo coronavírus, foi necessário realizar levantamento de pesquisas

com intuito de avaliar o impacto da quarentena na saúde mental dos sujeitos.

Dentre os estudos, cumpre mencionar o de Filgueira (2020), que investigou a relação entre estresse, depressão e níveis de ansiedade com variáveis sociodemográficas e comportamentais no Brasil; e a pesquisa online realizada na China que avaliou os níveis de impacto psicológico e estresse durante o estágio inicial do surto de COVID-19, obtendo resposta de 1.210 indivíduos e evidenciando que em sua maioria apresentavam níveis de estresse moderado a grave, sintomas de ansiedade e depressão, respectivamente (WANG et al., 2020).

A pesquisa foi desenvolvida com 80 voluntários respondentes, médicos, atuantes no Programa de Provimento Mais Médicos do Governo Federal. Os critérios de inclusão foram profissionais da atenção primária que lidam diretamente ou indiretamente com o surto da Covid-19. Os participantes incluídos assinaram termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), autorizando contribuir com a pesquisa.

O instrumento de coleta de dados aplicado foi um questionário com vinte questões de múltipla escolha e duas abertas, elaborado no *Google Forms*. Optou-se pela escala do tipo

Likert, de cinco categorias, para as perguntas de múltipla escolha, como “Durante a rotina de trabalho, você se sente seguro no combate à doença?” e baseou-se na IES-R Escala de Impacto do Evento para questões relativas à saúde mental, como “Listamos abaixo algumas dificuldades que as pessoas podem apresentar após passar por eventos estressantes. Com relação ao surto da Covid-19 no Brasil, por favor, leia cada item abaixo e depois marque a coluna que melhor corresponde ao seu sentimento diante da situação”.

O formulário online, cujo título é “Avaliação das Práticas Informacionais e Saúde Mental do Médico em Tempos de Pandemia”, apresentou as seguintes categorias: Perfil do Respondente; Práticas Informacionais; Saúde Mental. O recrutamento de voluntários se deu mediante envio de e-mails para cerca de 250 profissionais de saúde cadastrados na Plataforma Webportfólio da Universidade Aberta do SUS (UNASUS), de acesso restrito aos autores. A coleta de dados aconteceu entre os dias 25 de abril e 20 de junho do corrente ano, período em que muitos estavam extremamente ocupados no enfrentamento ao vírus, portanto tivemos 32% de retorno à pesquisa.

Para a organização e análise dos dados, foi adotada a análise de conteúdo enquanto método de procedimento, seguindo a técnica de análise temática, proposta por Bardin (2011). De acordo com a autora, a análise temática “[...] consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico estudado” (BARDIN, 2011, p. 135). Nesse sentido, optou-se por analisar os núcleos de sentido das perguntas, sem necessariamente apresentá-las integralmente, considerando as seguintes categorias de análise: Perfil do Participante, Práticas informacionais no contexto de crise e Saúde mental de médicos no enfrentamento à Covid-19.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa contou com o retorno de 80 questionários respondidos, dentre os quais 46 respondentes do sexo feminino e 34 do sexo masculino. A opção “prefiro não dizer” não foi marcada. Com relação ao tempo de formação, 47,5% dos respondentes indicaram menos de 3 anos, sendo,

portanto, a maioria. No que diz respeito ao estado civil, 52% confirmaram estar solteiros e 53% não possuem filhos. Com relação ao número de horas que os profissionais ficam em casa por dia durante a pandemia, 46,3% informaram passar entre 10 e 19 horas por dia em casa, 41,3% menos de 10 horas e apenas 12,5% informaram passar mais de 19 horas por dia, o que evidencia que a grande maioria trabalha uma média de 65 horas semanais. Quando questionados sobre esse tempo dedicado ao trabalho, 74,5% indicaram estar insatisfeitos. A sobrecarga do trabalho e a sensação de impotência ao testemunhar o número significativo de mortes pela Covid-19 podem ser fatores de geração de estresse e esgotamento.

É comum o desenvolvimento de síndromes relacionadas à carga de trabalho excedente e a longas horas de trabalho. A síndrome de *Burnout* é caracterizada por Silva (2015) como um esgotamento profissional causado em decorrência de tensão emocional crônica vivida pelo trabalhador, associada à despersonalização e baixa realização pessoal. Conforme a autora, essa doença pode ser uma realidade em ambientes de saúde, acrescida ao risco de adoecimento ou contaminação, ao excesso

de trabalho em situação adversa e à insegurança para realizar procedimentos diante da crise.

Todos os médicos participantes da pesquisa atuam diretamente na Rede de Atenção Primária à Saúde em Municípios do Ceará, tais como Fortaleza, Sobral, Iguatu, Chaval, Limoeiro do Norte, Quixeramobim, Pacatuba, Novas Russas, Icó, Itapipoca, Cascavel, dentre outros. A Atenção Primária à Saúde (APS) tem grande importância no enfrentamento de epidemias como a dengue, Covid-19, no acompanhamento longitudinal e na promoção e prevenção à saúde. Para além das ações nessas unidades, os médicos informaram ter outras frentes de trabalho além da APS, aumentando ainda mais a sua carga de trabalho.

Para discussão e análise das respostas, optou-se por categorizá-las de acordo com a temática abordada, conforme a seguir.

3.1 AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO CONTEXTO DE CRISE

No cenário de tecnologias web, a informação é demasiadamente compartilhada, disseminada, desfragmentada, movente e ubíqua. Essas e outras características transformam o

relacionamento do sujeito com essa informação, gerando novas práticas sociais e, conseqüentemente, outras formas de estudar e analisar o mundo. Afinal, as teorias científicas surgem influenciadas pelas condições da vida social, nos seus aspectos econômicos, culturais, históricos e sociais. São produtos históricos, criados pelos sujeitos, que vivem o seu tempo e contribuem ou alteram, radicalmente, com o desenvolvimento da ciência.

No contexto pandêmico e de constantes mudanças que a sociedade enfrenta, não é suficiente analisar apenas os sistemas, serviços ou as tecnologias de informação, mas também os processos dialógicos que ocorrem entre os indivíduos e as informações das quais necessitam, buscam e que também produzem e geram ações. Conhecer suas interações, modos de produção, consumo e disseminação, bem como o processo de socialização relativo ao campo, passa a ter seu lugar de interesse em pesquisas com foco no estudo do sujeito informacional.

De acordo com Savolainen (2007), a perspectiva de práticas informacionais se insere especialmente nas interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em situações nas quais a produção, armazenamento, manipulação, busca, transferência,

avaliação e uso da informação podem ser analisadas em práticas cotidianas situadas em contextos específicos.

Com base em tais fundamentos, questionou-se aos médicos a respeito dos canais através dos quais eles mais recebiam informações. Para essa pergunta, o respondente só teve a opção de escolher um canal, já que o objetivo era conhecer o fluxo de recepção informacional mais recorrente.

Gráfico 1 - Canal de comunicação de maior recebimento de informações sobre a pandemia



Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

A partir dos dados apresentados, nota-se que a maioria, 28,7%, recebe mais informações via grupos de *whatsApp*, uma rede social de troca de textos multisemióticos, ou seja, que permite a integração de diferentes linguagens. Em seguida, têm-

se os sites de notícias e o Ministério da Saúde, órgão a que o Programa Médicos pelo Brasil está diretamente vinculado.

As redes sociais se caracterizam como um canal de comunicação amplamente utilizado para o repasse de informações, ao mesmo tempo em que possibilitam a formulação de redes de sociabilidade, sobretudo na constituição de grupos, conforme considera Brasileiro:

[...] as práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais exercem influências sobre os processos informacionais que envolvem a tomada de decisão, tanto no ganho de segurança individual – para buscar, usar e avaliar as fontes de informação do novo ambiente informacional, [...] quanto na manutenção da sensação de apoio (ou suporte) frente às situações de incerteza; ou melhor, antes, simultaneamente ou após quaisquer situações nunca antes vivenciadas que demandem a tomada de decisão (BRASILEIRO, 2017, p. 193).

Tal afirmativa foi direcionada à pesquisa realizada pelo autor com mulheres primíparas e suas redes de sociabilidade para busca informacional. Quando o autor menciona essa manutenção da sensação de apoio que os grupos online geram, além de respostas rápidas que demandam tomada de decisão, podemos

aproximar dada situação ao processo de busca informacional dos médicos durante a pandemia.

Na contramão das relações de sociabilidade, a era da comunicação em rede potencializa o fenômeno das *fake news*, gerando proporção gigantesca nas dimensões políticas e sociais. Essas são consideradas como uma “nova modalidade de um velho fenômeno socioinformacional”, em que a opinião pública é influenciada por crenças infundadas e, quase sempre, as evidências e argumentos racionais são ignorados. Nesse contexto, as redes sociais digitais, em escala massiva e direcionada, fazem circular “informações mentirosas de aparência jornalística”, favorecendo certos grupos de poder (BEZERRA, 2019, p. 74).

Atualmente, o principal problema dessas questões mencionadas, parece residir não somente no excesso informacional e na falta de legitimidade das informações que são compartilhadas em rede, mas principalmente em sua rápida propagação e impactos na vida da população.

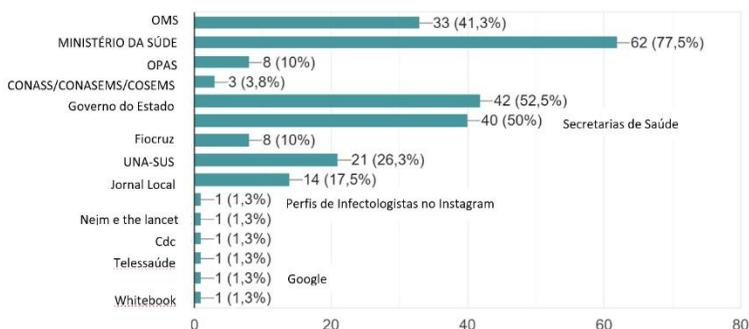
A instantaneidade é uma problemática no contexto do ciberespaço, sobretudo nos usos que são feitos dessa conectividade. A disseminação de informações falsas, somada ao

fluxo informacional potencializado pelas TDIC, pode gerar inúmeros prejuízos. Existe uma linha muito tênue entre acessar e consumir informação e o desenvolvimento de sofrimentos psíquicos e emocionais. Além disso, mesmo sem buscar tais informações, o sujeito é impactado pela difusão informacional sobre o assunto; a exemplo disso, nas mídias sociais, de modo amplo, pode-se mencionar uma série de notícias geradas em torno do tratamento da Covid-19 e o estigma da população geral sobre os profissionais de saúde.

Nota-se que a informação, para além de sua constituição física e cognitivista, ocasiona impactos nas esferas sociais e, por isso, determina o contexto social e cultural, o que representa, claramente, não só sua faceta social (CAPURRO, 2003), mas de construção intersubjetiva, reconhecida por Rocha e Gandra (2018) como a terceira noção de informação. De acordo com as autoras, teóricos como Rendón Rojas (1996), Saracevic (1999), Ørom (2000), Hjørland (2000), Fernández-Molina e Moya-Anegón (2002) e Capurro (2003) destacam a essência integradora dessa concepção de informação, evidenciando que todos os processos informacionais são constituídos coletivamente, dentro de contextos socioculturais.

Ainda sobre as práticas, perguntou-se acerca dos endereços eletrônicos em que o profissional habitualmente busca informações sobre a pandemia. Nesse caso, prevalece a escolha do respondente para a busca informacional, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2 – Endereços eletrônicos acessados para busca informacional



Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

A partir dos dados da pesquisa, observa-se que o Ministério da Saúde e o Governo do Estado lideram o acesso eletrônico às buscas informacionais para lidar diretamente com os efeitos da pandemia, considerados os principais órgãos

públicos de informação fidedigna para atualização sobre a disseminação e riscos da doença.

O filósofo John Dewey, na obra “O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação”, considera essa busca informacional como pensamento reflexivo, diferente de outros processos mentais. De modo geral, o pensar reflexivo supõe a intenção de descobrir a verdade, mesmo que provisória, enquanto outros pensamentos de ordem aleatória nem sempre pretendem encontrá-la.

O processo das práticas informacionais entendidos no conceito de pensamento reflexivo do autor, no contexto de incertezas, perpassa as fases definidas por Dewey (1979), quais sejam: (1) **estado de dúvida**, que origina o ato de pensar; e (2) a **busca por informação**, que resolve a dúvida. Nesse sentido, o pensamento reflexivo é orientado para a solução de problema e a sua característica principal é a ação e disposição para investigação.

Em consonância, Araújo (2015) salienta que não existe apreensão da realidade sem a noção de imaginação simbólica, entendida como a capacidade do indivíduo de criar, representar e simbolizar tudo o que o cerca. Assim, o sujeito apreende o mundo

mediante duas maneiras. A primeira é chamada pelo autor de modo direto, ou seja, por meio dos cinco sentidos. E a segunda forma é o modo indireto quando, na ausência do objeto, pela dimensão simbólica, o sujeito representa e atribui significado às coisas do mundo. Isso é o que nos permite “abrir as portas para o novo e, ao fazer isso, estende a realidade” (ARAÚJO, 2015, p. 13).

Quando abordamos a questão da formação para o enfrentamento da Covid-19, 51,2% realizaram algum tipo de capacitação e confirmaram interesse no conhecimento do vírus para redução das incertezas e superação diante da crise planetária.

De acordo com Brasileiro (2017), a relação entre resiliência e informação é introduzida como elemento-chave do processo de enfrentamento das adversidades sociais, de modo que a resiliência informacional consiste em como essas pessoas desenvolveram competências informacionais necessárias para lidar com determinadas situações de crises.

[...] o processo de resiliência informacional está associado às estratégias informacionais, criadas pelos sujeitos nos espaços cotidianos de sociabilidade, que condicionam a superação das rupturas e incertezas, isto é, a reconstrução dos

cenários informacionais, o reestabelecimento das redes sociais, o aprendizado sobre as informações inerentes a um novo contexto e a reformulação do conhecimento prévio com a realidade sociocultural que permeia o novo ambiente (BRASILEIRO, 2017, p. 16).

Nesse sentido, os estudos apresentam que a capacidade de buscar, acessar, usar e engajar-se com informações (práticas informacionais) é vista como estratégia fundamental para o enfrentamento dessas incertezas.

Em seus estudos, Lloyd (2014, 2016) relaciona a competência informacional e as práticas informacionais no contexto de vida de refugiados. A autora destaca o conceito de “*information resilience*” (resiliência informacional), entendido como a “capacidade de adaptar-se, aprender e transformar-se por meio do uso da informação, a fim de reorientar-se, adaptar-se e ajustar-se em resposta à ruptura de panoramas informacionais familiares” (LLOYD, 2016, p. 36, tradução nossa).

3.2 SAÚDE MENTAL DE MÉDICOS NO ENFRENTAMENTO À COVID-19

O último conceito de saúde publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades. Já saúde mental é conceituada como completo estado de bem-estar, no qual o indivíduo tem consciência de seu potencial e consegue lidar com problemas do dia a dia (OMS, 2016), evidenciando a importância de evitar visões separatistas entre corpo e mente.

Dessa forma, a saúde mental se constitui em diferentes dimensões. Estudos na neurociência e na medicina do comportamento já mostraram que, como muitas doenças físicas, essas perturbações resultam de uma complexa interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais (OMS, 2001).

A necessidade de estudos nessa esfera está diretamente relacionada à prevalência mundial e nacional de transtornos mentais, sobretudo na Atenção Primária em Saúde (APS), que chega a um terço da demanda. De acordo com levantamento realizado pela OMS (2008), constatou-se que 3% da população necessitam de cuidados contínuos (transtornos mentais severos e persistentes), 9% precisam de atendimento eventual (transtornos menos graves) e 6 a 8% da população têm

necessidade de atendimento regular devido ao uso prejudicial de álcool e outras drogas (subnotificação). Tratando-se dos transtornos mentais comuns na APS, considera-se que 25,9% possuem depressão e 37,6 % ansiedade (FORTES, 2016).

Perguntou-se aos médicos participantes se, durante o atendimento a pacientes vítimas de Covid-19, eles se sentiam seguros. O objetivo era compreender até que ponto o sistema de saúde e o contexto atual contribuía para o sentimento de segurança desses profissionais na atuação profissional.

Considerando a escala *Likert*, 41,2% escolheram a opção “moderadamente”, seguidos de 32,5% como “nem um pouco”. Nenhum respondente escolheu a opção “extremamente” e cerca de 10% optaram por respostas por extenso. Ao final do questionário, abrimos espaço para o médico inserir considerações que complementassem a pesquisa realizada e grande parte das contribuições dos respondentes referia-se à sensação de desamparo e cuidado com a saúde mental dos médicos, da falta de segurança no enfrentamento à doença e nas incertezas advindas dela:

Tenho a impressão de que não há uma preocupação importante com a saúde mental dos funcionários da saúde (enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem etc) que estão na linha de frente nos atendimentos, por parte dos governos. Como se faltasse humanidade, empatia... Desejo muito que a pesquisa de vocês alcance muita gente. Forte abraço!
(Respondente)

Acredito que tudo o que sinto é sobre a insegurança pela falta de insumos no município a cobrança excessiva na atuação na pandemia. Ninguém acha que medico cansa ou tem medo.
(Respondente)

Eu fui criada por meus avós que hoje são idosos, (83 e 78 anos) e nesses tempos difíceis faço o mínimo de visitas, ou a maioria das vezes nem saio do carro, pergunto como estão se necessita de algo e vou para minha casa :(
(Respondente)

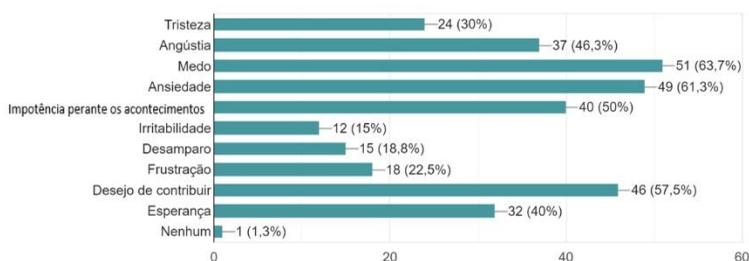
Maior preocupação com a segurança no trabalho e fornecimento e uso adequado de EPI's para a equipe e preocupação com a higienização doméstica, para não levar o vírus para casa; aflição por falta de previsão com quanto tempo poderemos visitar nossos familiares e se estarão todos vivos.
(Respondente)

Os relatos demonstram o grau de esgotamento e a preocupação com relação a segurança durante o trabalho e ainda com uma possível contaminação de familiares. No Brasil, a imprensa tem divulgado a escassez de equipamentos de proteção individual e o maior índice de licenças médicas a profissionais da

saúde, como o caso de servidores municipais de São Paulo, na comparação entre a primeira e a segunda quinzena de março de 2020, evidenciando a relação entre segurança e aspectos emocionais (RODRIGUES, 2020).

Nesse sentido, questionou-se aos médicos quais os sentimentos que afloram durante sua prática profissional no contexto da pandemia, chegando-se aos seguintes dados:

Gráfico 3 - Sentimentos que emergem durante a prática profissional no contexto da pandemia



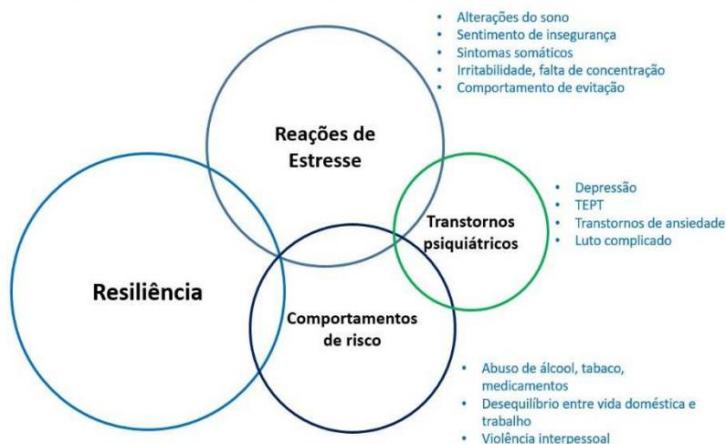
Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

Na questão apresentada no gráfico anterior, o medo e a ansiedade lideram as escolhas, mas notam-se a prevalência no desejo de contribuir e a impotência perante os acontecimentos. Estima-se um aumento da incidência de transtornos psíquicos

em profissionais da saúde, diante dos resultados apresentados pelos profissionais partícipes da pesquisa. Manter a equipe protegida contra estresse crônico e problemas de saúde mental significa que eles terão uma melhor capacidade para desempenhar suas funções (BRASIL, 2020).

A figura a seguir resume as reações comportamentais e emocionais frequentemente encontradas em situações de desastres ou calamidades, a exemplo de uma pandemia.

Figura 1: Reações psicológicas e psiquiátricas em situações de desastres



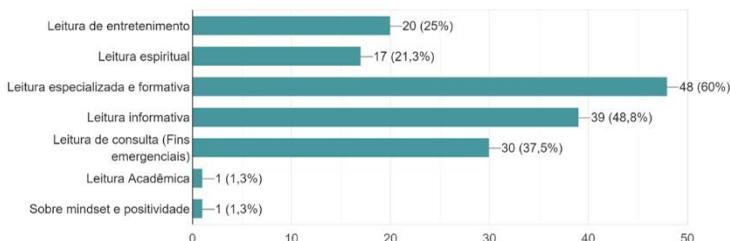
Fonte: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2020.

De acordo com o Ministério da Saúde (2020), há diversos fatores estressores já bem estabelecidos que estão envolvidos no adoecimento mental de trabalhadores da saúde, dentre os quais se destacam: cargas excessivas de trabalho, equipamentos de proteção individual insuficientes, medo de contaminar-se e/ou contaminar entes queridos e, ainda, o cuidado com os entes queridos e o afastamento físico, conforme percebido no relato de um dos respondentes

“O que sinto mais falta é de abraço, inclusive dentro da equipe de trabalho. Tenho tido sonhos mais vívidos, quase reais. Faço uso de bupropiona 150mg/dia, por tratamento de depressão há pouco mais de um ano.” Tal situação colabora para o surgimento de sentimentos e sensações difusas na pandemia.

Ao questionar os médicos sobre o tipo de leitura realizada no tempo livre, a leitura especializada e formativa teve 60% de incidência entre os respondentes, seguida de 48,8% para leitura informativa, conforme pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 4 – Tipos de leitura com maior frequência durante a pandemia



Fonte: dados da Pesquisa, 2020.

Na análise dos dados levantados pela pesquisa, percebeu-se que a grande maioria dos médicos utiliza seu tempo “livre” para leitura especializada e informativa. Pode-se atribuir essa necessidade ao estado de incerteza e ansiedade informacional trazido pela pandemia. Por se tratar de uma doença atual, os estudos científicos sobre o novo coronavírus ainda são insuficientes se comparados à proliferação massiva de notícias sobre a doença. Paralelamente a isso, a alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes é extremamente avassaladora. Essas questões geram incertezas quanto a escolha das melhores estratégias a serem implementadas para o enfrentamento da epidemia, causando anseio e angústia para aqueles que necessitam de respostas rápidas, conforme percebemos nos relatos abaixo:

Cansada de tantas incertezas para o tratamento da doença. (Respondente)

Eu sinto que estamos todos, principalmente como profissionais de saúdes que somos, da base do sistema, em uma situação nova e de impacto imprevisível, que nos pegou a todos desprevenidos da sua real gravidade, porque não sabermos ainda das consequências que dela podem advir, tanto no plano pessoal e profissional de cada um, quando dos efeitos coletivos, a curto e longo prazo, em nossas vidas. (Respondente)

Nessa busca pela sobrevivência em um cenário que se configura como extremamente crítico e que vem se consolidando cada vez mais, existe o desejo por mais informação do que o tempo disponível permite. Nesse sentido, a incapacidade do ser humano de lidar com o excesso informacional e a falta de informação legítima são um dos motivos para o desenvolvimento do que Wurman (1991, p. 38) chamou de “ansiedade de informação”, ou seja, o resultado cada vez maior entre o que compreendemos e o que achamos que deveríamos compreender. “É o buraco negro que existe entre dados e conhecimento, e ocorre quando a informação não nos diz o que queremos ou precisamos saber.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a Ciência da Informação vem buscando compreender os desdobramentos históricos, políticos, culturais e sociais impostos por uma sociedade imersa em informações, “onde o conhecimento é um recurso flexível, fluido, sempre em expansão e em mudança” (HARGREAVES, 2003, p. 33). Isso tem suscitado questões epistemológicas provocadas pela dimensão social, cognitiva e tecnológica entre o indivíduo, a informação e a sociedade.

Contudo, estudos sobre implicações na saúde mental em contextos de incertezas, que geram novos comportamentos informacionais ainda são escassos. Apesar da pandemia de Covid-19 se tratar de um fenômeno recente, as pesquisas apontam para repercussões negativas importantes. A rápida disseminação do novo coronavírus no mundo todo, as incertezas diante de um vírus de rápida disseminação, além da imprevisibilidade acerca do tempo de duração da pandemia e dos seus impactos no planeta, caracterizam-se como fatores de risco à saúde mental da população geral. Porém, é evidente que para

os profissionais da saúde, que atuam na linha de frente do enfrentamento à Covid-19, a situação é bem mais inquietante.

No presente estudo, foram sistematizados conhecimentos sobre as implicações na saúde mental e nas práticas informacionais dos médicos, atuantes na Atenção Primária, consistindo na análise de um recorte específico. Vale salientar que se trata de uma pesquisa embrionária, de modo que estudos adicionais sobre a temática são essenciais e, certamente, poderão apresentar outros indicadores e conclusões necessárias para a compreensão desse fenômeno vivenciado pela humanidade, que é a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, pensemos, por exemplo, sobre os impactos na saúde mental diante da pandemia e sobre as ações informacionais realizadas no contexto brasileiro. Entende-se que, embora imponham-se desafios adicionais à pesquisa de campo, o contexto pandêmico do novo coronavírus pode servir de ambiente para o aperfeiçoamento das práticas informacionais em situações de crise, emergência e desastre. Nesse sentido, compreende-se que a Ciência da Informação pode oferecer contribuições importantes para o enfrentamento das repercussões da Covid-19, sobretudo no estudo das práticas informacionais oriundas do desejo humano de se manter

informado, da ansiedade informacional ou mesmo da avalanche informacional que se propaga nas mídias e redes sociais, muitas delas ilegítimas, que contribuem para o fenômeno da desinformação ou a crença em *fake News*.

Revela-se, pois, a urgência em tratar sobre temáticas que envolvam, em sua integralidade, o bem-estar do indivíduo na contemporaneidade. Tais estudos multicêntricos são fundamentais para expor a necessidade do cuidado psicossocial, já que esse fator reverbera inúmeros prejuízos sociais e para a saúde dos indivíduos como um todo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. COVID-19 and Mental Health: Caring for the Public and Ourselves. **Educational Activity**, 2020.

ARAÚJO, C. A. Á. Imaginação e sociabilidade: novos conceitos para o estudo de usuários da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 16, 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...] João Pessoa: ENANCIB, 2015.

Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2981/104>. Acesso em: 10 jul. 2020

ASMUNDSON, G. J. G., ; Taylor, S. (2020). Coronaphobia: fear and the 2019-nCoV outbreak. **Journal of Anxiety Disorders**, 70, 102-196. <http://dx.doi.org/10.1016/j.janxdis.2020.102196>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BEZERRA, Arthur Coelho,[et al. **iKritika: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil** . Brasília: Ministério da Saúde; 2020. Acessado em 8 abr. 2020. Disponível em:

<https://covid.saude.gov.br/>

BRASIL. Ministério da saúde. **Saúde Mental e atenção psicossocial na Pandemia Covid- 19: recomendações para gestores**. 2020. Acesso em 10 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41030/2/Sa%C3%BAde-Mental-e-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomenda%C3%A7%C3%B5es-para-gestores.pdf>

BRASIL. Portaria nº 639, de 31 de março de 2020. Dispõe sobre a Ação Estratégica “O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde”, voltada à capacitação e ao cadastramento de profissionais da área de saúde, para o enfrentamento à pandemia do coronavírus (COVID-19). *Diário Oficial da União*. Brasília. Acesso em 10 jul. 2020. Disponível em: de <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-639-de-31-de-marco-de-2020-250847738>

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASILEIRO, Fellipé Sá. **Resiliência informacional**: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da informação. *In*: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais** [...] Belo Horizonte: Escola de Ciência da informação da UFMG, 2003.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação.** São Paulo: Futura, 1998.

DEWEY, J. **Como pensamos: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo, uma reexposição.** 4. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FILGUEIRAS, Alberto e Stults-Kolehmainen, Matthew, A relação entre fatores comportamentais e psicossociais entre brasileiros em quarentena por COVID-19 (31/3/2020). Disponível em : <https://ssrn.com/abstract=3566245> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3566245>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2006.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da insegurança.** Porto: Porto Editora, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental: nova concepção, nova esperança.** Relatório Mundial de Saúde. Genebra: OMS, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Primeira Cúpula Global de Saúde Mental. Atenas, Grécia: OMS, 2009. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/09/090902de_pressaoomscq.shtml. Acesso em 02 de setembro de 2009.

RODRIGUES, A. Afastamentos por suspeitas de coronavírus explodem entre profissionais da saúde. *Folha de S. Paulo*.

Acessado em 12 jul. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/com-alta-do-coronavirus-licencas-medicas-de-servidores-da-saude-aumentam-57-em-sp.shtml>

RUSSELL, T. W. et al. **Using a delay-adjusted case fatality ratio to estimate under-reporting**. Acessado em 23 jun. 2020. Disponível em https://cmmid.github.io/topics/covid19/severity/global_cfr_estimates.html

ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; GANDRA, Tatiane Krempser. Práticas informacionais: elementos constituintes. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 566-595, mai/ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 2 jul. 2019.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 109-132, abr. 2007.

SILVA, Salvyana Carla Palmeira Sarmiento et al . A síndrome de burnout em profissionais da Rede de Atenção Primária à Saúde de Aracaju, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 10, p. 3011-3020, Oct. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001003011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Jul, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320152010.19912014>.

SCHMIDT, Beatriz et al . Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-

19). **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas , v. 37, e200063, 2020 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso>. acesso em 19 jul 2020.

WANG C, et al. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in china. **Int J Environ Res Public Health**. (2020) 17:1729. doi: 10.3390/ijerph17051729

WURMAN, R. S. **Ansiedade de Informação: como transformar informação em compreensão**. São Paulo: Cultura, 1991.

AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS VISUAIS: o caso do Álbum *Schistosomiasis Mansoni no Brasil*¹⁵

Ana Cláudia de Araújo Santos
Edvaldo Carvalho Alves

1 INTRODUÇÃO

Os ‘Estudos de Usuários’ é uma disciplina e subárea teórico-metodológica que tem um caráter prático. Esse campo se constituiu e se consolidou na Ciência da Informação (CI) a partir de dois marcos: o primeiro, na década de 1930, na cidade de Chicago, cujo objetivo era de oferecer aos imigrantes, que chegavam em massa, informações, com o intuito de socializá-las e integrá-las, por meio da biblioteca e de outros instrumentos sociais (museus, arquivos e centros de documentação); o segundo foi a Conferência da *Royal Society* de Londres, em 1948, que refletiu sobre os usos da informação por técnicos e cientistas no contexto da Guerra Fria. Esse foi um período fértil para o

¹⁵ Este artigo é proveniente da pesquisa de doutorado intitulada “Práticas informacionais na produção da comunicação científica visual: realidades e ficções (re)construídas sobre a esquistossomose na década de 1940”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em abril de 2020.

campo, que se dividiu entre os estudos desenvolvidos para os sistemas e os voltados para as pessoas que os utilizavam e se multiplicaram até a década de 1970 (BERTI; ARAÚJO; 2017, p. 390-391; ARAÚJO, 2010).

Numa aproximação inicial com a literatura da área da CI, sua divisão é percebida em torno de dois paradigmas: o tradicional, com estudos produzidos até a década de 1970 e que, no Brasil, perdurou até a década de 1990; e o alternativo, iniciado no final da década de 1970 (ARAÚJO, 2010). Inicialmente, esses estudos voltados para os usuários receberam outros nomes, como estudos de comunidades, estudos dos usos de informação, comportamento informacional e, posteriormente, com menos incidência, práticas informacionais (PINs), e estavam relacionados às formas e às características de se estudar a informação a partir dos sujeitos (FERREIRA, 1995; BERTI; ARAÚJO, 2017). Contudo, só na década de 1980 foi que essas distinções foram apontadas e estudadas nas investigações, entre elas, destacam-se as contribuições sinalizadas por Dervin e Nilan (1986), os primeiros a defender a existência de duas abordagens para a questão: uma tradicional e uma alternativa. Recentemente uma nova proposta de pesquisa vem se desenvolvendo, com

várias denominações e abordagens, baseada, principalmente, nos estudos das Ciências Sociais, cujo elemento central é o conceito de práticas informacionais (ARAÚJO, 2017). Convergente com essas duas abordagens, em que se correlaciona a ênfase aos sistemas informacionais e às necessidades informacionais dos usuários, no final do Século XX, surgiu a abordagem híbrida (COSTA, RAMALHO, 2010), “no âmbito da Ciência da Computação/Engenharia de *Software* [cujos pesquisadores] também estavam preocupados com a satisfação e o desempenho dos usuários, agora nos cenários de uso de produtos e sistemas interativos baseados em computador” (COSTA; RAMALHO, 2010, p. 64).

Assim, foi a partir dessas novas abordagens que o conceito de ‘práticas informacionais’ conquistou um espaço como alternativa crítica, que visa, além de superar o conceito de “comportamento informacional”, superar o engessamento e o isolamento das abordagens tradicionais e alternativas. Nesse sentido, a interação do usuário com a informação está baseada em um contexto social e histórico, e as “práticas informacionais representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais, de modo que

compreendem os usuários e a informação em espaços diferentes, independentes, porém recíprocos” (BERTI; ARAÚJO, 2017, p. 395).

De modo que, as práticas informacionais e o comportamento informacional são conceitos mais amplos para se referir às ações dos sujeitos na relação que estabelecem com a informação, pautada numa necessidade informacional. Mas esses conceitos trazem abordagens distintas, pois, enquanto o comportamento informacional se refere ao processo cognitivo da busca informacional, as práticas se voltam para o processo da interação social na busca pela informação. Considerando essas questões, verifica-se que o conceito de práticas informacionais está imbricado no de práticas sociais e vai além dos modelos propostos pelo comportamento informacional, porquanto é preciso dar atenção ao contexto social em que as práticas acontecem para entender o processo de busca e de uso da informação.

Nesse sentido, o presente artigo tem como descrever as práticas informacionais que foram desenvolvidas no Instituto Oswaldo Cruz (IOC), na década de 1940, para a elaboração do *Album Schistosomiasis Mansonii no Brasil*. Para a consecução de

tal objetivo, o presente texto encontra-se organizado em três seções, a saber: 1) Introdução – composta pela subseção procedimentos metodológicos, traz uma breve descrição sobre as práticas informacionais e o comportamento informacional, sinalizando a diferença entre ambos e a caracterização do tipo e abordagem da pesquisa que foi realizada. A seção, 2) Modelos de Práticas informacionais – que também contempla a subseção, 2.1) O Instituto Oswaldo Cruz e as práticas informacionais visuais, expõe dois modelos de análise de práticas informacionais no processo de busca de informação em situações cotidianas e as análises e os resultados identificados na concepção do Álbum *Schistosomiasis Mansoni no Brasil*. E, por fim, a seção 3) Considerações finais, apresenta algumas elucubrações sobre o desenvolvimento da pesquisa, enfatizando que, as práticas informacionais e as práticas informacionais visuais não desenvolvidas apenas nos contextos de busca de uma determinada informação, mas também nos contextos de produção e uso da informação, e, que essas ações são influenciadas pelo contexto social que o indivíduo está imerso.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa desenvolvida foi descritiva, uma vez que “[...] busca especificar propriedades e características importantes de qualquer fenômeno que se analise” (SAMPIERI; COLLADO, LUCIO, 2006, p. 102). Nesse caso, a análise se voltou para as práticas informacionais desenvolvida pelos pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, tendo como estudo de caso o Álbum *schistosomiasis Mansonii no Brasil*, de maneira que, “o caso é a unidade básica de pesquisa e trata-se de uma pessoa, um casal, uma família, um objeto, [...] um sistema, [...] uma organização, [...] uma comunidade, um município, um departamento ou estado, uma nação etc..” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 274) visando a sua compreensão a partir de uma reflexão e/análise científica.

A abordagem realizada foi de natureza qualitativa, pois “[...] “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21) de um determinado grupo social, nesse caso, o grupo dos pesquisadores que elaborou o álbum.

Em relação às fontes, a pesquisa foi de natureza documental tendo como foco central da investigação, o

documento. Nesse sentido, “o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, **fotografias** ou pôsteres”. De maneira que, “esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões de acordo com o interesse do pesquisador” (FIGUEIREDO, 2007; p. 57, grifo nosso).

As ilações aqui postas foram elaboradas a partir da análise documental e do acervo de entrevistas da Casa de Oswaldo Cruz, pois todos os indivíduos que estiveram envolvidos na produção do álbum já faleceram. A pesquisa documental se fundamenta na utilização de documentos, e esse assume uma definição bem ampla, não se restringindo aos documentos textuais, contemplando uma diversidade de fontes que incluem “estatísticas oficiais, **fotografias**, textos e **dados visuais**” (MAY, 2004, p. 205, grifo nosso).

Esses documentos representam toda uma conjuntura social, política, econômica e cultural que influenciam a sua elaboração e as informações que portam. Nesse sentido, é necessário “aceitar o documento tal como ele se apresenta:

incompleto, parcial ou impreciso” (CELLARD, 2010, p. 299, grifo nosso). Diante disso é imprescindível utilizar-se da “prudência e avaliar adequadamente a documentação que se pretende analisar” (CELLARD, 2010, p. 299).

3 MODELOS DE PRÁTICAS INFORMACIONAIS

A mediação das informações, por meio das diferentes dimensões socioculturais, é o fator principal no processo de aprendizado das significações e representações das experiências humanas, que auxilia em sua seleção e sua organização (MORIGI; MASSONI; STUEBER; MARINHO, 2015).

Considerando a singularidade do processo de busca informacional mediado pela influência que o contexto social exerce sobre o indivíduo, alguns modelos teórico-práticos de análise de práticas informacionais foram elaborados com a finalidade de compreender essa relação. Dois deles se destacam. Porém, antes caracterizá-los, convém enfatizar que os estudos que Savolainen desenvolveu, no ano de 1995, influenciaram sua elaboração. O estudo se referia ao processo de busca da informação na vida cotidiana de professores e de industriais.

Esse processo ocorre na relação que o homem desenvolve com a estrutura social, ou seja, uma abordagem com uma perspectiva da Teoria da *Práxis* (ROCHA; DUARTE; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017).

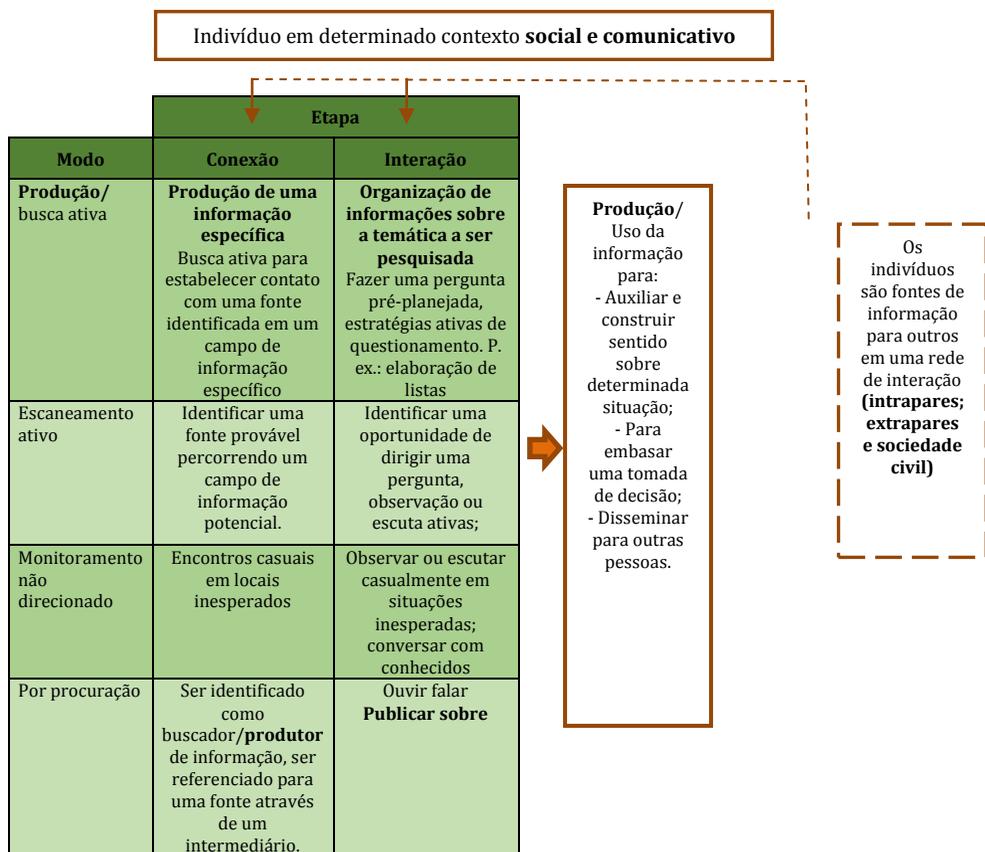
O primeiro modelo – o de Mckenzie (2003) - é empregado para analisar as práticas informacionais que foram desenvolvidas a partir da necessidade informacional de mulheres grávidas de gêmeos, ou seja, uma situação informacional cotidiana. Esse modelo se fundamentou em quatro modos de busca da informação, que se subdivide em duas etapas: a de conexão e a de interação, que serão descritas detalhadamente. O segundo modelo – o de Yeoman (2010), adaptou o primeiro e desenvolveu uma versão estendida dele, com a justificativa de que o modelo era limitante no que se referia ao uso da informação, que ele acresceu (ROCHA; DUARTE; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017),, como demonstrado na **Figura 1**.

As quatro etapas do processo de busca da informação compreendem:

1. a busca ativa, que se refere à identificação de potenciais fontes de informação;

2. a varredura ativa, que consiste em explorar as fontes identificadas;
3. o monitoramento não dirigido, que ocorre quando não há identificação intencional das fontes de informação; e
4. a procuração, quando há uma interação entre o usuário e a fonte de informação a partir de um mediador. Essas buscas são feitas nas etapas de conexão, quando o usuário mantém contato com a fonte e, na interação, quando ele interage com a fonte informacional (ROCHA; DUARTE; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017).

Figura 1 – Modelo de práticas informacionais estendido de Mckenzie¹⁶



Fonte:
Duarte;
de Paula

Práticas informacionais podem ser usadas como contraestratégias para enfrentar barreiras de conexão ou comunicação.

Rocha;
Anastácio
(2017).

¹⁶ As palavras negritadas foram acrescentadas pela autora porque não contemplavam aspectos que ela julgava necessários.

Convém enfatizar que, diferentemente das análises tradicionais desenvolvidas sobre as PINs, em que as interpelações são quase que exclusivamente sobre o sujeito social, usuário da informação, a abordagem que aqui se apresenta se refere tanto ao indivíduo que produz a informação quanto ao que a consome, pois se entende que essa é uma relação dialógica que ocorre e se desenvolve simultaneamente. Assim, tanto a busca quanto a produção da informação se configuram de acordo com uma necessidade que é moldada pelo contexto em que o indivíduo está inserido.

A necessidade informacional pode ocorrer de três maneiras: i) em uma situação de ação e que, normalmente, relaciona-se a fatores temporais, espaciais e, até, situacionais; ii) no desempenho de tarefas, quando é imperativo o desenvolvimento de uma atividade ou a resolução de um problema, e sua realização é condicionada aos resultados que serão obtidos com a busca pela informação; e iii) no diálogo, que é permeado a partir dos sistemas de comunicação escrito, verbal (ROCHA; DUARTE; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017), imagético ou multimodal, que são elaborados e voltados para os indivíduos, sempre baseados em uma negociação. Essas três situações

estiveram presentes no IOC e na elaboração do álbum e foram pautadas pela necessidade informacional dessa instituição.

3.1 O INSTITUTO OSWALDO CRUZ E AS PRÁTICAS INFORMACIONAIS VISUAIS

A origem da institucionalização científica do Instituto Oswaldo Cruz¹⁷, remonta a entrada da peste bubônica - enfermidade “que assolou várias cidades brasileiras, no início do século XX” (NASCIMENTO, 2011, p. 1), no Brasil, em outubro de 1899, pelo Porto de Santos.

Com a produção da vacina e outros produtos biológicos a instituição ganhou destaque nacional e passou a realizar outras atividades. As de produção e pesquisa científicas também passaram a se sobressair, e “em 1908, Oswaldo Cruz cria o “Curso de Aplicação de Manguinhos”, semente da pós-graduação do Instituto, da Fiocruz e do Brasil. O Curso *lato sensu* correspondeu a uma verdadeira inovação no panorama científico

¹⁷ Nesse momento ainda não era Instituto Oswaldo Cruz, mas sim Instituto Soroterápico Municipal, Rio de Janeiro.

nacional” (RIBEIRO; SAVINO, 2014, p. 4). Os ensinamentos e trabalhos que eram desenvolvidos durante o período de duração do curso, dois anos, os alunos aprendiam “sobre métodos de investigação e experimentação em microscopia, microbiologia, imunologia, física e química biológica e parasitologia” (RIBEIRO; SAVINO, 2014, p. 4).

O IOC, desenvolveu várias pesquisas sobre as doenças tropicais. Entre elas, destaca-se a que foi realizada, durante os anos de 1943 a 1945, na cidade de Itambacuri, Minas Gerais. Nesse período foi elaborado *Álbum Schistosomiasis Mansoni no Brasil*, pelos seguintes pesquisadores: César Ferreira Pinto, Joaquim Pinto da Silva - esses dois pesquisadores foram o biólogo e o fotógrafo, respectivamente, do Instituto Oswaldo Cruz, Luiz Carvalho Tavares da Silva (médico pernambucano), Raimundo Honório Daniel (desenhista do Instituto Oswaldo Cruz) e Antonio Firmato de Almeida (prefeito da cidade de Itambacuri, Minas Gerais)¹⁸.

¹⁸ Com exceção de Antonio de Almeida, os demais pesquisadores eram funcionários do Instituto de Manguinhos e ali desenvolveram pesquisas e elaboração de desenhos e fotografias científicas.

Esse álbum demonstra as práticas informacionais visuais - um conjunto de ações e processos para a produção e a comunicação da linguagem multimodal¹⁹, que é representativo das experiências e das interações ocorridas entre os sujeitos em um contexto social assente, ocorridas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, na década de 1940, apresentando a rede de comunicação interestadual estabelecida por esses pesquisadores. O álbum é composto por um conjunto de sessenta e três ilustrações científicas, subdivididas em trinta e três fotografias e trinta desenhos aquarelados que se referem ao processo da esquistossomose²⁰, seu ciclo evolutivo, áreas endêmicas e as pesquisas desenvolvidas, entre elas, no estado de Minas Gerais.

¹⁹ Apresentação de um material usando palavras e imagens. Por palavras, eu quero dizer um material que é apresentado na **forma verbal**, tais como textos escritos ou orais. Por imagens, eu me refiro ao material que é apresentado na **forma pictórica**, tais como os que fazem uso de gráficos estáticos, incluindo ilustrações, tabelas, fotos, ou mapas, ou os que usam gráficos dinâmicos, que incluem animação ou vídeo (MAYER, 2009, p. 2, grifo nosso).

²⁰ A esquistossomose é uma parasitose provocada pelo verme *Schistosoma mansoni*, que para o seu desenvolvimento é necessária a presença de dois hospedeiros: 1) o intermediário, que é o caramujo 2) o definitivo, que é o homem e transmite a doença a partir de suas fezes infectadas quando entram em contato com as águas doce, como as dos rios, as dos açudes, as dos lagos ou as dos riachos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017)

As práticas informacionais compreendem uma inter-relação entre o sujeito e o sistema informacional, a produção, a busca, o uso, o reuso e a comunicação da informação em determinado ambiente social. Essa interação é compreendida como uma relação dialógica entre o usuário, a informação e a estrutura social. Por causa desse entendimento, as análises que foram feitas sobre essas práticas no IOC se fundamentaram no modelo de Yeoman (2010).

O modelo apresentado na **Figura 1** foi utilizado para correlacionar as categorias temáticas sobre as práticas informacionais visuais, que foram levantadas e identificadas durante a pesquisa. Elas se encontram assim distribuídas: a produção, a gestão e o acesso à informação visual. Este último também contempla o uso e a disponibilização da referida informação.

Em relação às categorias da produção, da gestão e do uso da informação visual, percebeu-se que o *modo produção e busca ativas* estavam presentes desde a fundação do IOC, a partir do investimento iniciado por Oswaldo Cruz para produzir desenhos e fotografias científicas. Isso se confirma no acervo documental e no iconográfico acumulado ao longo do desenvolvimento da

instituição, referentes aos estudos que foram desenvolvidos tanto internamente quanto externamente. “Com efeito, seus cientistas publicaram, desde 1901, uma quantidade considerável de trabalhos científicos contendo ilustrações, algumas das quais realizadas por eles próprios” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado). Com a criação do periódico *‘Memórias do Instituto Oswaldo Cruz’*, em 1909, a produção científica visual do instituto se destacou, do meio formal para a publicização de informações científicas visuais. Então, “contrataram-se ilustradores com a finalidade específica de ilustrar os achados dos cientistas sobre história natural e medicina tropical” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado). Durante esse período, foi que se descobriu que a doença de Chagas era transmitida pelo barbeiro. E

como a taxonomia e a sistemática desses insetos nocivos eram ainda pouco conhecidas, prontamente se iniciaram estudos sobre o assunto, descrevendo-se espécies novas, classificando-as entre as já conhecidas para a ciência e detalhando-se sua morfologia e biologia. Os resultados desses estudos precisavam ser publicados, devendo, preferencialmente, conter ilustrações (OLIVEIRA; CONDURU, não paginado, 2004, grifo nosso).

Na história de Manguinhos, três ilustradores se destacaram em relação à produção do conhecimento científico visual: Castro Silva, Kattembach e Raymundo Honório Daniel. Porém pouco se sabe sobre esses profissionais. Castro Silva trabalhou, durante o período de 1908 a 1934, no Instituto de Manguinhos “e teve elevada produção em termos de ilustração científica, a exemplo das numerosas estampas por ele executadas e publicadas desde o primeiro número das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1909” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado). A maioria desses trabalhos publicados “em 1909 e 1910, por exemplo, traziam numerosas ilustrações executadas por ele, desde seres unicelulares, como gregarinas, amebas, flagelados, fungos e bacilo da tuberculose, até barbeiros” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado). Em relação a Kattembach, “as primeiras ilustrações para os pesquisadores do Instituto aparecem em 1922, enquanto a primeira de Raymundo Honório foi encontrada em 1928” (OLIVEIRA, CONDURU, 2004, não paginado). A impressão das ilustrações era feita, basicamente, de duas maneiras: “na própria tipografia do Instituto patrono ou na Lith. Hartmann-Reichmbach, S. Paulo-Rio” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado). Elas eram

solicitadas aos ilustradores, e um dos cientistas ficava responsável por supervisioná-la. Depois que foi para São Paulo, Artur Neiva “teria deixado a supervisão dos desenhos a cargo de César Pinto, um grande parasitologista brasileiro, que foi seu discípulo, e publicaram juntos seu primeiro trabalho sobre barbeiros em 1922” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado).

Uma das características das práticas informacionais visuais produzidas pelo IOC era o rigor científico que as ilustrações científicas deveriam apresentar. Nesse processo de produção da informação visual, destacaram-se as ilustrações sobre o barbeiro produzidas nos anos de 1925 e 1930 e elaboradas pelos ilustradores, mas que não foram utilizadas, pois não foram aprovadas pelos cientistas do IOC como uma representação fidedigna. “Supõe-se que os cientistas pretendiam realizar uma revisão atualizada dos triatomíneos de vários gêneros, a partir dos consistentes conhecimentos que adquiriram com suas pesquisas nas décadas de 1910 e 1920” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado). Contudo “as ilustrações foram condenadas e consideradas como erradas, em se tratando do conhecimento científico ali contido. As pranchas foram abandonadas por Neiva e Pinto, e a revisão que eles estariam

preparando jamais foi publicada” (OLIVEIRA; CONDURU, 2004, não paginado).

A dinâmica interna da produção visual era organizada e encaminhada pela Seção de Fotografia, cujo gestor responsável era Joaquim Pinto da Silva. Essa seção foi uma das primeiras a ser organizada, “ainda em 1903, para documentar, com o recurso mais moderno da época, não só os trabalhos científicos como também a grande metamorfose física do instituto desde os primeiros alicerces” (BENCHIMOL, 1989, p. 21). Depois de alguns anos, foi transferida para o Castelo Mourisco, onde Joaquim Pinto da Silva trabalhou até morrer. Ali, produziu “todos os anos centenas de fotografias, ampliações, fotocópias, microfotografias de lâminas delicadas, diapositivos para as explicações do Curso de Aplicação e até filmes cinematográficos” (BENCHIMOL, 1989, p. 21). Abaixo, segue a ficha de solicitação das fotografias científicas que eram produzidas no IOC e demonstra a forma como a produção das imagens era controlada.

Quadro 1 – Ficha da Seção de Fotografia do Serviço de Documentação Científica do Instituto Oswaldo Cruz.

M. E. S	Ficha nº
I. O. C	_____
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA	

SECÇÃO DE FOTOGRAFIA

Pedido nº	Material e natureza	Trabalho executado	Quantidade	Nº de Ordem	Nº Envelope	Nº Registro	Data
Requisitante:							
Observações:							

Fonte: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/ficha-da-secao-de-fotografia-do-servico-de-documentacao-cientifica-do-instituto-oswaldo-cruz>. Acesso em: 22 nov. 2018.

“Outra seção muito importante para os laboratórios de pesquisa era a de **desenho**, cujos artistas manipulavam uma diversidade notável de técnicas” (BENCHIMOL, 1989, p. 21, grifo nosso). Entre essas técnicas, desenvolviam-se as de “desenho a cores de cultura e cortes, desenhos a pena de criaturas microscópicas, trabalhos em **aquarela** e nanquim, gráficos, quadros murais etc.” (BENCHIMOL, 1989, p. 21, grifo nosso).

O *modo escaneamento ativo* e o *modo por procuração* também foram identificados tanto na produção quanto no uso da

informação visual. Na produção, o *modo escaneamento ativo* se fez presente com as parcerias que César Ferreira Pinto firmou, entre elas, a realizada com o prefeito Antônio Firmato de Almeida, nos anos de 1944 e 1945, que resultou na publicação de cinco artigos.

Em relação ao uso, a presença foi notada no *modo procuração*. O próprio instituto e o César Ferreira Pinto eram identificados como buscadores e produtores de informação científica, que também contempla a científica visual. Isso pode ser notado nas solicitações, por meio de cartas, de outros pesquisadores nacionais e internacionais das publicações da instituição, ou no envio de materiais para estudos. Infere-se também que, o *modo procuração* pode ter ocorrido na disponibilização do próprio Álbum *Schistosomiasis Mansonii no Brasil*, o que evidencia uma relação de trocas científicas entre César Ferreira Pinto e Luiz Carvalho Tavares da Silva, e, que ela pode ter ocorrido a partir de uma relação informal, uma vez que, César Ferreira Pinto participava de eventos científicos, bem como das expedições científicas organizadas pelo IOC.

O *modo monitoramento não direcionado*, possivelmente ocorreu nas etapas da produção e uso da informação visual.

Assim, de forma resumida, os modos das práticas informacionais visuais, identificados para a produção visual no IOC, são resumidos no quadro abaixo:

Quadro 2 – Modos de práticas informacionais no IOC

Modo	Conectando-se com fontes informacionais	Produção e uso da informação
Procuração ativa	Levantamento de bibliografia	Publicação de artigos em revistas científicas
	Participação nas expedições científicas	Solicitações para produzir as ilustrações científicas
	Comunicação científica informal	Participação em eventos científicos
Verificação ativa	Participação nos colégios invisíveis	Participação em Sociedades Científicas
	Comunicação científica informal	Apresentações orais
	Membros de revistas científicas	Avaliação de artigos ou edição de revistas
	Participação em bancas de concursos	Relações interinstitucionais
Por procuração	Indicação realizada por outro pesquisador	Disponibilização e uso da informação produzida no IOC

		Envio de documentos imagéticos (por exemplo, <i>Álbum Schistosomiasis Mansoni no Brasil</i>)
Monitoramento não direcionado	Identificação acidental de uma fonte	Encontros fortuitos com pesquisadores
	Contatos informais	
	Disponibilização da informação a partir de uma demanda	Recebimento de correspondências

Fonte: adaptado de Yeoman (2010).

Nas práticas informacionais que foram desenvolvidas para produzir a informação científica visual sobre a esquistossomose, percebeu-se que “as redes das comunidades humanas são redes comunicativas, pois, através da comunicação das informações, criam-se pensamentos e significações que fazem surgir novas informações e comunicações” (CAPRA, 2003, p. 22). Nesse processo de retroalimentação, “a rede social, através das comunicações, produz um sistema compartilhado de esquemas explicativos, crenças e valores, um conhecimento comum partilhado e continuamente amparado por novas comunicações” (CAPRA, 2003, p. 22).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas informacionais, desenvolvidas para a produção das ilustrações científicas, sinalizam que a percepção sobre sujeito produtor e sujeito usuário se dá de maneira simultânea. De modo que, ao produzir as ilustrações, os pesquisadores do IOC também fizeram uso dessa informação, se apropriaram dela e a disseminaram em vários outros espaços e compartilharam com outros indivíduos.

Também não se pode deixar de mencionar que as práticas informacionais visuais que foram desenvolvidas para elaborar o *Álbum Schistosomiasis Mansoni no Brasil* e no próprio IOC faziam parte da dinâmica e consentimentos dessa instituição. Os acordos foram necessários para que eles pudessem realizar uma comunicação fundamentada nas práticas informacionais, fundamentada, essencialmente, na linguagem visual. César Ferreira Pinto era dotado de uma autoridade para realizar, por exemplo, uma publicação completamente imagética que também foi autorizada pelo chefe do laboratório, Lauro Travassos.

Diante dessa constatação, cabe a seguinte consideração: um dos acordos mais simbólicos que estava implícito no grupo dos pesquisadores do instituto eram a dedicação ao que estava sendo produzido por eles e a exatidão científica da representação imagética. Assim, as práticas mais recorrentes eram a não autorização e não publicação de ilustrações científicas, caso elas não apresentassem o rigor científico do que os pesquisadores da instituição desejassem comunicar.

Assim, enfatiza-se que, não havia restrição para a produção visual, porque a linguagem visual foi inserida na construção do conhecimento científico no IOC, desde o surgimento da instituição. O que havia eram modificações na forma como era utilizada, ora como uma das narrativas discursivas imprescindíveis para o que estava sendo comunicado, ora como um elemento decorativo, cuja ausência não implicava uma incompreensão do que estava sendo apresentado textualmente.

Destarte, ressalta-se que, o presente estudo contribui para a realização de novas pesquisas que analisem as práticas informacionais desenvolvidas pelos sujeitos sociais, considerando os contextos em que estão inseridos. Além de uma

abrangência para a percepção do sujeito social, como um indivíduo que produz a informação quanto ao que a consome, pois se entende que essa é uma relação dialógica que ocorre e se desenvolve simultaneamente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. Estudos de usuários conforme o paradigma social da ciência da informação: desafios teóricos e práticos de pesquisa. **Informação e Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6485>. Acesso em: 28 set. 2018.

ARAÚJO, C. A. A. O que são práticas informacionais? **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, número especial, out. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20655>. Acesso em: 30 jun. 2018.

BENCHIMOL, J. L. Retratos do cotidiano em Manguinhos. **Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 19-31, 1989.

BERTI, I.C. L. W.; ARAÚJO, C. A. A. A. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação e Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, maio/ago., 2017. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462>. Acesso em: 28 set. 2018.

CAPRA, F. Alfabetização ecológica: os desafios para a educação do século 21. In: TRIGUEIROS, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 18-30.

Disponível em:

<http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental/ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20ECOL%C3%93GICA.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

COSTA, L. F.; RAMALHO, F. A. Novas perspectivas dos estudos de satisfação de usuários. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 47-73, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n30p57>. Acesso em: 29 jun. 2018.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, Chicago, v. 21, p. 03-33. 1986.

0. Disponível em:

http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_ee464cb2be656d41d18c55a207ba78b6. Acesso em: 09 jul. 2019.

FERREIRA, S.M.S. P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 1995. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/FERREIRA%20Novos%20paradigmas.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2007.

MAY, T. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C.S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 2007.

MORIGI, V. J.; MASSONI, L. F. H.; STUEBER, K. MARINHO, A. C. M. Práticas informacionais do humaniza redes no facebook: combatendo o discurso de ódio em redes sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2921/1041>. Acesso em: 10 jun. 2018.

NASCIMENTO. D. R. Quando a peste aportou no Brasil no ano de 1899. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., **Anais[...]**. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300799806_ARQUIVO_Anpuh2011texto.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

OLIVEIRA, R. L.; CONDURU, R. Nas frestas entre a ciência e a arte: uma série de ilustrações de barbeiros do Instituto Oswaldo Cruz.

História, Ciências, Saúde, Manguinhos, v. 11, n. 2, 335-84 mai./ago. 2004.

RIBEIRO, C. T. D.; SAVINO. W. O Instituto Oswaldo Cruz: 115 anos de ciência para a saúde da população Brasileira, **Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, Lisboa, v. 13, p. 103-109, 2014. Disponível em: <https://anaisiht.com/index.php/ihmt/issue/view/9>. Acesso em: 05 jan. 2019.

ROCHA, J. A. P.; DUARTE, A. B. S.; ANASTÁCIO DE PAULA, C. P. A. de. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, n. 1, v.23, p.36-61, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/67014>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

YEOMAN, A. Applying Mckenzie's model of information practices in everyday life information seeking in the context of the menopause transition. **Information Research**, Lund, v. 15, n. 4, 2010. Disponível em: <http://informationr.net/ir/15-4/paper444.html>. Acesso em: 29 jan. 2020.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS DAS MULHERES NEGRAS E O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO²¹

Daniella Alves de Melo
Edvaldo Carvalho Alves
Fellipe Sá Brasileiro

1 INTRODUÇÃO

A sociedade ocidental, tradicionalmente, viveu acreditando que a História tinha uma trajetória única, linear e progressiva, onde os principais atores eram homens de caráter extraordinário que deveriam dominar os **outros** para o bem da civilização humana. Se elegia, então, como personagem principal, o macho branco, europeu e burguês (ROCHA, 2000). Segundo Soihet e Pedro (2007), esse **caráter universal** que foi atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria “homem”, acarretou um significativo retardo na representação histórica das

²¹ Este artigo é proveniente da pesquisa de mestrado “PRÁTICAS INFORMACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO: Um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba”, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em fevereiro de 2019.

mulheres, isso porque, acreditava-se que ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo igualmente contempladas, o que não era verdade.

No entanto, a partir do século XX, esses **outros** – dentre eles as mulheres – fizeram barulho suficiente para ameaçar a ordem que os excluía, impondo aos investigadores sociais questões que deveriam ser consideradas “sob o risco de – com a manutenção do *status* de neutralidade de mais de dois terços da humanidade – se estar produzindo ficção no lugar de saber” (ROCHA, 2000, p. 145). Logo, as transformações na historiografia, juntamente com a explosão do Feminismo, no fim da década de 60, foram decisivas no processo de ascensão das mulheres. Ao questionar pressupostos como a naturalização biológica, a essencialização e o universalismo, essas novas investigações contribuíram para tornar os sujeitos históricos mais plurais (MATOS, 2013).

A princípio, as mulheres, enquanto sujeitos sociais, eram vistas como uma **categoria homogênea**. Segundo Soihet e Pedro (2007, p. 287), “eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em papéis e contextos diferentes, mas cuja essência não se alterava”. Tal pensamento, até certo ponto, foi importante

para construir a identidade coletiva que inicialmente fortaleceu o movimento de mulheres na década de 70 (SOIHET, PEDRO, 2007). No entanto, com o passar dos anos, foram se instaurando críticas a respeito dessa **homogeneidade**, que convertia as mulheres em uma categoria abstrata e de identidade única, perdendo assim a “multiplicidade do ser feminino”, correndo o risco de voltar ao essencialismo.

O próximo passo, então, era apontar a **diferença** como um problema a ser levado em consideração, pois, as mulheres não constituíam apenas um aglomerado uniforme, elas tinham suas particularidades, tais como, cultura, raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexualidade, que deveriam ser ponderadas e articuladas, a fim de evitar as generalizações (MATOS, 2013). Era preciso levar em consideração as **interseccionalidades**²², ou seja, as consequências da interação entre as várias formas de subordinação/dominação (PISCITELLI, 2008).

²² A ideia de interseccionalidade começou a ser trabalhada na década de 80, pelas feministas negras norte-americanas, tornando-se a base conceitual da teoria feminista negra. Essa perspectiva mostra como as esferas da desigualdade se apoiam umas nas outras para a manutenção do *status quo*. Dessa forma, o processo de subordinação/dominação estaria organizado a partir da interligação de vários marcadores sociais - gênero, raça, classe, sexualidade, dentre outros. Para aprofundamento consultar Piscitelli (2008).

Deste modo, intensas disputas internas se instalaram no Movimento Feminista, onde algumas mulheres reivindicavam a **diferença** (PISCITELLI, 2008). Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, lésbicas, reivindicavam uma **diferença dentro da diferença**, pois, a categoria “mulher”, que era diferente da categoria “homem”, não era suficiente para explicá-las, para elas, as reivindicações do movimento não as incluíam (SOIHET; PEDRO, 2007). O Movimento Feminista passou a ser visto, então, não apenas como pensamento feminista, mas como pensamento feminista branco (PISCITELLI, 2008).

É a partir desse contexto, que começam a surgir as primeiras organizações sociais de mulheres negras nos EUA; eram clubes de mulheres negras que tinham como principais pautas a luta antiescravista, a luta pelo fim dos linchamentos da população negra e a luta contra o abuso sexual das trabalhadoras negras (DAVIS, 2005). Essa nova organização de mulheres, que se configurou como Feminismo Negro, veio questionar a primazia das categorias analíticas gênero e classe social e descentralizar a versão masculinizada do negro (BRAH, 2005).

Segundo Collins (2000), o Feminismo Negro defende, afirma, rearticula e fornece um veículo para expressar

publicamente uma consciência que visa empoderar as mulheres negras e estimular a sua resistência. Ele introduz um debate sobre as diferenças, que é imprescindível para a afirmação da identidade racial dessas mulheres. Identidades e diferenças foram de extrema relevância na construção desse novo sujeito político, as mulheres negras, que veio propor o enegrecimento do feminismo e a feminização da raça (CARVALHO; ROCHA, 2016).

É importante ter-se em mente que, conforme explica Woodward (2008) e Hall (2006; 2008), as **identidades** são relacionais, portanto, construídas através das ações diárias do sujeito. Além disso, elas são marcadas pelas diferenças, de forma que não existe identidades sem diferenças. As diferenças, por sua vez, são percebidas através das **marcações simbólicas**, manifestadas socialmente e responsáveis por diferenciar uma identidade de outras. Por outro lado, as identidades também estão vinculadas às condições materiais e sociais dos sujeitos, pois, é por meio das classificações sociais que as diferenças são vividas na prática, através de sistemas classificatórios que dividem os sujeitos em “nós e eles” (WOODWARD, 2008).

Observa-se nesse processo, que a informação desempenha papel decisivo, uma vez que, é por meio das Práticas

Informacionais que as identidades são construídas e manifestadas, resultando em marcações simbólicas que passam a caracterizar determinados grupos. Do mesmo modo, as contradições sociais também são determinantes na realização das Práticas Informacionais desses sujeitos.

Práticas Informacionais é um conceito que atualmente vem sendo desenvolvido baseado na **abordagem sociocultural** dos estudos de usuário (DUARTE; ARAÚJO; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017). Com o surgimento dessa abordagem, os pesquisadores do campo da informação começaram a buscar entender a integração entre o caráter individual (comportamento informacional) e coletivo (prática informacional) da informação, e, nesse caso, era preciso levar em consideração os **contextos socioculturais** (ARAÚJO, 2013).

O conceito de “prática” advém da Etnometodologia e diz respeito a como os “fatos sociais” são constantemente produzidos pelos indivíduos. Nessa perspectiva, não existe regras, normas e estruturas que existam independentes das interações sociais, pelo contrário, tem-se a ideia de processo, ou seja, os sujeitos continuamente atualizando regras e modelos por meio de suas ações. O conceito de prática também é empregado

por Bourdieu para estudar os processos culturais e sociais, refletindo as práticas nos espaços e momentos de sua produção. Trata-se, assim, de dar maior espaço aos atores, admitindo, no entanto, que nos seus gestos existe uma extensa parte de impensado, automático e de não controlado (MARTELETO, 2017).

Segundo Lloyd (2010), as teorias da prática enfatizam que: o conhecimento é relacional e, portanto, construído; as práticas têm uma trajetória social, histórica e política; a construção de significado é uma negociação entre pessoas em um ambiente particular, levando à produção e reprodução de identidades e formas de interação; essa prática de compreensão exige a concentração em mais do que apenas processos internalizados, também exige compreensão da natureza experiencial do desempenho corporificado.

O conceito de Práticas Informacionais, então, está vinculado às interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em contextos onde o conhecimento é construído coletivo e socialmente, e não meramente acumulado (ARAÚJO, 2013). A importação do conceito de “prática” dos campos das ciências humanas e sociais para os estudos de usuários acabou

por representar uma profunda redefinição dos sujeitos (ARAÚJO, 2013). Agora o ser humano passa a ser visto não mais como usuário da informação e sim como sujeito informacional, ressaltando o seu caráter de ator nesse processo (DUARTE; ARAÚJO; ANASTÁCIO DE PAULA, 2017).

As Práticas Informacionais também podem ser relevantes para se entender o conceito de Competência Crítica em Informação. Para Lloyd (2010), as competências informacionais devem ser entendidas como uma prática informacional crítica, organizada através do contexto social, e não como um conjunto de habilidades descontextualizadas, distantes das práticas que influenciam e conduzem a atividade humana. A competência informacional possui, assim, uma relação dialética com as Práticas Informacionais, ao passo que as práticas levam à competência, a própria competência em si já é uma prática.

O conceito de Competência Crítica em Informação (BEZERRA, 2015; BEZERRA, SCHNEIDER & BRISOLA, 2017; BEZERRA, DOYLE, 2017) é uma alternativa crítica ao caráter instrumental, tecnicista e cognitivista do conceito de Competência Informacional, que vinha sendo utilizado desde a

década de 70 nos EUA, a partir da utilização do termo *Information Literacy*²³(GASQUE, 2010).

O conceito de Competência Crítica em Informação faz referência à ideia de aprendizado ao longo da vida, de forma que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais (BEZERRA, 2015). Nessa nova perspectiva crítica, a Competência Informacional é vista como “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática” (VITORINO, PIANTOLA, 2009, p. 136). Dessa forma, entende-se as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação como conceitos que revelam o papel social da informação de possibilitar a transformação das condições em que vivem os sujeitos.

Diante do que foi apresentado, a pesquisa teve como objetivo compreender se/como as Práticas Informacionais

²³ No Brasil, o termo *Information Literacy* pode ser apresentado com algumas variações de tradução, a saber, ‘letramento informacional’, ‘alfabetização em informação’, ‘literacia’, ‘habilidade informacional’ e ‘competência informacional’, no entanto, na literatura da Ciência da Informação, a tradução não literal mais utilizada para o termo é a de ‘competência informacional’. Essas traduções, apesar de estarem ligadas a expressão *Information Literacy*, não possuem o mesmo significado. Para aprofundamento ver Gasque (2010).

desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação que as possibilitam orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais.

Acredita-se que este trabalho pode ser considerado uma importante contribuição teórica para os recentes estudos da Competência Crítica em Informação, possibilitando sua articulação com os estudos das Práticas Informacionais, além de proporcionar um valioso avanço para as pesquisas de gênero e raça na área da Ciência da Informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem **qualitativa**, realizada através de **pesquisa de campo**. Em relação ao tipo da pesquisa, conforme classificação apresentada por Sampieri, Collado e Lucio (2006), este trabalho desenvolve uma pesquisa **correlacional**, estabelecendo uma relação entre as Práticas Informacionais e a construção de uma Competência Crítica em

Informação. Tendo os dados coletados por meio **entrevistas semiestruturadas**.

No que diz respeito a análise dos dados, optou-se por utilizar a **análise de conteúdo**, através da técnica de **análise temática**, que significa “[...] descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 1977, p. 105).

O campo empírico da pesquisa foi a Bamidelê²⁴ - Organização de Mulheres Negras da Paraíba, uma organização não governamental (ONG) composta especialmente por feministas negras, com sede em João Pessoa - PB, institucionalizada em 3 de março de 2001, com o objetivo de “empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e autoestima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do

²⁴ Bamidelê (bah/mih/deh/leh) é uma palavra de ancestralidade africana, mais precisamente lorubá (língua nigero-congolesa do grupo Kwa), que significa Esperança. Se aproxima do significado de “Esperançar”, que na perspectiva da organização seria: levantar-se; ir atrás; levar adiante; construir; não desistir; juntar-se com outra em defesa da efetivação plena da cidadania, principalmente das mulheres negras (BAMIDELÊ, 2018).

sexismo e superação das desigualdades raciais” (CARVALHO, 2013, p. 47).

A Bamidelê desenvolve várias ações educativas e formativas, como cursos, palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações e produção de material didático, com foco nas temáticas de saúde, educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas. A ONG também trabalha fortemente na capacitação de lideranças de grupos de mulheres negras locais, com o objetivo de ampliar e fortalecer a atuação política desses grupos para que eles possam lutar pelas suas próprias demandas (BARBOSA, 2016; CARVALHO; ROCHA, 2016).

A organização possui forte ligação com a área acadêmica, sendo a maioria de suas militantes ligadas às universidades, algumas, inclusive, professoras universitárias, o que permite um constante diálogo entre a Bamidelê e a área acadêmica, além de proporcionar parcerias com os Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs) e com alguns cursos de pós-graduação, tanto da UFPB quanto da UEPB.

A ONG é composta por poucas integrantes, que se estruturam em cargos de diretoria, coordenação executiva,

conselho fiscal e associadas, existindo uma rotatividade de funções. Optou-se por utilizar como sujeitos da pesquisa as mulheres que atuam na organização, as integrantes. Tal escolha se deu devido ao histórico de engajamento político e social dessas mulheres, que oferece ricas informações para a análise.

Foram entrevistadas cinco mulheres, de outubro a dezembro de 2018, quatro entrevistas realizadas de forma presencial, gravadas em áudio, e uma por meio digital²⁵. Ademais, como não foi possível acesso à sede e aos documentos da Bamidelê, utilizou-se como fonte secundária de dados alguns trabalhos acadêmicos publicados nos últimos anos e que tiveram como objeto de pesquisa a organização, foram eles: BARBOSA (2016), CARVALHO (2013), CARVALHO; ROCHA (2016) e SILVA (2014).

3 RESULTADOS DA PESQUISA

²⁵ Para essa entrevista foi utilizado o recurso do aplicativo *WhatsApp*, pois a entrevistada se encontrava em outro Estado. As perguntas foram feitas de forma escrita e as respostas enviadas em forma de áudio. Do mesmo modo que as entrevistas presenciais, o teor de cada resposta foi conduzindo a próxima pergunta.

A primeira parte das entrevistas buscou traçar o perfil socioeconômico das militantes, a fim de tornar a pesquisa mais completa e subsidiar a análise dos dados. Os resultados são apresentados no quadro a seguir²⁶:

Quadro 1 – Perfil socioeconômico das participantes

	Partic. 1	Partic. 2	Partic. 3	Partic. 4	Partic. 5
Idade	50 anos	60 anos	52 anos	29 anos	49 anos
Religião	Católica	Sem religião	Sem religião	Candomblé	Católica
Estado civil	Divorciada	Solteira	Casada	Solteira	Casada
Possui filhos	1	2	2	Sem filhos	2
Escolaridade	Superior Incompleto	Doutora	Doutora	Superior	Superior
Profissão	Cuidadora de idosos	Professora universitária	Professora universitária	Gestora pública	Professora do Ensino Básico
Renda mensal	Menos de 1 salário	Mais de 3 salários	Mais de 3 salários	De 1 a 3 salários	De 1 a 3 salários
Cargo na ONG	Presidenta	Coordenadora	Diretora	Assistente de Comunicação	Multiplicadora e Conselheira fiscal
Tempo de ONG	15 anos	Desde a fundação	Desde a fundação	8 anos	15 anos

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Com base no levantamento apresentado, já é possível fazer algumas análises. Em relação à idade, percebe-se que a

²⁶ Os sujeitos da pesquisa foram legendados em Participante 1, 2, 3, 4 e 5 como forma de garantir seu anonimato.

organização é formada por mulheres mais maduras, com vasta experiência de vida e de militância. O estado civil varia, mas quase todas possuem filhos. Em relação à profissão, todas estão, de alguma forma, ligadas à educação, seja através da educação formal ou social. A respeito da renda mensal, se observou grande variação de remunerações, o que indica que a Bamidelê possui militantes de várias classes socioeconômicas.

Em relação à religião, não existe um consenso entre as participantes, pelo contrário, existe uma diversidade de crenças. Isso contradiz o que era esperado na pesquisa, pois, por saber que a religião é uma das formas de afirmação das identidades, esperava-se que os dados constatassem um resgate das religiões de matrizes africanas como forma de afirmação da identidade negra dessas mulheres. No entanto, apenas uma das entrevistadas se assumiu candomblecista, enquanto as outras orbitaram entre católicas e sem religião. Registra-se aqui, nenhuma menção por parte das mulheres a crença evangélica, acredita-se que por prováveis divergências de valores.

No que diz respeito ao nível educacional das mulheres, elas têm, em sua maioria, curso superior ou são ligadas à universidade, algumas delas, inclusive, com alto nível

educacional. Este fato permite que a Bamidelê mantenha um constante diálogo com a academia, se beneficiando de duas formas: desenvolvendo subsídio teórico para suas ações e tendo a oportunidade de promover o debate racial e de gênero dentro da universidade.

3.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir dos discursos emitidos pelas entrevistadas, pudemos capturar a forma como as mulheres construíram e assumiram suas identidades, bem como apreender as ações institucionais promovidas pela Bamidelê para o empoderamento de outras mulheres. Em seguida, também foi possível entender como se dá a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres e observar sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder.

Com base nas falas das mulheres, e utilizando a **análise de conteúdo** proposta por Bardin (1977), foi possível delinear duas classes temáticas gerais na pesquisa, foram elas: Práticas Informacionais e Construção da Competência Crítica em Informação. Em seguida, essas classes temáticas foram se

dividindo em quatro categorias e onze subcategorias, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Classes temáticas e categorias dos discursos emitidos

Classe Temática	Categorias	Subcategorias
Práticas Informacionais	Âmbito do sujeito	Marcações simbólicas Fortalecimento coletivo Acesso à informação/conhecimento
	Âmbito da instituição	Mediação da informação Fontes informacionais Barreiras informacionais
Construção da Competência Crítica em Informação	Aprendizado ao longo da vida	Necessidades informacionais Espaços informacionais alternativos Senso crítico informacional
	Contribuições para o enfrentamento diário	Fortalecimento mútuo Uso da informação construída

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

3.1.1 Práticas Informacionais

De acordo com o discurso das mulheres, dividimos este classe temática em duas categorias de análise, a saber: o **âmbito do sujeito**, da qual surgiram as subcategorias – marcações simbólicas, fortalecimento coletivo e acesso à

informação/conhecimento; e o **âmbito da instituição**, que, por sua vez, se dividiu nas subcategorias – mediação da informação, fontes informacionais e barreiras informacionais.

3.1.1.1 Âmbito do sujeito

Passado o levantamento socioeconômico, as entrevistas prosseguiram abordando as militantes sobre a construção de suas identidades de mulheres negras. O objetivo era saber como foi para as entrevistadas o processo de se reconhecer e se afirmar como tal, destacando o papel da informação nesse processo. O conteúdo das respostas foi dividido em três subcategorias: **marcações simbólicas; fortalecimento em grupo; e acesso à informação/conhecimento.**

Conforme dito por Woodward (2008) são as **marcações simbólicas** que diferenciam uma identidade de outras, no entanto, parece que algumas diferenças são vistas como mais importantes ou mais relevantes, em lugares e momentos particulares. Sendo as marcações simbólicas fruto de construções sociais sobre determinado grupo, elas são por vezes utilizadas como legitimadoras às relações de submissão/opressão.

Ao serem questionadas sobre a construção de suas identidades, algumas mulheres citaram situações de violência simbólica que as fizeram despertar para sua condição de “diferentes”. Essas diferenças eram sentidas em razão de suas características físicas, de sua classe social e até mesmo de sua condição de mulher. Elas também destacaram o fato de a sociedade tentar mascarar suas características étnico-raciais, como por exemplo a partir de eufemismos como “morena” e “morena clara”. Assim, nesse primeiro ponto, o exposto pelas entrevistadas confirma o caráter construído das identidades, onde a sociedade marca determinados grupos com estigmas difíceis de serem superados.

Esses momentos de discriminação e opressão/submissão que essas mulheres sofreram, fizeram com que elas procurassem algum tipo de apoio, e foi a partir do **fortalecimento coletivo**, que elas revelaram encontrar forças para subsidiar seus enfrentamentos diários e assumir suas identidades. Em grupo, as mulheres acharam sustentação e, o mais importante, informação. Nos espaços alternativos de construção de saberes, a partir de suas Práticas Informacionais, essas mulheres puderam confrontar suas experiências individuais com a experiência

coletiva, o que lhes permitiu ressignificar as informações que possuíam.

O último ponto que as entrevistadas apontaram como contribuição à sua afirmação identitária foi o **acesso à informação/conhecimento**. Esse acesso se deu de duas formas: primeiro no contato com outros/as militantes dentro dos movimentos sociais, quando puderam trocar experiências e construir estratégias de enfrentamento diário; e segundo no incentivo que as mulheres receberam para ir em busca de formação, sejam em eventos, cursos, oficinas, universidades e outros. Nesse sentido, a ONG teve importante papel de incentivadora, pois mostrou para essas mulheres a importância de obter informação. Essa informação deve ser entendida, conforme explica Eggert-Steindel (1994), como um instrumento gerador de mudança, que possibilita transformações tanto em nível individual quanto coletivo, sendo o acesso à informação/conhecimento a condição primeira para o empoderamento feminino.

Nessa primeira categoria, pode-se perceber que o aspecto relacional das identidades faz com que se atribuam marcações simbólicas, que muitas vezes são utilizadas para oprimir

determinados grupos. Como forma de enfrentar tal condição, as mulheres procuraram em grupos de apoio o suporte de que necessitaram, assim, elas se fortaleceram individual e coletivamente, e, a cada passo dado, pode ser percebido o papel primordial que a informação desempenhou, tanto no sentido de reproduzir as opressões quanto no sentido de se libertar delas.

3.1.1.2 Âmbito da instituição

Após se entender a relação das mulheres com a informação e o papel desta na construção de suas identidades, passou-se a investigar as Práticas Informacionais empreendidas por elas e pela organização, a fim de compreender se/como essas práticas contribuem para a construção da Competência Crítica em Informação. Para essa categoria destacamos três subcategorias: **mediação da informação, fontes informacionais e barreiras informacionais.**

Identificou-se nas entrevistas, ações desenvolvidas pela ONG e por suas militantes com a finalidade de construir coletivamente o conhecimento. Portanto, na subcategoria **mediação da informação**, pode-se constatar que a Bamidelê

desenvolve uma série de ações educativas e formativas. Nessas ações, as mulheres empreendem as mais diversas Práticas Informacionais, que vão desde a organização de eventos à produção de conteúdo para oficinas.

Uma das funções mais desempenhadas pelas militantes é a de educadora/multiplicadora. Todas as entrevistadas, mesmo àquelas que informaram ter cargos de coordenação, sinalizaram em suas atribuições o “apoio às formações”. Sendo a Bamidelê uma ONG que empreende ações políticas, com foco em educar e conscientizar, suas associadas acreditam que as estruturas de poder e as relações de opressão/submissão só podem ser subvertidas através da educação. Outra informação que chama atenção é a preocupação da organização em capacitar lideranças, para que essas mulheres possam levar aos seus grupos conhecimento/informação que os possibilite reivindicar suas próprias demandas. Assim sendo, tanto as mulheres vão até a Bamidelê para formações, quanto a Bamidelê vai até esses grupos.

Ainda discutindo sobre a mediação da informação, não podemos deixar de destacar a organicidade da ONG com a academia, em especial com a UFPB e a UEPB, apoiadas pelos

NEABIs. Essas parcerias se dão de duas formas: primeiro na criação de espaços de debate dentro da própria universidade, onde professores/as e alunos/as podem se articular e discutir temas relevantes a respeito de gênero e raça, porém, esses espaços ainda são restritos a certos lugares e seguimentos da universidade; e segundo, abrindo suas portas para um número cada vez maior de pesquisas que tem como campo empírico a Bamidelê. Há também um aumento na oferta de disciplinas que abordam temas relacionados ao racismo e ao sexismo em vários cursos das Ciências Humanas e Sociais, graças ao vínculo de algumas professoras com a organização.

Destacadas as ações empreendidas pela Bamidelê na construção e disseminação da informação, procuramos investigar as **fontes informacionais** utilizadas por elas nas suas demandas coletivas e individuais, ou seja, nas ações da ONG e em sua vida cotidiana. Para os trabalhos desenvolvidos na organização, as mulheres destacaram como fontes de informações livros, revistas especializadas, internet (em especial os *blogs*), dados de pesquisas oficiais (como o censo), a relação com outras ONGs e a participação em congressos. No que se refere a livros e revistas, as militantes apontaram essas duas fontes como de extrema

relevância, por trazer informações científicas que podem e devem ser usadas para o embasamento das formações promovidas pela organização, trazendo mais confiabilidade. As militantes que possuem ligações com a academia, sobretudo àquelas ligadas à docência, ocupam uma posição de provedora de conteúdo para os projetos da organização, sendo vistas como referências pelas outras mulheres, e, portanto, acabam se tornando também fontes de informação.

Em relação à produção de conteúdo para a aplicação dos projetos, constatou-se que, a partir de um determinado momento da história da Bamidelê, as mulheres começaram a organizar o conteúdo para que ele pudesse ser acessado posteriormente, iniciando, assim, um arquivo dos assuntos que são foco de suas ações. Porém, sempre que há a necessidade de utilização desse conteúdo, existe a preocupação no sentido de adaptar as informações que serão utilizadas para a realidade em que ela será aplicada, em um esforço de garantir sua total compreensão e atender assim aos objetivos propostos em cada projeto. Isso porque, a realidade vivida pelas mulheres também configura como fonte de informação, e deve ser levada em consideração, a

fim de se obter uma relação de complementaridade entre teorias e prática.

Já em relação às fontes informacionais utilizadas pelas militantes no seu dia a dia, as respostas não foram muito diferentes das que se obteve em relação às fontes utilizadas pela organização. A diferença está na ênfase do papel da internet, que hoje se configura como uma das principais fontes informacionais para as pessoas. No caso das militantes da Bamidelê, a internet é essencial pelo fato de facilitar o acesso a conteúdos específicos sobre sua condição de mulher, e, principalmente, de mulher negra. Nesse sentido, os *blogs* de mulheres negras têm se destacado trazendo discussões importantíssimas para o empoderamento dessas mulheres.

Ao longo das entrevistas as mulheres alegaram algumas dificuldades, tanto em nível individual quanto coletivo, que para nós resultam em **barreiras informacionais**. A maioria dessas dificuldades gira em torno de questões financeiras ou de financiamento. Em nível individual, as mulheres argumentam que hoje não possuem mais condições de manter assinaturas de revistas, comprar livros e participar de congressos, tudo isso devido à perda de poder aquisitivo e da falta de incentivo

financeiro do Governo nos últimos anos. Em nível coletivo, a Bamidelê está passando por grande dificuldade financeira, primeiro porque os órgãos de financiamento social deixaram o país; segundo porque nos últimos anos houveram cortes nos investimentos em saúde, educação e segurança, o que impactou diretamente no lançamento de editais de seleção de projetos, que é o principal meio de sobrevivência da ONG.

Desse modo, constata-se que as barreiras informacionais vão muito além de problemas técnicos ou de recuperação da informação. Nesse caso, as barreiras estão intimamente ligadas às barreiras sociais, políticas e econômicas. São questões de natureza material que dificultam o alcance dos objetivos informacionais das integrantes da ONG, sendo necessário mais que conhecimento instrumental para que essas barreiras possam ser superadas.

3.1.2 Construção da Competência Crítica em Informação

Nesta segunda classe temática, emergiram duas categorias de análise, a saber: **aprendizado ao longo da vida**, da qual surgiram três subcategorias – necessidades informacionais,

espaços informacionais alternativos e senso crítico informacional; e **contribuições para o enfrentamento diário**, que, por sua vez, também se dividiu em duas subcategorias – fortalecimento mútuo e uso da informação construída.

3.1.2.1 Aprendizado ao longo da vida

Segundo Bezerra (2015), o conceito de Competência Crítica em Informação faz referência ao aprendizado ao longo da vida, de maneira que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais. Um dos fatores que indicam se o sujeito vem desenvolvendo uma Competência Crítica em Informação é saber questionar suas **necessidades informacionais**, assim, conforme explica Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017, p. 7) é indispensável “um questionamento, por parte do usuário e dos mediadores da informação, sobre as necessidades informacionais de uns e outros, uma reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas “necessidades”, seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação”.

Entende-se que as mulheres que procuram o apoio dos movimentos sociais, fazem antes uma reflexão sobre sua condição social e suas necessidades informacionais, mesmo que inconscientemente. Elas estão em busca de preencher algo que lhes faltam e se fortalecerem coletivamente. A Bamidelê, por sua vez, como mediadora da informação, tenta suprir as necessidades dessas mulheres, e, para isso, também faz uma reflexão das necessidades informacionais do seu público-alvo, com a finalidade de, a partir disso, desenvolver ferramentas que atendam essas necessidades, promovendo o crescimento social, emocional e econômico dessas mulheres. A ONG desempenha, então, um papel primordial na promoção das competências necessárias para que as mulheres saibam lidar com a informação.

Por outro lado, a Competência Crítica em Informação não é construída apenas nos espaços formais de obtenção de conhecimento, como é o caso da escola, das universidades, do trabalho, mas também em **espaços informacionais alternativos**. A própria Bamidelê se configura em um espaço informacional alternativo. Para grupos que estão em situação de opressão/submissão diante da sociedade, como é o caso das mulheres negras, esses espaços oferecem a oportunidade de

ressignificar as informações disseminadas pelas classes hegemônicas da sociedade, e que são responsáveis por reforçar as marcações simbólicas que marginalizam determinados grupos. Muitas vezes, as próprias instituições formais são responsáveis por perpetuar as desigualdades sociais.

Outro aspecto importante relacionado à Competência Crítica em Informação é o desenvolvimento de um **senso crítico informacional** por parte dos sujeitos. O senso crítico é responsável por estimular uma atitude questionadora por parte dos sujeitos informacionais, no que diz respeito às informações que lhes são impostas no cotidiano. Nesse sentido, os espaços informacionais alternativos são essenciais para despertar nos sujeitos o senso crítico em relação à informação. Esse senso crítico é responsável pela análise da necessidade informacional e, também, pela reflexão a respeito das informações que são impostas. É prudente dizer que o senso crítico informacional figura como instrumento de empoderamento dessas mulheres.

3.1.2.2 Contribuições para o enfrentamento diário

Para finalizar, buscou-se analisar como as Práticas Informacionais e a construção da Competência Crítica em

Informação contribui para o enfrentamento diário realizado pelas militantes. Destaca-se como primeira forma de contribuição o **fortalecimento mútuo**, é por meio dele que elas criam estratégias para vencer as barreiras sociais e informacionais que lhes são impostas no dia a dia. Esse fortalecimento oferece oportunidade para que as mulheres se empoderem e empoderem outras, o que traz para elas a segurança e a capacidade para lidar com as relações diárias de opressão/submissão. A construção da Competência Crítica em Informação acontece a partir do fortalecimento mútuo proporcionado pelo acesso à informação e, principalmente, às formações, essas, em especial, contribuem com o desenvolvimento da capacidade de reflexão dessas mulheres.

Outro ponto que destaca-se como contribuição da Competência Crítica em Informação no enfrentamento das relações de submissão/opressão é o **uso da informação construída**. Percebeu-se que a informação construída no espaço da Bamidelê ou pelos projetos da ONG são, posteriormente, utilizadas pelas militantes em suas ações diárias, seja para se defender em situações de opressão, seja para esclarecer ou empoderar outras pessoas.

Aqui, chega-se ao fim da análise, que mostrou, de forma resumida, que as Práticas Informacionais se dão, inicialmente, a nível de sujeito, e estão diretamente ligadas à percepção das marcações simbólicas e às ações de busca informacional para superação da condição que se impõe por essas marcações. Depois, se desdobram para a dimensão institucional, que aqui está representada nas ações da Bamidelê. A Competência Crítica em Informação, por sua vez, tem a ver com o posicionamento do sujeito frente à informação que lhe é imposta, portanto, diz respeito aos enfrentamentos diários desses sujeitos. Dessa forma, práticas e competências se articulam, uma sendo responsável pela percepção e outra pelo posicionamento dos sujeitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres negras tiveram, durante muito tempo, suas histórias silenciadas. São histórias de luta e resistência contra sociedades que as oprimem e consideram suas trajetórias secundárias. O Movimento Feminista, em especial o Feminismo Negro, e o conceito de interseccionalidade foram primordiais

como ferramentas teóricas que possibilitaram entender, por um lado, que as identidades não são inatas, e sim construídas, e por outro, que as opressões sofridas não são sobrepostas, mas articuladas.

A pesquisa mostrou que as mulheres negras começam seu processo de construção de identidade desde muito cedo, já sofrendo as consequências da submissão/opressão que as marcações simbólicas lhes impõem, o que as fazem buscar meios de fortalecimento contra aquilo que lhes oprimem. É através do encontro com suas semelhantes que essas mulheres constroem sua afirmação identitária, a partir de espaços alternativos de construção de saberes que proporcionam a elas acesso à informação/conhecimento necessário para superar as desigualdades sociais.

Percebeu-se que é preciso dar uma atenção especial aos espaços informacionais alternativos, como é o caso da própria Bamidelê, pois, é a partir das Práticas Informacionais desenvolvidas nesses espaços que as mulheres se fortalecem mutuamente e criam estratégias de enfrentamento com base na informação construída. Esses espaços são de grande valor na

construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres.

Destaca-se como algumas competências críticas desenvolvidas por essas mulheres: a reflexão sobre suas necessidades informacionais; o desenvolvimento de um senso crítico informacional, no que diz respeito às informações e às situações que essas mulheres são submetidas; e o uso da informação construída como forma de empoderamento individual e coletivo. Essas competências, dentre outras, são utilizadas pelas militantes diariamente em oposição às relações de submissão/opressão às quais são submetidas.

Vale destacar, ainda, o papel da Bamidelê enquanto centro de mediação da informação, produtora de conteúdo, e que promove o desenvolvimento de senso crítico informacional nas mulheres com as quais trabalha. Uma instituição que, por meio de Práticas Informacionais distintas, constrói diferentes estratégias de enfrentamentos às relações de submissão/opressão. Além disso, mantém forte preocupação quanto à confiabilidade das fontes informacionais utilizadas na construção dos materiais produzidos para ações, tendo sempre o

cuidado de dar um caráter científico às informações repassadas, a fim de garantir a seriedade do trabalho desenvolvido por elas.

Para finalizar, é importante dizer que, apesar da contribuição trazida para o campo da Ciência da Informação ao estudar temas como gênero e raça, a partir da análise das Práticas Informacionais e da Competência Crítica em Informação, esse é um estudo que ainda pode ser bastante explorado. Por um lado, tanto gênero, quanto raça são temas pouco abordados na Ciência da Informação, e por outro, o estudo das Práticas Informacionais, bem como a Competência Crítica em Informação, oferecem vastas possibilidades de abordagens. De qualquer forma, essa pesquisa possibilitou aos/as pesquisadores/as um vasto conhecimento no que diz respeito às desigualdades sociais às quais mulheres negras estão submetidas, bem como demonstrou como as Práticas Informacionais e a Competência Crítica em Informação possuem um importante papel social para minimizar os impactos de uma sociedade opressora.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila de. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2013.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES (ACRL). **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <<https://alair.ala.org/handle/11213/7668>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BAMIDELÊ. **BAMIDELÊ**: organização de mulheres negras (blog). Disponível em: <<http://negrasbamidele.blogspot.com/p/bamidele.html>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. **Feminismo e emancipação feminina**: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 111. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 16^o, 2015. João Pessoa: ANCIB, 2015.

BEZERRA, Arthur Coelho; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. **Anais do Enancib**. Marília, 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 7-16, jan./abr. 2017.

BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora: Contesting identities**. New York: Routledge, 2005.

BRISOLA, Anna Cristina; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. **Anais do Enancib**. Marília, 2017.

CARVALHO, Rayssa Andrade. **O Movimento de Mulheres Negras na Paraíba: Um olhar sobre a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001-2012)**. Monografia (Departamento de História) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p.87. 2013.

CARVALHO, Rayssa A.; ROCHA, Solange P. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba. In: **GÊNERO | Niterói**, v.16.n.2, 2016, p. 71 – 89.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York/London: Routledge, 2000.

DAVIS, Angela Y. **Mujeres, raza y clase.** Madrid: Akal, 2005.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; ANASTÁCIO DE PAULA, Claudio Paixão. PRÁTICAS INFORMACIONAIS: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, p. 111-135, nov. 2017.

EGGERT-STEINDEL, Gisela. Fontes de informação e a questão de gênero no cotidiano da mulher (dona de casa). **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, p. 167-188, 1994.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Editora vozes, 2008.

LLOYD, Annemaree. Framing information literacy as information practice: site ontology and practice theory. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 2, p. 245-258, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA; Ricardo Medeiros (Orgs.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 29-48.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. **Mandrágora**, v.19. n. 19, 2013.

MELO, Daniella Alves de. **Práticas Informacionais e a construção da Competência Crítica em Informação**: um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 120. 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, vol. 11, nº 2, Goiânia, 2008, pp.263 - 274.

ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na História – Gênero e Etnia. **Diálogos**, DHI/UEM, vol. 4, n. 4, 2000, p. 145-160.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação).

Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 120. 2014.

SOIHET, Raquel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, 2007, p. 281-300.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Editora vozes, 2008.

RESILIÊNCIA INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA MICROCEFALIA: papel das práticas informacionais no ambiente digital²⁷

Paulinni Mariele da Silva Rocha
Edvaldo Carvalho Alves
Fellipe Sá Brasileiro

1 INTRODUÇÃO

O surto de microcefalia ocorrido em 2015, causou grande comoção. Isso se deu, em grande parte, em decorrência da falta de informações mais precisas sobre o assunto. Assim, logo que os casos de microcefalia causados pelo Zika vírus começaram a ser confirmados, a classe médica não tinha informações precisas sobre o que estava acontecendo. A necessidade de fontes informacionais seguras era urgente, porém o Ministério da Saúde não podia confirmar ou afirmar dados antes das devidas pesquisas.

A patologia, no que se refere ao Brasil, teve maior incidência na região Nordeste, com mais ocorrências nos estados

²⁷ Este artigo é proveniente da pesquisa de mestrado de mesmo nome, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em abril de 2019.

de Pernambuco, Bahia, Paraíba e Maranhão. Nesse período, foi possível perceber que a informação podia ser utilizada, tanto para informar como para desinformar os usuários. Meios de comunicação como *blogs, sites*, redes sociais e a televisão começaram a postar e anunciar várias notícias, por vezes imprecisas, e que acabavam por confundir as pessoas, que naquele momento ainda não dispunham de uma validação médica para toda essa situação.

Na perspectiva de relacionar essa realidade com o conceito de resiliência informacional (LLOYD, 2014; BRASILEIRO, 2017), surge a seguinte questão: como o ambiente digital interfere na resiliência informacional das mulheres com filhos diagnosticados com microcefalia causada por Zika vírus, atendidas no Centro de Referência Municipal de Inclusão para Pessoas com Deficiências (CRMIPD) da cidade de João Pessoa? O objetivo foi compreender se/como as informações disseminadas em ambiente digital interferem na construção da resiliência informacional de mulheres com filhos diagnosticados com microcefalia causada por Zika vírus, tendo como base os conceitos de desinformação e práticas informacionais. Visando atender ao objetivo e contribuir com a operacionalização da

pesquisa, alguns passos foram desenvolvidos: mapear as práticas informacionais em ambiente digital das mulheres com filhos diagnosticados com microcefalia; verificar os efeitos dessas práticas informacionais no processo da tomada de decisões sobre o contexto da microcefalia; e identificar as estratégias informacionais utilizadas no ambiente digital favoráveis ao processo de resiliência informacional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta foi uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, onde os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas. Já em relação ao tipo, trata-se de uma pesquisa descritiva, realizada através de estudo de caso. No que diz respeito à análise dos dados, optou-se por utilizar a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), através da técnica de análise temática.

O campo empírico foi o Centro de Referência Municipal para Inclusão da Pessoa com Deficiência (CRMIPD) da cidade de João Pessoa, que atende pessoas com deficiência que residem em João Pessoa e seus familiares.

Os sujeitos selecionados para pesquisa foram mulheres com filhos diagnosticados com microcefalia causada por Zika vírus, atendidas no CRMIPD. Essa escolha se deu por acreditar que o contexto vivenciado por essas mulheres se caracterizou como um momento de transição que requer o desenvolvimento da resiliência informacional. Assim, as entrevistas foram realizadas durante os meses de agosto e setembro de 2018, de acordo com a disponibilidade de cada entrevistada e o auxílio do cadastro do CRMIPD, tendo um total de sete respondentes. As análises são apresentadas a seguir.

3 A DESINFORMAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) apresentam contribuições positivas para o desenvolvimento da sociedade, porém o grande volume informacional e seus usos indiscriminados podem causar alguns problemas informacionais, dentre eles, o fato de a informação acabar por desinformar, ao invés de informar. A esse respeito, chamamos atenção para o termo desinformação.

A literatura brasileira em Ciência da Informação não apresenta muitos conceitos sobre desinformação. É dada uma maior atenção aos aspectos positivos da informação em detrimento dos aspectos negativos, como nos alertam Pinheiro e Brito (2014). No entanto, esse viés também merece estudos e aprofundamentos para compreensão dos fenômenos contemporâneos de práticas sociais atuais de busca por informação na Internet. Nesse sentido, Brito (2015) apresenta um conceito mais específico sobre o tema

Desinformação consiste fundamentalmente em informações falsas, distorcidas ou enganosas fornecidas a um determinado adversário com a pretensão de que este tome decisões lastreadas por uma leitura equivocada de realidade. Pode ser traduzida, portanto, como o uso de mentiras como propósito de iludir ou falsear (BRITO, 2015, p. 51).

Diante do cenário tecnológico em que vivemos, um dos grandes desafios que se apresenta à sociedade é fazer com que as pessoas mantenham uma relação eficiente com as TIC, de modo a viabilizar o contato com conteúdos informacionais confiáveis. Para tanto, elas precisam desenvolver competências para lidar com o surgimento constante de informações, que muitas vezes

não são verdadeiras. Nesse sentido, são necessárias habilidades para identificar quais fontes de informação são confiáveis e atendem às necessidades informacionais que são impostas diariamente.

O ambiente digital passou a fazer parte do processo de busca por informação dos sujeitos, incluindo aqueles que se encontram em situações adversas, que usam a Internet para tentar obter mais informações e sanar dúvidas. As informações antes restritas a meios acadêmicos, passam, então, a ser um pouco mais democratizadas com o avanço da Internet e das TIC (RODRIGUES E COLESANTI, 2008).

Nesse contexto, Keen (2009) alerta sobre o cotidiano das práticas sociais de busca por informação *online*. Para este autor, é importante identificar quais estratégias de busca são utilizadas, quais as dúvidas que os temam geram, as possíveis barreiras informacionais encontradas pelos usuários e qual o novo significado que é dado pelos sujeitos à informação perante situações adversas.

Fica, então, o questionamento de como agir diante da desinformação em ambiente digital para utilização da Internet de forma crítica, aproveitando suas potencialidades. Assim, na

tentativa de vencer as barreiras informacionais impostas pela desinformação, uma das alternativas é a capacidade do sujeito de superar as adversidades e incertezas informacionais por meio da própria informação, num processo que alguns autores têm denominado de resiliência informacional (LLOYD, 2015; BRASILEIRO, 2017).

4 RESILIÊNCIA INFORMACIONAL

A concepção da resiliência informacional está relacionada ao processo de transformação informacional do sujeito. Para entender melhor este conceito é necessário a articulação entre os conceitos de letramento informacional e de práticas informacionais. Lloyd (2015) relata que os estudos sobre resiliência informacional buscam compreender como a conexão com um novo ambiente informacional, através de práticas informacionais (como o letramento informacional), tem a possibilidade de agir como uma estratégia crítica à redução das incertezas em tempos de transição e de adversidades.

4.1 LETRAMENTO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Para Kleiman (1995), letramento é um conjunto de práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos e objetivos específicos. Desse modo, entende-se que nem todas as pessoas alfabetizadas são letradas. A alfabetização se traduz num processo contínuo e sem fim, o ato de saber ler e escrever não significa que o sujeito é letrado a ponto de possuir competências e habilidades suficientes para ter acesso às informações que constam em livros, jornais, ou mesmo escrever cartas, ofícios, ou, ainda, preencher formulários e ler bulas de remédios.

Embora não exista muita precisão com relação à definição do conceito de letramento e sua comparação com a alfabetização, Soares (2004) e Kleiman (1995), dizem que, na maior parte das vezes, letramento se refere à condição de alguém que não sabe apenas ler e escrever, mas que exerce práticas sociais que utilizam a escrita. Segundo Gasque (2010), letramento é o uso competente da escrita para entender e criar textos e viver em uma sociedade letrada, o que envolve também o uso da linguagem.

É durante o processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo que o sujeito letrado adquire competências e

habilidades, de acordo com Gasque (2012), isso suscita em práticas sociais que promovem a busca e o uso das informações de maneira eficaz, contribui na tomada de decisão e faz diferença na vida das pessoas. Nesse sentido, o letramento também contribui para o desenvolvimento do sujeito enquanto ator social. Dessa forma, as habilidades adquiridas estão diretamente ligadas às ações do sujeito e suas práticas informacionais para suprir necessidades de informação.

O conceito de práticas informacionais surgiu como uma alternativa crítica ao conceito de comportamento informacional, que considerava apenas a dimensão cognitiva do sujeito e seu comportamento individual no processo informacional (TALJA; TUOMINEN; SAVOLAINEN, 2005; SAVOLAINEN, 2007). Essa alternativa se caracteriza por acreditar que a informação e o conhecimento são construídos coletiva e socialmente, de forma contínua, por sujeitos ativos (SIRIHAL DUARTE; PAULA; ROCHA, 2017). Portanto, Talja, Tuominen e Savolainen (2005) entendem que

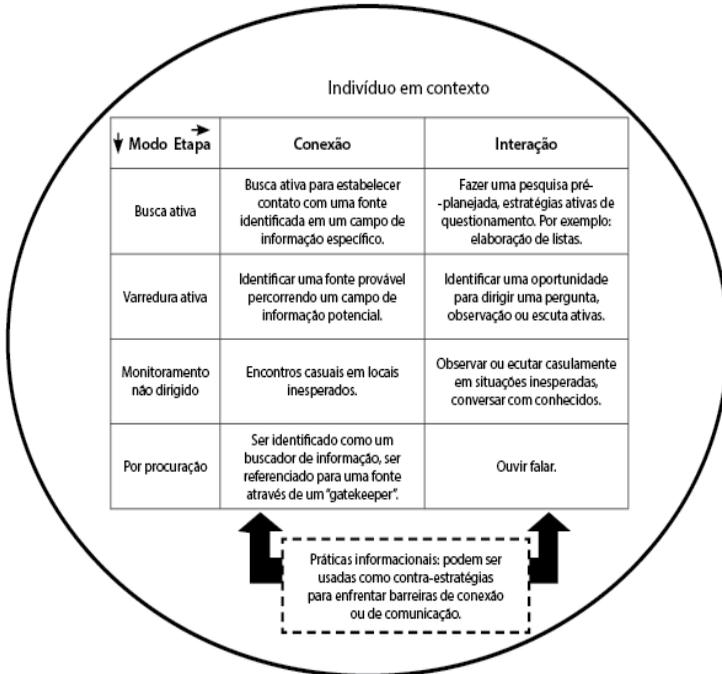
[...] os processos de busca e uso da informação são constituídos social e dialogicamente, ao invés de baseados nas ideias e motivos de atores individuais.

Todas as práticas humanas são sociais e originam-se de interações entre os membros da comunidade (TUOMINEM; TALJA; SAVOLAINEN, 2005, p.331).

O surgimento do conceito de práticas informacionais teria sido motivado pela necessidade de abordar o acesso à informação na vida cotidiana, onde o sujeito informacional constrói o conhecimento coletivamente. Assim, os estudos das práticas informacionais sofrem influência do paradigma socioconstrutivista, em que os processos de busca, compartilhamento e uso da informação perpassam e são influenciados por práticas sociais estabelecidas em comunidade (HARLAN, 2012; MCKENZIE, 2003; SAVOLAINEN, 2007).

Com base nessa perspectiva, Mckenzie (2003) construiu um modelo teórico para análise das práticas informacionais, denominado *Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais* (Figura 1), elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa que abordou os relatos de buscas informacionais de mulheres canadenses grávidas de gêmeos. Tal estudo levou em consideração as necessidades de informação, as práticas informacionais e as fontes de informação utilizadas por essas mulheres.

Figura 1 – Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais de McKenzie



Fonte: McKenzie (2003, p.26, tradução nossa).

De acordo com a Figura 1, o *Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais* é composto por quatro fases: a **busca ativa** (*active seeking*); a **varredura ativa** (*active scanning*); o **monitoramento não dirigido** (*non-directed monitoring*), quando ocorrem situações de “*serendipity*”; e a **busca por procuração** (*by proxy*), ou seja, mediada por outros. O modelo

também é composto por duas fases de busca: a **conexão** (*connecting*), processo em que ocorre a identificação da fonte e é estabelecido o contato; e a **interação** (*interacting*), quando o sujeito informacional interage com a fonte que escolheu.

No modelo de Mckenzie (2003) a **busca ativa** é a fase mais direcionada de prática informacional, em que ocorre uma busca específica em fontes de informação previamente determinadas, utilizando perguntas pré-planejadas. Já a **varredura ativa** envolve práticas como: a navegação semidirigida ou varredura em locais prováveis, a observação sistemática, a identificação de oportunidades para fazer perguntas e a escuta ativa de conversas, envolve, ainda, o reconhecimento de um campo de informações suscetíveis ou de uma fonte particular útil.

O **monitoramento não dirigido** se refere a encontrar e reconhecer uma fonte quando não se está em busca, ou ainda quando se está acessando uma fonte de informação sem a intenção de se informar sobre aquele assunto especificamente. E a **busca por procuração** é o contato ou a interação com uma fonte de informação por intermédio de outros (MCKENZIE, 2003).

Assim, por suas características pragmáticas e delineamentos operatórios, esse modelo foi escolhido para nortear os estudos e as análises relacionadas com as práticas informacionais dos sujeitos pesquisados neste trabalho, auxiliando na compreensão do processo de resiliência informacional.

4.2 O PROCESSO DE RESILIÊNCIA INFORMACIONAL

O conceito de resiliência informacional surgiu através de um estudo feito por Lloyd (2014) com relação ao letramento sanitário e experiências com informações médicas de refugiados. A autora investigou como os sujeitos da pesquisa começaram a entender o cenário de informações sanitárias do país em que estavam refugiados e quais meios utilizaram para se informar e tomar decisões relacionadas à saúde (LLOYD, 2014).

Para os estudos com os refugiados, Lloyd (2014) estruturou elementos operatórios que caracterizam o processo de resiliência informacional, são eles: **orientação, ajustamento e ressignificação**. Os elementos utilizados pela autora servem, inclusive, para explicar a relação entre práticas informacionais e

resiliência, a partir da transição informacional dos sujeitos durante o processo de resiliência, no tocante a aquisição de habilidades para a mudança de sua realidade. Esses elementos também nortearam o entendimento da construção da resiliência informacional dos sujeitos dessa pesquisa.

A **orientação** se traduz numa experiência física, visual e oral, que reduz os estresses relacionados às incertezas surgidas com a mudança significativa do ambiente informacional conhecido ou, ainda, em situações de grande volume informacional (LLOYD, 2014). Com relação a este elemento, a autora menciona que a orientação é um processo que torna possível ao sujeito ter habilidades para manter conexão com a informação que irá auxiliá-lo na redução das “incertezas informacionais” e no processo de ajuste aos novos cenários informativos, estes, por sua vez, têm relação direta com a sua situação de dúvidas relativas ao contexto de saúde vivenciado.

Já no que diz respeito ao estado de incerteza informacional, Brasileiro (2017) evidencia que se caracteriza por um episódio que rompe com as bases de conhecimento dos sujeitos e os encaminham ao acesso de outras fontes de informação que os fazem ressignificar o contexto vivido.

O **ajustamento** se caracteriza por ser um processo que demanda tempo e desenvolvimento de novos métodos de conhecimento e habilidades informativas, além de envolver a identificação de fontes primárias (pessoas) e secundárias (Internet). A **ressignificação**, por sua vez, consiste na orientação e ajuste a novos métodos de conhecimento como estímulo para pessoas ressignificarem suas experiências informacionais anteriores em contexto de saúde, comparando a realidade vivenciada depois do contato com novas fontes de informação (LLOYD, 2014).

Assim, o conceito de resiliência informacional, adotado por Lloyd (2013; 2014), evidencia o papel da informação e sua contribuição no processo da resiliência de uma pessoa ou de um grupo, bem como se traduz em alternativa a desinformação causada pelo imenso volume informacional identificado em meio virtual. A resiliência informacional e o desenvolvimento de habilidades relativas à busca por fontes de informação adequadas a necessidades de pessoas ou grupos, colabora com o acesso a informações verdadeiras e o combate a desinformação, fenômeno presente em nossa realidade.

Podemos dizer, portanto, com base em Lloyd (2013), que são características da resiliência informacional: a capacidade de empregar práticas de letramento informacional para acessar informações de que necessite; a criação de novos ambientes informacionais; e o reestabelecimento de redes sociais a partir de novas práticas informacionais.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

A primeira etapa das entrevistas investigou o perfil socioeconômico dos sujeitos da pesquisa. No que se refere a faixa etária, as entrevistadas tinham entre 21 e 39 anos, portanto, a média de idade dessas mulheres era de trinta anos. Já a idade de seus/suas filhos/as com microcefalia girou em torno de 2 anos e 8 meses e 2 anos e 10 meses, no período que as entrevistas foram realizadas. Com essas informações pudemos observar que as crianças nasceram em 2015, entre os meses de outubro e dezembro, período em que o Ministério da Saúde informou que, no Brasil, o surto de microcefalia foi causado por Zika vírus (28 de novembro de 2015). Vale salientar que todas as mulheres

entrevistadas foram acometidas por Zika vírus durante a gestação.

Com relação ao local de residência, seis das mulheres residem em bairros considerados periféricos ou comunidades do município de João Pessoa. Quando questionadas quanto à raça e etnia, cinco se consideram pardas, uma branca e uma negra. No quesito escolaridade, das sete mulheres, uma cursava graduação, duas tem o ensino médio concluído, e três tem ensino fundamental incompleto, o que demonstra que boa parte delas possui baixa escolaridade.

No que compete a renda familiar, a maioria das entrevistadas (quatro) tem como renda familiar um salário mínimo, que é referente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago pelo Governo para pessoas enquadradas em algumas enfermidades específicas, sendo a microcefalia uma delas. As demais, além do BPC possuem outra fonte de renda: salário do cônjuge, pensão alimentícia e bolsa família.

5.1 ANÁLISES COM BASE NAS CLASSES TEMÁTICAS

A partir do material coletado durante as entrevistas, três classes temáticas foram estruturadas, são elas: **práticas informacionais; estratégias favoráveis à resiliência informacional; e ressignificação da realidade vivenciada.** As classes temáticas se subdividiram em seis categorias e dez subcategorias, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 1 – Classes temáticas e categorias dos discursos emitidos

Classe Temática	Categorias	Subcategorias
Práticas informacionais	Acesso/fontes no ambiente digital	Inexistente Ocasional Frequente Barreiras
	Experiências no contexto	Positivas Negativas
Estratégias favoráveis à resiliência informacional	Contribuição de fontes digitais	Consulta
	Contribuição de fontes não digitais	Agentes Informacionais
Ressignificação da realidade vivenciada	Interação com pares	Colaboração
	Evolução durante o processo	Aprendizado

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

5.1.1 Práticas informacionais

Dessa classe temática surgiram duas categorias de análise: **acesso/fontes no ambiente digital**, que se subdividem nas subcategorias *inexistente*, *ocasional*, *frequente* e *barreiras*; e **experiências no contexto**, que, por sua vez, se subdivide em *positivas* e *negativas*.

5.1.1.1 Acesso/fontes no ambiente digital

Na análise desta primeira categoria observou-se a frequência de acesso e uso do ambiente digital para busca por informação sobre microcefalia, por essa razão foram levantadas as subcategorias: *inexistente*, *ocasional*, *frequente* e *barreiras*.

As mulheres entrevistadas tinham frequências distintas ou até mesmo nenhum acesso ao meio digital. As entrevistadas relataram que o acesso ao ambiente digital, inicialmente, foi para entender o que estava acontecendo com seu/sua filho/a. Houve, também, quem acessou apenas depois de alguns meses do nascimento do bebê, quando se deu de fato o diagnóstico para microcefalia.

Duas causas chamaram a atenção para a *inexistência* de acesso: o fato de não saber ler, barreira relacionada ao letramento informacional (GASQUE, 2012); e o receio com relação ao que já tinha visto sobre microcefalia na Internet, as informações sobre o fato delas não terem chance de vida, as sequelas e as outras doenças causadas em decorrência desta, o que assustou as mulheres, causando aquilo que Brasileiro (2017) denominou de estado de incerteza informacional.

Dessa forma, duas das entrevistadas só fizeram uso da Internet para buscar por informação sobre microcefalia no momento do diagnóstico, ou quando pretendiam entender algo específico sobre a doença, para confirmar alguma informação médica depois das consultas. Por isso a subcategoria *ocasionalmente* foi levantada. Por sua vez, quatro, das sete mulheres pesquisadas, faziam uso *frequente* da Internet e *sites* de busca para confirmação do que foi dito pelos profissionais de saúde.

Fazendo referência ao *Modelo Bidimensional de Práticas Informacionais de Mckenzie* (2003), foi identificada a **busca ativa** (situação em que o indivíduo estabelece contato com uma fonte identificada) na categoria **acesso/fontes no ambiente digital**,

nas subcategorias *frequente* e *ocasional*, momento em que as entrevistadas buscaram nas mídias digitais ou em contato com médicos/as ou outros/as profissionais da área de saúde informação sobre microcefalia. Por outro lado, essa categoria também pode ser relacionada com os elementos operatórios da resiliência informacional propostos por Lloyd (2014), nesse caso, podemos dizer que ela compõe a fase de **orientação**.

Durante as entrevistas, outro assunto mencionado foi as **barreiras** encontradas durante o processo de busca por informação. Desse modo, as informações desagradáveis sobre o assunto microcefalia, encontradas na Internet, foram consideradas pelas mulheres uma barreira. Por causa dessa situação, houve mulher que deixou de acessar o meio digital para esse fim.

As mulheres mencionaram que o fato de não saber o que era a microcefalia causou muita aflição. Então, quatro entrevistadas procuraram, de pronto, o auxílio da Internet para saber mais sobre o assunto, enquanto as três demais não se utilizaram desse meio ou utilizaram muito pouco, ou ainda buscaram fontes de informação não digitais.

5.1.1.2 Experiências no contexto

Durante as entrevistas, uma das questões investigadas referia-se ao fato da Internet ter sido uma experiência *positiva* ou *negativa*. Por esse motivo essas foram as subcategorias identificadas para a categoria **experiências no contexto**. Para quatro mulheres, o acesso ao meio digital foi uma experiência positiva.

Para as outras três mulheres, a experiência foi muito negativa, o que justificou o fato de não acessarem mais as fontes em meio digital para busca por informações sobre esse assunto. O motivo mencionado por elas estava relacionado ao que encontraram durante as buscas: informações negativas sobre a sobrevivência dos bebês acometidos pela doença, as sequelas e enfermidades que acompanham os pacientes com essa síndrome.

Porém, com o passar dos anos, essas mulheres perceberam que as informações negativas, acessadas anteriormente, não condiziam com a realidade vivenciada por elas com seus/suas filhos/as, situação que caracteriza o fenômeno da desinformação.

5.1.2 Estratégias favoráveis à resiliência informacional

A classe temática em questão é constituída por duas categorias de análise: **contribuição de fontes digitais**, que tem como subcategoria – *consulta*; e **contribuição de fontes não digitais**, que, por sua vez, tem como subcategoria – *agentes informacionais*.

5.1.2.1 Contribuição de fontes digitais

Para as entrevistadas que tiveram acesso frequente ou ocasional ao meio digital, a Internet servia para *consulta* sobre o que estava relacionado ao tema microcefalia. Algumas das mulheres pesquisadas utilizaram a estratégia de consultar a Internet para dirimir suas dúvidas e incertezas, mas durante as entrevistas foi possível observar que as mesmas não descartaram as informações passadas por médicos/as ou outros profissionais de saúde, o que fez emergir na pesquisa a próxima categoria.

5.1.2.2 Contribuição de fontes não digitais

As entrevistadas foram questionadas quanto a outras formas de acesso à informação, principalmente quando não utilizaram o meio digital. As mulheres foram unânimes em mencionar: as outras pessoas. O que denominamos como a subcategoria *agentes informacionais*. Identificou-se, através dos relatos, que esses agentes foram os profissionais de saúde aos quais as mulheres tiveram acesso, como também seus familiares.

Nesta subcategoria foi possível observar o segundo elemento operatório criado por Lloyd (2014), o **ajustamento**, que se caracteriza pela fase que demanda tempo e desenvolvimento, durante as buscas por informação. O ajustamento foi observado durante o contato das mulheres com fontes informacionais: primárias (pessoas), aqui chamados de agentes informacionais e; secundárias (Internet).

5.1.3 Resignificação da realidade vivenciada

Para terceira classe temática, duas categorias se destacaram durante os estudos: **interação com pares**, que se

ramificou na subcategoria – *colaboração*; e **evolução durante o processo**, com a subcategoria – *aprendizado*.

5.1.3.1 *Interação com pares*

Essa categoria foi elaborada pela identificação da interação que há entre mulheres na mesma situação. As entrevistadas relataram a existência de grupos presenciais (em que a interação ocorre por meio de reuniões) e virtuais (quando há interação em conversas informais por meio de aplicativo de mensagens - *Whatsapp*).

Nesse sentido, observa-se que houve o acesso à informação por meio dos diálogos entre essas mulheres, fazendo emergir a subcategoria *colaboração*. Foi possível perceber que esse tipo de interação gera empatia e confiança, pois as participantes dos grupos passam por contexto adverso semelhante relacionado à saúde, passam por momentos de incerteza informacional parecidos, dividem suas angústias, insatisfações, medos e progressos, diariamente.

Retomando o *Modelo Bidimensional das Práticas Informacionais* de Mckenzie (2003), apontamos aqui o modo de busca informacional da **varredura ativa**, situação em que a pessoa se encontra em locais cuja possibilidade de encontrar informação é iminente, por meio da observação e da escuta ativa. Uma das entrevistadas, por exemplo, mencionou que não fala ou escreve durante as conversas nos grupos do *WhatsApp* que participa, porém, fica atenta a tudo que é conversado pelos demais participantes.

5.1.3.2 Evolução durante o processo

Questionamos sobre como as mulheres se sentiam no momento atual, quais foram as mudanças identificadas com o passar do tempo e pelas respostas apresentadas se estruturou a subcategoria *aprendizado*.

Observou-se que as vivências relativas ao contexto da síndrome congênita microcefalia foram aumentando, se estruturando para estados de aprendizado por parte dos sujeitos da pesquisa e, conseqüentemente, para reversão do processo de desinformação. As respostas das entrevistadas para a questão

demonstraram que todas passaram por vários momentos de dúvidas, incertezas, medos e inseguranças, mas que aprenderam com o processo e ressignificaram o contexto vivido. Hoje, sentem-se mais seguras e mais tranquilas quanto aos cuidados com os/as filhos/as.

A fase de **ressignificação**, terceiro elemento operatório elaborado por Lloyd (2014), e que se refere à orientação e ajuste a novos métodos de conhecimento, estimulando as pessoas a ressignificarem suas experiências informacionais, pode ser observada nesta subcategoria *aprendizado*. Todas passaram por esse processo a seu modo e com suas experiências, tendo a oportunidade de dividir isso com as demais mulheres na mesma situação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi compreender se e como o ambiente digital interferiu na resiliência informacional das mulheres com filhos/filhas diagnosticados com microcefalia. Identificou-se que a maior parte dessas mulheres estão inseridas em um perfil socioeconômico caracterizado por limitações

financeiras, intelectuais, de infraestrutura e acesso ao básico. Essa condição interfere em fatores essenciais para a vida dessas mulheres, e a informação também se torna um item muitas vezes escasso, seara em que a desinformação facilmente pode se fazer presente. Essas mulheres procuraram, dentro de suas possibilidades, adentrar ao mundo desconhecido de uma síndrome congênita, do qual não detinham informações, e em alguns casos, nunca ouviram falar.

A Internet apresentou pontos positivos e negativos durante as buscas por informação. Ao passo em que a *web* desempenhou o papel de apresentar, inicialmente, o que seria a microcefalia e alguns de seus desdobramentos. Também fez as vezes de causar angústia, dúvidas, receio, medo, incertezas e tristeza, pelo fato de revelar situações difíceis com relação ao contexto buscado ou, ainda, conteúdos que não condiziam com a realidade vivida por aquelas mulheres. Isso fez com que algumas dessas mulheres, inclusive, escolhessem não recorrer mais a essa ferramenta, mas também pela falta de acesso à tecnologia. Em contrapartida, outras entrevistadas perceberam benefícios durante as buscas em ambientes digitais e continuaram utilizando esse recurso.

Pudemos perceber, ainda, que os profissionais de saúde se colocaram como importantes agentes informacionais para essas mulheres. Nesse caso, foram os médicos e os profissionais da área da saúde que deram maior suporte informacional. A Internet serviu, na maioria das vezes, apenas de apoio nos momentos em que as mulheres não tinham acesso aos profissionais de saúde.

A resiliência informacional se traduziu em aprendizado, colaboração com pares, confiança e segurança em saber como agir, pelo fato de ter adquirido conhecimentos específicos e importantes. No caminho para resiliência informacional, os sujeitos passaram pelo trajeto dos elementos operatórios criados por Lloyd (2014): orientação, ajustamento e ressignificação. Iniciando com a orientação, pela identificação das fontes informacionais e pela busca pelo que almejavam; passando pelo ajustamento das informações e dos cenários informacionais que lhes foram necessários; e, por fim, ressignificando a realidade vivida, a partir do desenvolvimento de novos métodos e habilidades de conhecimento e a possibilidade de comparar o momento presente com a condição anterior de incerteza informacional.

Nesse sentido, e para o caso de cada mulher pesquisada, a informação teve significado transformador, a resiliência informacional nesse contexto serviu como alternativa a desinformação pela redução das incertezas a partir da possibilidade de articulação das informações. O processo observado junto as mulheres durante a pesquisa não modificou o doloroso diagnóstico, todavia lhes ofereceu segurança, tranquilidade e esperança de um futuro em companhia de seus/suas filhos/as, apesar de sua condição.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.

BRASILEIRO, F. S. **Resiliência informacional**: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais. 2017. 228f. Tese (Doutorado Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba.

BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do letramento Informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 3, p.83-92, set. /dez, 2010.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento Informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2012.

HARLAN, M. A. **Information practices of teen content creators**: the intersection of action and experiences. A Grounded Theory study. 2012. Thesis (Doctor of Philosophy) - School of Information Systems, Science and Engineering Faculty, Queensland University of Technology, Queensland, Austrália, 2012.

KEEN, A. **O culto do amador**: como blogs, MySpace, Youtube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

PINHEIRO, M.; BRITO, V. Em busca do significado da desinformação. **DataGramaZero – Revista de Informação**. v. 15, n. 6, dez. 2014.

LLOYD, A. Building information resilient workers. The critical ground of work place information literacy. What have we learnt? **Worldwide Commonalities and Challenges in Information Literacy Research and Practice, Communications in Computer and Information Science**, v. 397, p.219-228, 2013.

LLOYD, A. Building Information Resilience: How do Resettling Refugees Connect with Health Information in Regional Landscapes – Implications for Health Literacy. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 45, n. 1, p. 48–66, 2014.

LLOYD, A. Stranger in a strange land: enabling information resilience in resettlement landscapes. **Journal of Documentation**, v. 71, 2015.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 59, n. 1, p.19-40, 2003.

RODRIGUES, G. S. S. C.; COLESANTI, M. T. de M. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 51-66, jun. 2008.

SAVOLAINEN, R. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **Library Quarterly**, Chicago, v. 77, n. 2, p.109-132, 2007.

SIRIHAL DUARTE, A. B.; PAULA, C. P. A.; ROCHA, J. A. P. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p.36-61, jan/abr, 2017.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ª edição. Autêntica, 2004.

TUOMINEN, K.; TALJA, S.; SAVOLAINEN, R. The Social Constructionist Viewpoint on Information Practices. In: **Theories of Information Behavior**. New Jersey, NJ: Information Today Inc, 2005.

PRÁTICAS INFORMACIONAIS E EMPODERAMENTO NA INTERAÇÃO DE PESSOAS TRANS COM O ESPAÇO LGBT²⁸

Laelson Felipe da Silva
Gisele Roha Côrtes

1 INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro revela índices alarmantes de violência contra pessoas LGBTQIA+²⁹, em 2019 foram 329 mortes violentas com motivações LGBTQIAfóbicas³⁰, segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB). Apesar desse número ter sido um pouco inferior ao total de mortes desse tipo no ano anterior, estamos longe de lograr êxito no combate à

²⁸ Este artigo é proveniente da pesquisa de mestrado intitulada “Práticas Informacionais LGBQI+ e Empoderamento no Espaço LGBT”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em abril de 2019.

²⁹ A sigla LGBTQIA+ diz respeito às Lésbicas, aos Gays, às Travestis, às Mulheres Transexuais, aos Homens Trans, às pessoas Queer (nomenclatura inglesa que reúne pessoas que não correspondem às expectativas heteronormativas), às pessoas Intersexuais, às pessoas Asexuais e o “+” trata das demais identidades de gênero e/ou sexualidades não incluídas anteriormente.

³⁰ Compreendida como discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o que resulta em medo, desprezo, desconfiança, ódio, hostilidade e aversão ao diferente (CARVALHO, ANDRADE e JUNQUEIRA, 2009).

LGBTQIAfobia, haja vista a conjuntura conservadora e fundamentalista na qual imergimos.

Todavia, em seu processo de resistência e luta contra regimes opressores, a sociedade civil vêm se organizando para suprir as lacunas deixadas e muitas vezes criadas pelo Estado. No Brasil, entre os anos de 1970 e os anos de 1980, com o avanço e fortalecimento das ações feministas, outros grupos sociais foram apresentando pautas que também envolviam a luta pela dignidade, pela liberdade sexual e contra a discriminação.

Assim, soma-se a esse movimento o Movimento LGBT³¹ e o Movimento Negro. No caso do Movimento LGBT, suas ações incluíram a luta pela liberdade sexual, pela participação ativa do Estado no combate à epidemia de HIV/AIDS, luta por direitos trabalhistas igualitários, entre outras. Desse modo, ao longo de décadas, houve um pleito acirrado para que o Estado incorporasse políticas públicas que contemplassem as demandas LGBTQIA+.

Mas, enquanto isso não ocorria, os grupos se estruturavam e reivindicavam continuamente para que suas necessidades

³¹ Mantivemos a nomenclatura “Movimento LGBT” e o grafamos com iniciais maiúsculas para remetermos à identidade histórica do movimento no Brasil.

fossem atendidas, faziam também o papel educativo no combate a LGBTQIAfobia. Muitos desses grupos se organizaram em organizações não governamentais (ONGs) que por um determinado período de tempo prestaram assistência à comunidade com financiamentos oriundos de agências internacionais de defesa de direitos humanos.

Neste período, o Grupo Gay da Bahia (GGB), para citar um dos inúmeros que existiram se mantêm em funcionamento até o presente momento, passou a fazer o trabalho de levantar informações a respeito das mortes de pessoas LGBTQIA+. Em 40 anos de incessante e valioso trabalho o grupo, através de um apanhado de fontes diversas, que incluía também notícias divulgadas na mídia, reporta a violência LGBTQIAfóbica no país.

Considerando os crimes envolvendo esta comunidade, um determinado grupo vem sendo historicamente o maior alvo de violências e abjeções, travestis e mulheres transexuais. Pois tanto, travestis como mulheres transexuais e homens trans carregam em seus corpos a transgressão ao binarismo de gênero. O rompimento com a ideologia que associa identidades de gênero e sexualidade aos órgãos sexuais, engessando um aspecto fluido da existência humana.

Neste processo de luta pela garantia de direitos e cidadania, em 2005, como parte do programa do Governo Federal, Brasil sem Homofobia, no mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram implantados Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH).

Neste sentido, na Paraíba, em 2011, foi criado o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento a Homofobia na Paraíba. E este local foi incorporado às práticas informacionais de LGBTQIA+ do estado, sendo a comunidade trans (travestis, mulheres transexuais e homens trans) a parcela mais significativa das pessoas que buscam os serviços do Espaço LGBT, como é conhecido o centro de referência Paraibano.

Assim, nos pomos a indagar: **como e se as práticas informacionais de pessoas trans³² na interação com o Espaço LGBT se relacionam com seu processo de empoderamento?** Na tentativa de responder esta questão, delineamos o objetivo de **identificar a relação das práticas informacionais ligadas ao Espaço LGBT e processo de empoderamento das travestis,**

³² “Pessoas trans”, neste trabalho, compreende as travestis, as mulheres transexuais, e os homens trans.

das mulheres transexuais e dos homens trans usuários e usuárias do Espaço LGBT.

Desse modo, pudemos compreender alguns aspectos da relação que liga as práticas informacionais das pessoas trans às práticas informacionais do Espaço LGBT de modo que estas se articulam com o processo de empoderamento das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans.

Assim, estruturamos este capítulo da seguinte maneira: **Percorso Metodológico**, onde apresentamos o delineamento da metodologia da pesquisa; **Fundamentos Teóricos e Resultados**, que inclui uma síntese dos principais conceitos utilizados nesta pesquisa e os resultados encontrados; **Considerações Finais**, trata das reflexões sobre os achados da pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa compreensão de metodologia está atrelada às concepções de Minayo (1994) que a concebe como um conjunto de técnicas que proporcionam a construção da realidade teórica a partir da qual podemos abordar a realidade empírica dos sujeitos e sujeitas.

A partir da estruturação desses constructos prosseguimos para constituição de uma pesquisa que no que tange aos objetivos pode ser caracterizada como descritiva e correlacional. Correlacional pois, buscou também apresentar e identificar a relação práticas informacionais e empoderamento. Considerando a natureza das fontes a pesquisa é de campo, pois necessitamos da busca de *dados in loco* (GIL, 2008) para compor o *corpus* do estudo. A abordagem do estudo é caracterizada como qualitativa (MINAYO, 1993, p. 245).

Utilizamos a entrevista em profundidade como instrumento de coleta de dados, “que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador [entrevistadora] e informante” (MINAYO, 2001, p. 59). Dessa maneira, foi possível obter 6 entrevistas, realizadas entre novembro de 2018 e janeiro de 2019, com 4 homens trans, 1 mulher trans e 1 (uma) travesti, ambos usuários e usuárias do Espaço LGBT.

As entrevistas foram apreciadas utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2010). E após repetidas leituras, foi possível observar a saturação de termos e relatos que nos permitiu chegar a três categorias: os significados

da vivência trans; as práticas informacionais na interação com o Espaço LGBT; e as relações das práticas informacionais e empoderamento.

3 FUNDAMENTOS E RESULTADOS

Esta seção compreende os principais conceitos que orientaram este estudo, abordando práticas informacionais, empoderamento e gênero. A seção apresenta também os resultados que tratam dos significados da vivência de pessoas trans; práticas informacionais na interação com o Espaço LGBT; e práticas informacionais e empoderamento.

3.1 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

O conceito práticas informacionais está fundamentado na compreensão de que a informação está ligada ao contexto das interações sociais e abordá-lo implica em estar atento e atenta à sociedade e à maneira como sujeitos e sujeitas agem e interagem nela (BERTI; ARAÚJO, 2017).

Savolainen (2007) defende que a prática informacional é intrínseca à prática social e assim insere-se à esta perspectiva da *práxis* da informação. Assim, infere-se que o estudo das práticas sociais e ou culturais desvelam as práticas informacionais (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 99).

Desse modo, compreender o conceito de prática é necessário ao entendimento de práticas informacionais, pois, à ciência da informação inserem-se diversas teorias da prática. E no intuito de categorizar estas múltiplas teorias, Rocha, Gandra e Rocha (2017) as divide entre as que não abordam o papel social das estruturas sociais (etnometodologia, fenomenologia), e as que problematizam esse aspecto (teoria da estruturação, modelo praxiológico).

Entretanto, apesar das especificidades de cada teoria, o hábito está no cerne de prática, definindo-a (COX, 2012). Com efeito, prática informacional representa um conceito que se põe à análise das ações relacionadas à busca, uso e disseminação da informação levando em conta estruturas semiológicas (MARTELETO, 1995).

Dentre os diversos modelos teóricos disponíveis para análise de práticas, tomamos o modelo praxiológico de Bourdieu

(1983), pois inclui *habitus* como categoria analítica das práticas de sujeitos e sujeitas informacionais LGBTQIA+ e isto representa uma promissora investida neste trabalho.

Esta categoria possibilita compreender a existência de estruturas estabelecidas de maneira contraditória e que são produzidas e reproduzidas cotidianamente.

Isto, nos direciona a associar ao conceito de práticas informacionais, outros conceitos que nos auxiliem a compreender o processo de transformação, de deslocamento dos vetores de poder, que permitem compreender como sujeitos e sujeitas subalternizados assumem posições de protagonismo.

3.2 EMPODERAMENTO

Partindo da compreensão que nossa sociedade classifica, oprime e subalterniza, certos sujeitos a partir de um modelo heteronormatizado, eugenista, classista e binário. As travestis, as mulheres transexuais e os homens trans representam um grupo social no qual vários fatores se interseccionam, resultando em graves problemas sociais que envolvem desde a negação à direitos básicos, como direitos à saúde e à educação, até a negação ao direito vida.

A partir desta compreensão, apropriamo-nos do conceito de empoderamento, e junto ao conceito de práticas informacionais, na perspectiva praxiológica de Bourdieu (1983), considerando a categoria *habitus*. Pois, a associação destes conceitos nos fornece categorias teórico-conceituais para analisar como a informação se relaciona no processo por meio do qual sujeitos ou sujeitas em processo de subalternização tornam-se sujeitos e sujeitas em processo de empoderamento.

Mesmo sendo um conceito tão caro ao nosso estudo e tão utilizado atualmente, precisar sua origem é um trabalho custoso. Todavia, as disputas se concentram nos movimentos feministas e

no movimento negro norte americano dos anos 1960, o American Blacks (IORIO, 2002).

Neste sentido, a partir de sua origem, o conceito se desenvolve e conflui ao conceito de gênero, ao ponto que se interseccionam. Assim, a autora Iorio (2002) chama a atenção para a importância do movimento feminista que a partir do questionamento do pleno exercício da cidadania de mulheres desenvolve a conceituação do empoderamento.

Entretanto, mesmo surgido em uma conjuntura de lutas pelo pleno exercício de direitos, Romano (2002) problematiza a utilização higienizada do termo que vem sendo feita atualmente ligando-o a construção de relações paternalistas, desvinculando-o de suas origens, e afastando-o do que diz respeito processo de ressignificação das estruturas de poder e emancipação política e social (BERTH, 2018)

Mosadele (2005, p. 243) defende que o empoderamento pressupõe, primeiramente, um estado de “desempoderamento” seguido de um processo autorreflexivo no qual o sujeito ou a sujeita empodera-se; sendo assim ligado “a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões [...], de assumir controle”. Complementarmente, a autora ainda

afirma, que isto não encerra a questão, não se chega a um estado definitivo de “ser empoderado”, é de fato um processo (MOSEDALE; 2005), e enquanto processo é contínuo e demanda manutenção.

A Léon (2001) defende que se o empoderamento não correlaciona ações individuais às ações coletivas pode incorrer em um processo não consolidado. De igual modo, Batliwala (1994, p. 130), não trata o empoderamento como um processo isolado, mas o expõe como um apanhado de ações de indivíduos que envolvem “resistência, protesto e mobilização coletivas”.

Uma vez percebidas estas condições de opressão, os próprios sujeitos e sujeitas passam a conhecer seus efeitos e sua necessidade de libertar-se por meio de uma “luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores [opressoras], até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.” (FREIRE, 1987, p. 31).

Dessa maneira, compreendemos o empoderamento como um processo contínuo que envolve instâncias individuais e coletivas para que se consolide. E neste processo, a informação tem um papel crucial pois tem o potencial de conscientizar

sujeitos a respeito das subalternização e opressões que sofrem, e isto ocorre quando estes sujeitos e sujeitas acessem conteúdos informacionais que lhes amplie o entendimento.

3.3 GÊNERO

Os conceitos apresentados até aqui podem não deixar evidente qual a necessidade de se empreender um estudo com fins de analisar o processo empoderamento de sujeitos e sujeitas trans por meio de suas práticas informacionais. Por esta razão dedicamos alguns parágrafos para apresentar os aspectos que fundamentam as sanções sociais vivenciadas por sujeitos e sujeitas LGBTQIA+, sobretudo por pessoas trans.

Nesta perspectiva inserimos o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, concomitantemente gênero pode ser percebido como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86).

Conforme a autora, o termo começou a ser empregado por feministas norte americanas na busca por evidenciar os aspectos sociais das distinções entre indivíduos, construídas com base no

sexo, com a finalidade de refutar o determinismo biológico, fundamento em práticas pseudocientíficas vigentes à época (SCOTT, 1990).

Seguindo a crítica aos determinismos biológicos para evidenciar e elucidar as desigualdades sexuais, Scavone (2004) afirma que estudos de gênero vêm proporcionando significativas análises que permitem entender como masculinidades e feminilidades são construções sócio-históricas atravessadas pelas relações de poder.

O que nós conduz à reflexão sobre a não existência de um sexo biológico com significado fora do âmbito social, político e histórico, o que, por conseguinte, refuta a linearidade da sexualidade ao sexo biológico (BUTLER, 2010).

Isto questiona a linearidade de um sistema (binário) que atrela sexo (macho/fêmea) de maneira direta ao gênero (homem/mulher) e por sua vez intenta condicionar também o desejo afetivo e sexual de sujeitos e sujeitas. Esta “ordem” é mantida, muitas vezes, por força de violentas punições, que visam controlar existências que transgridem a ordem binária de gênero.

Considerando estes aspectos inerentes a ordem binária heterossexual, a expressão da identidade de mulheres transexuais, travestis e homens trans, tornam explícita a quebra da “causalidade entre sexo/gênero/desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher)” (BENTO, 2012, p. 21). O que leva esses sujeitos e sujeitas a serem considerados como simbolicamente divergentes e precários (BUTLER, 2010).

O que sujeita a vida das travestis, das mulheres transexuais, e dos homens trans, desde a infância a abjeções que se iniciam no contexto familiar (MASIERO, 2018) e se estendem à vida escolar e profissional, prolongando-se e reproduzindo-se durante toda a vivência trans (BOHEM, 2016).

Os aspectos dessa vivência resulta em dificuldades na percepção de si enquanto ente social (DE JESUS; ALVES, 2012) que pode exercer sua plena cidadania, por conseguinte, reflete em todos os demais aspectos da vida, seja na perspectiva afetiva, emocional, educacional e profissional.

Buscou-se então, refletir a respeito das práticas informacionais das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans usuários e usuárias do Espaço LGBT, a partir da

compreensão de profundas desigualdades sociais arraigadas às estruturas binárias de gênero; e compreender como a informação se relaciona ao seu processo de empoderamento à medida que ressignificam seu *habitus*.

3.4 RESULTADOS DO ESTUDO

Nas subseções que se seguem apresentamos os resultados a partir da análise de conteúdo das entrevistas das quais, pela identificação da saturação das categorias contidas nas falas³³ dos interlocutores e das interlocutoras, identificamos os aspectos a que se seguem.

3.4.1 Significados da vivência trans

As travestis, as mulheres transexuais e os homens trans foram questionados e questionadas a respeito da compreensão de si enquanto ente social, da percepção de si enquanto pessoa transexual em um contexto heteronarmatizado. O resultado de

³³ Dada a quantidade e repetição das falas e a brevidade deste capítulo, foram selecionados os trechos que melhor condensam e expressam a categoria obtida.

suas afirmações remetem a percepção de uma “diferença”, de “algo diferente”.

Então eu sempre senti algo diferente pelas meninas, mas eu estava na rodinha de diálogo das meninas porque socialmente eu tinha que tá ali [...] eu fui criado [...] no feminino, questão de roupas [...] Eu sentia uma pressão diferente, só que por ter sido criado por uma família de extremo tradicionalismo religioso [...] e muito arcaico, eu nunca tive coragem de afrontar enquanto eu tivesse sob o mesmo teto deles (Interlocutor 1).

Assim, percebemos e podemos analisar o gênero enquanto uma “sofisticada tecnologia social heteronormativa” que precisa ser reiterada continuamente por meio de mecanismos violentos de repressão, o que revela também sua debilidade visto que “o corpo sexuado que lhe foi atribuído não serve para lhe conferir sentido” (BENTO, 2006, p. 1 e 3).

Observamos isto na fala do Interlocutor 3: “Eu brincava que eu era um ser híbrido, porque eu nunca me vi mulher. Eu tentei durante um tempo me adequar ao que a sociedade, [ao] que a minha família esperava de uma mulher, mas eu nunca consegui”.

Conforme Bento (2010) gênero está ligado à performance, está ligado prática à social para legitimação de um comportamento de um corpo, dessa maneira, não existe gênero no

corpo, ele é feito cotidianamente a partir de um *habitus* no qual a heteronormatividade lhe é inerente.

Esta relação conflitante conduz as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans a questionarem sua autoaceitação como apresentado pelo Interlocutor 1: “Olha, eu acho que, principalmente para as pessoas 'ts', para os transexuais, a primeira dificuldade é a aceitação própria. Eu nem sei se eu até hoje, consegui cem por cento”.

Esse contexto de contínua e acirrada negociação entre as percepções pessoais e as expectativas sociais ocorre de forma tão intensa que desde a infância à vida adulta os significados da vivência das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans passam por dificuldade para chegarem à compreensão e aceitação de si. “Eu me descobri com uma identidade de gênero feminina aos oito anos de idade aos nove anos de idade [...]” (Interlocutora 6).

O que nos traz à consciência que desde os primeiros locais de socialização há a necessidade da desconstrução das perspectivas heteronormatizadas para que dessa maneira seja possível o acolhimento no interior das famílias, nas escolas e no mercado de trabalho.

3.4.2 Práticas informacionais na interação com o Espaço LGBT

Buscamos evidenciar também quais as práticas informacionais se dinamizam a partir da interação com o Espaço LGBT. Neste processo, um dos primeiros pontos que analisamos, foi a maneira como os sujeitos e as sujeitas tomaram conhecimento dos serviços de centro de referência.

O Interlocutor 4 declarou: “conheci através de uma amiga minha”. O Interlocutor 6 também tomou conhecimento do local de modo parecido, “através de [uma amiga integrante do Movimento LGBT], né? Em 2011 eu tive uma reunião com ela [...] Aí ela disse, preciso que você vá conhecer o Espaço LGBT”,

Semelhantemente, o Interlocutor 1 declara que “foi uma conhecida, uma mulher trans, ela quem começou a me falar desse meio 't' [comunidade das pessoas transexuais] e de me encaminhar pra eu ir pro Espaço [Espaço LGBT] Então, foi tudo através de uma pessoa trans”.

A partir destas primeiras impressões compreendemos que, inicialmente, as práticas sociais dos interlocutores e

interlocutoras demonstram como o fluxo de informação se dinamiza dentro de sua própria comunidade, o que revela também a aprovação do sujeitos e sujeitas em relação ao Espaço LGBT ao ponto de o indicarem a seus amigos, amigas e colegas.

Uma vez tomado conhecimento do Espaço LGBT, os interlocutores e interlocutoras também relataram quais os serviços que utilizaram:

Quando lá eles me forneceram, me abasteceram com outras informações quanto à questão de terapia hormonal, questão de saúde, aí fui informada sobre o Clementino Fraga que tem o Ambulatório TT [...] e aí foi outra descoberta que eu não sabia que tinha um canto específico. E aí ela já me agendou pro atendimento psicológico [...] E aí eu fiz retificação [do nome] por ação judicial mesmo, com o serviço social deles lá do Espaço. Me explicaram o processo, como funcionava, quais seriam os prazos, qual a documentação que eu deveria trazer (Interlocutor 4).

O Interlocutor 1 acrescenta outros serviços: “Eu fiz uma escuta, fui atendido pelo assistente social [...] Foi verificado o meu cadastro na Minha Casa Minha Vida Estadual, para receber os apoios e auxílios em relação à moradia [...]”.

Os serviços disponibilizados no Espaço LGBT, configuram-se como práticas informacionais do próprio equipamento público, e passam a integrar as práticas informacionais das travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans que o acessam, fornecendo meios de compreender, vivenciar e expressar sua identidade, explicitando-a em seu discurso, em seus corpos e também em sua documentação (ÁRAN, 2010).

Quanto ao acesso ao serviço que possibilita a retificação da documentação, o Interlocutor 3 faz a seguinte declaração:

Enquanto a pessoa só me vê ela me lê enquanto homem, me trata no masculino, me 'respeita' e quando ela vê meu documento [não retificado] acaba tudo isso, passa a tratar no feminino, não respeita, muitas vezes não quer marcar as coisas [consultas médicas], só que isso vai mudar ainda mais a partir da retificação de nome (Interlocutor 3).

Estes são alguns pontos que demonstram as práticas informacionais do Espaço LGBT e como elas passam a integrar as práticas informacionais de travestis, mulheres transexuais e homens trans, em um processo de disponibilização e apropriação

de conteúdos informacionais que auxiliam no processo de promoção à cidadania e de ressignificação da ordem binária.

O Espaço LGBT atua fornecendo acesso a assistência médica, psicológica, jurídica, social, e à serviços educativos à comunidade LGBTQIA+. Possui uma equipe especializada composta também por pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+, sendo estes funcionários e funcionárias pessoas que em determinado momento de suas vivência também experienciaram as tensões do contexto heteronormatizado.

Neste sentido o Espaço LGBT se apresenta como uma unidade informacional, na qual há disseminação de conteúdo informacional contra-hegemônico da heterossexualidade compulsória, visto que as interações simbólicas ressignificadas através do acesso à informação, ao serviço social, assessoria jurídica no processo de retificação documental e intermediação no acesso a terapias transexualizadoras disponibilizadas no Ambulatório TT.

3.4.3 Práticas informacionais e empoderamento

As pessoas trans apresentadas neste estudo já dinamizavam suas práticas informacionais antes de acessarem o Espaço LGBT, pois enfrentam violências e negações de direitos cotidianamente e em diferentes esferas sociais, de modo que resistir consiste em negociações de poder e ressignificações que já vinham acontecendo ao longo de suas vidas (FERREIRA, 2009), como declaram:

E também durante a minha adolescência eu não vi meios de informação que mostrassem essa possibilidade [de transicionar] [...] Então como é que eu pensava na minha condição? Já que não tinha nenhuma possibilidade de eu externalizar como eu era eu tinha que conviver com aquilo ali dentro de mim. (Interlocutor 5).

Só que eu sempre me via diferente, só que você vai vendo que você não se encaixa naquilo. Eu acho que a informação é importante [...] Eu fui buscar informação na internet de pessoas que eu acreditava [...] alguém que sentia o que eu estava sentindo (Interlocutora 4).

Cada indivíduo cria estratégias para lidar com as questões que os cercam: “Chegou aquela época de adolescente rebelde: eu vou bater de frente mesmo, não estou nem aí. Ela [a mãe] bolou

um próprio sistema pra se policiar e não me tratar no feminino. [...] Teve meio que uma mudança pra melhor.”(Interlocutor 2).

A Interlocutora 4 também apresenta aspectos de sua estratégia de luta contra opressões, que consiste na busca por informação e criação de redes de colaboração na internet:

E eu vendo relato de pessoas que se encaixavam naquilo que eu estava sentindo, que fugiam daquilo que estava sendo imposto. Você meio que termina se identificando, você termina meio que se amparando. Mesmo que você não esteja vendo aquela pessoa, não está conversando com ela, mas só o fato de ter um relato de alguém que tá passando pela mesma situação que você, é muito importante é revigorante. Acho que foi até fundamental para mudar, [para] não dá um tilt. Eu acho que realmente assim dá um empoderamento, mas é também questão de felicidade por você passar a ser quem você é, você se sente mais feliz, você tem coragem. Você tem mais voz. E eu acho assim que a informação é, é base pra isso porque a gente vai ouvindo vivências, vai se constituindo desses programas que existem, a gente vai se fortalecendo (Interlocutora 4).

As estratégias utilizadas pelos sujeitos são diversificadas, frisando-se que alguns possuem ligação com movimentos civis organizados:

A gente que é do movimento trans, da população trans aqui, todo mundo se conhece e a gente se

conversa muito. Isso serve pra a gente criar laços e tá um fortalecendo o outro, para não deixar cair mesmo. Porque eu me sinto hoje numa situação confortável, mas tem muitas meninas e meninos que não tão, tão com problema dentro de casa ou tão deixando de ir ou pro ensino médio, ou para cursinho, ou até mesmo aqui pra universidade, por causa de pressão social ou de fobia social. Se a gente não tiver ali como sendo ponto de apoio as pessoas vão desfalecendo (Interlocutora 4).

Sob este aspecto, retomamos a fala de Paulo Freire (1987, p. 52) que trata da tomada de consciência da situação de oprimido/as pois “esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (FREIRE, 1987, p. 52, grifo nosso).

Sabendo meu lugar no mundo que eu existo e que eu sou importante. Eu me via como uma pessoa totalmente ruim que não merecia existir. [...] Por não me conhecer, por não saber quem eu era, eu me achava desnecessário. Hoje eu vejo que não. Que eu tenho direito de estar no mundo. Que eu tenho o direito de existir. Que eu tenho direito de ser eu. E não só ser o que as pessoas espera que eu seja (Interlocutor 3).

Há a percepção de uma norma de gênero na qual o poder está vetorizado de tal modo que as próprias expressões identitárias não eram aceitas. Vê-se como as estruturas objetivas convertidas em esquemas de percepção e de pensamento alicerçam relações de dominação (BOURDIEU, 1983).

Nesse percurso a informação é indispensável quando se trata da construção de relações sociais, especialmente naquelas que incluem questões sensíveis à diversidade humana. Espera-se que a disseminação de informações, como as que foram compartilhadas aqui, crie um ambiente propício à ação de sujeitos informacionais de modo que estejam conscientes do reflexo de seus atos, da composição e das intencionalidades da sociedade e a ressignifiquem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abjeções sofridas por travestis, mulheres transexuais e homens trans, afetam sua a vida desde a infância e influenciam em suas relações nas mais diversas aspectos de sua vida. Compreender como esta lógica transfóbica se estrutura e

proporcionar informação necessária à ressignificação de um *habitus* que compreende, equivocadamente, a heteronormatividade como um aspecto natural da vida humana se mostra como um dos processos necessários ao combate às violências sofridas por toda a comunidade LGBTQIA+.

Não obstante, a ação dos entes estatais se apresenta um fator relevante para ressignificação destas questões, visto que quando a população LGBTQIA+ é incluída em suas pautas de promoção de direitos humanos, serviços e órgãos são implementados visando a conscientização da população e a disponibilização de serviços especializados que associados promovem a equidade e a justiça social.

Todavia, no contexto atual, a realidade se põe é bem diferente. Há na verdade, um desmonte dos serviços direcionados ao público LGBTQIA+, devido a retirada das demandas LGBTQIA+ da política de direitos humanos do Governo Federal. O que ainda resistem são instituições ligadas à administração pública estadual ou municipal de governos progressistas.

Como é o caso do Espaço LGBT que tem cumprido o papel de disseminar informação contra-hegemônica a qual tem sido

acessada e utilizada para apreensão da realidade na qual estão inseridas pessoas trans. A percepção destas estruturas de opressão diz respeito ao primeiro elemento no sentido de tomar a direção em busca de ações emancipatórias.

Neste processo emancipatório, que se inicia com a percepção das opressões, as ações coletivas se apresentam de modo relevante para construção de laços que fortalecem sujeitos e sujeitas e forma uma rede de disseminação na qual informações a respeito de locais de acolhimento são comunicadas dentro da comunidade trans. É assim que, no caso estudado, tem se tomado conhecimento dos serviços do Espaço LGBT.

Como um processo contínuo e que já vinha sendo desenvolvido ao longo da vida dos interlocutores e interlocutoras o empoderamento se articula com o mais diversos conteúdos informacionais oriundos das mais variadas fontes. No entanto, percebe-se como certos serviços e informações só foram possibilitados na interação com o Espaço LGBT.

Isto reforça a importância destes aparelhos governamentais, que no exercício de suas práticas informacionais se relacionam e se incorporam às práticas informacionais de pessoas trans, proporcionando-lhes acesso a

serviços que associados a sua trajetória de resistência se complementam para promover a manutenção do processo de empoderamento e (re)tomada do protagonismo de suas histórias.

A saber que este é um processo contínuo e que necessita de manutenção também contínua para que nenhum ou nenhuma sucumba à violência que atinge corpos e mentes diariamente tentando nos fazer voltar para os armários dos quais saímos e para os quais nunca retornaremos.

Empreender estudos que tratem, a partir da perspectiva da Ciência da Informação, das práticas informacionais, permitem retirar o véu de uma falsa naturalidade e ver sobre quais alicerces estão postas as convicções que guiam nossas ações. Assim podemos questioná-las e reorientá-las para lugares que se distanciem da LGBQIAfobia, do racismo, da xenofobia e do capitalismo. Pois é neste último, onde começam e terminam as grandes questões de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico do transtorno de identidade de gênero às resdescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 75-94.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action". In: GITA. Sen; Germain. Adrienne; CHEN, Lincoln (eds.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press. 1994. Disponível em: <https://www.popline.org/node/288048>. Acesso em: 15 maio. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Brasiliense, 2017.

BENTO, Berenice. Transexualidade: nós fazemos gênero no dia a dia. [30 set. 2010]. **Revista IHU ON-LINE** [S.l.] Entrevista concedida ao Instituto Humanos Unisinos. Disponível em: <https://bityli.com/swgWJ>. Acesso em: 15 maio 2020.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERTH, Joice. O que é empoderamento. **Belo Horizonte; Letramento, 2018.**

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia queer. ETD-Educação Temática Digital, v. 14, n. 1, p. 351-362, 2012. Disponível em: <https://bityli.com/WxkP6>. Acesso em: 28 maio 2020.

CHAGAS, Joseane; ARRUDA, Susana; BLATTMANN, Ursula. Interação do usuário na busca de informações. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, v. 11, 2000. Disponível em: <https://bityli.com/S0ED9>. Acesso em: 20 maio 2020.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investigación bibliotecológica**, v. 31, n. 73, p. 91-110, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/VQMGF>. Acesso em: 15 maio. 2020.

FERREIRA, Rubens da Silva. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, 2009. Disponível em: <https://bityli.com/nLL2T>. Acesso em: 15 maio. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**, Rio de Janeiro: ActionAid, p. 21-44, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 11 junho 2020.

LÉON, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”. **La Ventana**, n. 13, 2001, p. 94-106. Disponível em: <https://bityli.com/DnxU4>. Acesso em: 15 maio. 2020.

MASIERO, Luciana Maria. A cirurgia de redesignação sexual no Brasil: rostos e corpos buscando uma identidade. **Revista Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 18, p. 108-139, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas>. Acesso em: 16 maio 2020.

MOSADELE, Sarah. Towards a framework for assessing empowerment. Paper prepared for the international conference, **New Directions in Impact Assessment for Development: Methods and Practice**, Manchester UK, 24 and 25 November 2003. Disponível em: <http://www.enterprise-impact.org.uk/pdf/Mosedale.pdf>. Acesso em 15 maio 2020.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20, 2002. Disponível em: <https://bityli.com/q32RN>. Acesso em: 14 maio 2020.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 14 maio 2020

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Unesp, 2004.

SCOTT, Joana. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990. Disponível em: <https://bityli.com/898m1>. Acesso em: 8 de maio 2020.

AUTORES

Ana Cláudia de Araújo Santos

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB (2020). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE (2014). Possui graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia, UFBA (2009). Foi professora substituta de Museologia do curso de Bacharelado em Museologia da UFPE, no período de 2011 a 2012.1. Atualmente é Museóloga da mesma instituição e vice coordenadora do Laboratório de Expografia - Expolab, do Curso de Bacharelado em Museologia da UFPE. É Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP. É pesquisadora no Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação da UFPB e no Grupo de Estudos Transdisciplinares em História Social da UNICAP, ambos credenciados ao CNPq. É membro da Rede de Professores e Pesquisadores em Museologia e da Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU). Atua na área de organização, de documentação e de conservação de acervos fotográfico e museológico.

Carlos Alberto Ávila Araújo

Professor associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual foi diretor de 2014 a 2017. Presidente da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Iberoamérica e Caribe - EDICIC (2016-2020). Graduado em Jornalismo (1996), mestre em Comunicação Social (2000) e doutor em Ciência da Informação (2005) pela UFMG. Pós-doutor pela Universidade do Porto (2011) e pós-doutor pela Universidad de Salamanca (2019). Foi vice-presidente da ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2016-2018). Foi Editor Adjunto da revista *Perspectivas em Ciência da Informação* de 2007 a 2011 e de 2013 e 2015. Fez parte, em 2008, da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Arquivologia da UFMG e, em 2009, foi presidente da Comissão de planejamento e desenvolvimento do projeto pedagógico do curso de Museologia da UFMG. Foi membro da diretoria da Abecin. Atua nas áreas de Epistemologia da Ciência da Informação; Dimensões sociais, culturais e políticas da

informação; Estudos de Usuários da Informação; Práticas Informacionais; Informação e pós-verdade.

Daniella Alves de Melo

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação. Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas. Graduada em Arquivologia. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI). Possuindo experiência profissional no ramo Editorial e de Design Gráfico. Áreas de interesse: Ciência da Informação, Práticas Informacionais, Competência Crítica em informação, Relações Públicas, Design Gráfico e Editorial, Marketing e cultura digital

Edvaldo Carvalho Alves

É Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2000), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2002) e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2007). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação (DCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

onde leciona, desenvolve e orienta pesquisas nas áreas da Sociologia e da Ciência da Informação, com ênfase em: Sociologia digital e da informação, Economia Política da Informação, Metodologia da Pesquisa em Ciência da Informação, Práticas Informacionais, Mediação, Acesso, Uso e Impactos da informação.

Fellipe Sá Brasileiro

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). MBA pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduado em Comunicação Social pela UFPB. Pós-Doutorando em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais pela Universidade de Aveiro (UA)/Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB. Professor visitante no DigiMedia (Digital Media and Interaction research centre) do Departamento de Comunicação e Arte/UA/Portugal (2019-2020) pelo Programa PVEX da CAPES (2019). Colabora com o Grupo de Pesquisa eHealth and Wellbeing do DigiMedia/UA. Autor do livro "Resiliência informacional em redes sociais virtuais: práticas colaborativas, emoções e mobilidade". Tem interesse nos seguintes temas de pesquisa: práticas infocomunicacionais em

ambientes digitais, regimes de informação, resiliência informacional, comunicação e informação em saúde.

Gisele Rocha Côrtes

Graduada em Pedagogia (1996) e Ciências Sociais (1998) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui Mestrado (2002) e Doutorado (2008) em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Atua nos seguintes temas: Organização Acesso e Uso da Informação, Mediação da Informação e Relações de Gênero. Atua como vice-coordenadora do GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação da ANCIB (Gestão 2018-2020). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Mediação, Representação da Informação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMINAS).

Henriette Ferreira Gomes

Professora Titular do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFBA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GPEMCI). Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) no Biênio 2016-2018. Membro docente do Conselho Fiscal da ANCIB no Biênio 2018-2020. Vice-Diretora do ICI/UFBA no quadriênio 2014-2018. Vice-Diretora do ICI/UFBA no quadriênio 2014-2018. Chefe do Departamento de Documentação e Informação nos biênios 2012-2014 e 2014-2016. Coordenadora do PPGCI/UFBA nos biênios 2008-2010 e 2010-2012. Possui Doutorado (2006) e Mestrado (2000) em Educação pela Universidade Federal da Bahia e Graduação em Biblioteconomia e Documentação (1980) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Mediação da Informação, relações entre Informação, Comunicação e Educação; Fundamentos históricos e epistemológicos em Ciência da Informação e Biblioteconomia;

Organização da Informação; Documentação científica e Metodologia da Pesquisa Científica.

José Washington de Moraes Medeiros

Doutor em Educação, Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB - Campus João Pessoa). Tem interesse em eixos, como educação, racionalidade, gênero, ensino, gestão, informação, comunicação, articulados às nuances das tecnologias digitais da informação e comunicação. É professor do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFPB), e professor colaborador do Programa de Pós-graduação Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (PPGOA/UFPB). Foi apresentador do programa Conexão Ciência, da grade constituinte da TVUFPB/Futura. É avaliador de cursos da Educação Superior, designado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC).

Juliana Ferreira Marques

Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes (MPGOA/UFPB - 2014). Especialista em Assessoria de Comunicação pela Universidade Potiguar - UNP (2013). Graduação em Comunicação Social - Rádio e TV pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Assessora de comunicação da Universidade Estadual da Paraíba desde 2008, onde é responsável pela assessoria de comunicação do Campus V - João Pessoa. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação. Áreas de interesse: Práticas Informacionais, Desinformação, Gênero, Comunicação Pública, Educomunicação, Educação, Gestão de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

Laelson Felipe da Silva

Doutorando em Ciência da Informação e Mestre em Ciência da Informação (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Graduando em Biblioteconomia também na Universidade Federal da Paraíba. Atua em Sistemas de Informação e Arquitetura da Informação.

Paullini Mariele da Silva Rocha

Graduação em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (2016). Mestre (2019) em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Interesse nas áreas de Comunicação e Ciência da Informação, com ênfase em Relações Públicas e Mídias digitais, Cibercultura, Relacionamento e Redes Sociais, Práticas Informacionais, Resiliência Informacional e Letramento Informacional.



Este livro foi diagramado pela
Editora UFPB em 2020.

